

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
ELETROBRAS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MAIO/2010

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
ELETROBRAS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Porto Alegre, 31 de maio de 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	
AES-SUL	Distribuidora Gaúcha de Energia S/A
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDB	China Development Bank
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica S/A
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTEE	Companhia de Geração de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CNAE	Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ no CNAE/IBGE
CIPA	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes
EBITDA	Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
EPC	Empreendimentos do Poder Concedente
EPE	Empresas de Pesquisas Energéticas
GWh	Unidade de geração de energia elétrica Gigawatt hora
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
LOA	Código constante na Tabela Institucional da Lei Orçamentária Anual
MME	Ministério de Minas e Energia
MW	Unidade de potência elétrica Megawatt
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NUTEPA	Nova Usina de Termoelétrica de Porto Alegre
ONS	Operador Nacional do Sistema
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PGI	Programa de Geração de Intercâmbio
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A
SIAFI	Código de identificação da UJ constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
SIORG	Código de identificação da UJ assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG
SPDA	Sistema de Proteção Contra Descarga Elétrica
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto
UTE	Usina Termoelétrica Presidente Médici
USJE	Usina Termoelétrica de São Jerônimo

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES GRÁFICOS, DECLARAÇÕES.	
Tabela 1	Distribuidora Gaúcha de Energia S/A
Tabela 2	Valor Adicionado
Gráfico 1	Evolução da Energia Elétrica Gerada na CGTEE
Gráfico 2	Evolução da Energia Gerada na CGTEE
Gráfico 3	Disponibilidade Geral
Gráfico 4	Consumo total de carvão
Gráfico 5	Consumo de Carvão na USJE no período de 2001 a 2009
Gráfico 6	Consumo Específico de carvão na USJE
Gráfico 7	Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE
Gráfico 8	Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE
Gráfico 9	Consumo interno na USJE
Gráfico 10	Energia Gerada na UPME no período de 2001 a 2009
Gráfico 11	Consumo de carvão na CGTEE no período de 2001 a 2009
Gráfico 12	Consumo Específico de carvão na UPME no período de 2001 a 2009
Gráfico 13	Consumo interno da UPME
Gráfico 14	Evolução do Patrimônio líquido – período 1998 -2009
Gráfico 15	Evolução do Resultado – período 1998 - 2009
Gráfico 16	Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 – 2009

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 100 DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

ITEM 2 DO ANEXO II Da DN TCU 100/2009

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - Papel da unidade na execução das políticas públicas

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

2.2 Estratégia de atuação

Alínea "b" do item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Alínea "c" do item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Alínea "d" do item 2 do Anexo II da DN-TCU 100/2009

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

Item 4 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Item 5 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.

Item 6 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

7. Previdência Complementar Patrocinada

Item 7 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Item 8 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Item 9 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Item 10 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Item 11 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Item 11 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO.

Item 12 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

12. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Item 13 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA

GESTÃO

Item 14 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Item 3 da parte B do anexo II da DN-TCU 100/2009

15.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Item 4 da Parte B do Anexo II da DN-TCU 100/2009

15.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Item 5 da Parte B do Anexo II da DN-TCU 100/2009

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Parte C do Anexo II da DN-TCU 100/2009

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 100 DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME	Código SIORG: 95519			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Denominação abreviada: CGTEE				
Código SIORG: 95519	aplica	Código SIAFI: Não se aplica		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista				
Principal Atividade: Geração de Energia	Código CNAE: 3511-5/00			
Telefones/Fax de contato: (051) 3287.1500	(051) 3287.1645	(051) 3287.1679		
Endereço eletrônico: cgtee@cgtee.gov.br				
Página da Internet: http://www.cgtee.gov.br				
Endereço Postal: Rua Sete de Setembro nº 539, Centro, CEP 90010-190, Porto Alegre, RS				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Lei Estadual nº10900 de 26 de dezembro de 1997. Compete a Companhia de geração térmica de energia elétrica.				
Manual de organização aprovado pela resolução Nº RES-192/1997. Publicação no Diário Oficial em 27/08/1997.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
ESTATUTO ELETROBRAS - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
...				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
Não se aplica	Não aplicável a natureza jurídica da UJ			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
Não se aplica	Não aplicável a natureza jurídica da UJ			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
Não aplicável a natureza jurídica da UJ	Não aplicável a natureza jurídica da UJ			

(ITEM 2 DO ANEXO II Da DN TCU 100/2009)

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura sistêmica e inovativa, não só para agregar valor, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a empresa vem desenvolvendo um modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, no aprofundamento das relações com as partes interessadas, bem como melhorias e inovações em seus controles, processos e produto.

A Eletrobrás - CGTEE tem adotado em seu Planejamento Estratégico um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem a economicidade.

Dentro desse contexto, comprometida com os princípios e práticas de sustentabilidade, a Eletrobrás - CGTEE é signatária do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial das melhores práticas de negócios e de valores fundamentais aceitos internacionalmente nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

O desenvolvimento sustentável é nosso maior desafio! O sucesso de nossa organização depende de um novo modo de agir e de pensar, uma vez que os resultados econômicos estão atrelados aos impactos sociais e ambientais. Este relatório visa a prestação de contas de nossas ações junto à sociedade, possibilitando um diálogo aberto capaz de proporcionar a melhoria contínua de nosso desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável.

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração, transmissão e distribuição de energia, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do sistema interligado. A região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de “estrangulamentos” nos principais sistemas de transmissão, os quais necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, em virtude das elevadas reservas carboníferas existentes. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, representam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O objetivo principal é atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do sistema interligado nacional.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaços para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes de energia alinhadas às características regionais do parque elétrico.

No caso das fontes térmicas, o carvão é, e continuará sendo por muito tempo, o combustível mais consumido no mundo, sendo que no Rio Grande do Sul existe a maior reserva do Brasil. Há cerca de quatro vezes mais reservas de carvão do que de petróleo e gás, e o seu preço é uma espécie de referência para o mercado.

A CGTEE está vinculada a dois programas governamentais: Energia na Região Sul e Infra-Estrutura com as seguintes denominações:

0295 - Energia na Região Sul

- Implantação de uma usina termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, visando ampliar a capacidade instalada da empresa;
- Manutenção do Sistema de Geração de Energia, com o objetivo de realizar manutenções a fim de conferir eficiência e confiabilidade ao sistema de geração;
- Revitalização da Usina Presidente Médici, com o objetivo de estender a vida útil do sistema de geração;
- Adequação Ambiental, visando adequar as plantas de geração aos padrões de emissões determinados pelo IBAMA;

0807 - Infra Estrutura

- Manutenção e adequação de bens imóveis;
- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos e máquinas;
- Manutenção e adequação dos ativos de informática;

(Alínea “b” do item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos programados, da sua visão estratégica e do planejamento de suas ações. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura proativa, sistêmica e inovativa, não só para agregar valor econômico, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a CGTEE vem desenvolvendo modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Nessa perspectiva, a Companhia tem adotado um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos estratégicos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

Em relação ao exercício de 2009, destacamos a seguir os seguintes objetivos estratégicos que foram almejados.

Alinhamento Das Ações De Gestão Ao Planejamento Estratégico Da Empresa

O Planejamento Estratégico é entendido como um processo contínuo de aprendizagem e transformação organizacional. Em função disso, deve ser permanentemente acompanhado, avaliado e revisado para fazer frente às constantes variações do ambiente. Nessa perspectiva, atualizamos nossa missão, visão, valores, macro orientações e diretrizes estratégicas.

A alta gestão da empresa resolveu ampliar o horizonte temporal de 2007 para 2015, visando a melhor consecução de suas prioridades estratégicas, definidas nas seguintes diretrizes estratégicas:

- Viabilidade econômica com sustentabilidade socioambiental, agregando valor econômico, social e ambiental na cadeia produtiva, e, por consequência, gerando lucratividade, inserção e preservação do meio ambiente;
- Crescimento, expansão, diversificação, expandindo a atuação da empresa no segmento termoelétrico a carvão, fontes alternativas e renováveis realizando parcerias em novos investimentos;
- Referência térmica através da otimização das plantas atuais, com vistas ao aumento da confiabilidade e da eficiência energética, adotando tecnologias que permitam inovações no desenvolvimento de insumos, processos e produtos;
- Gestão estratégica compartilhada, implementando um processo de gestão flexível, proativo, participativo, sistêmico e inovativo, articulado com as dimensões socioambiental, econômica, tecnológica e humana;
- Desenvolvimento de capacidades essenciais, com formação e competências avançadas e multidisciplinares nas áreas de P&D+I, produção, gestão de pessoas, análise e prospecção de negócios, capacitação em tecnologias limpas para termelétricas a carvão e fontes alternativas.

UTE Candiota III - A Nova Unidade Geradora

A UTE Candiota III (Fase C), nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW, está sendo instalada em área contígua à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, no município de Candiota/RS, com investimento total estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Em 15 de dezembro de 2005, a CGTEE firmou o Contrato de EPC com a CITIC International Contracting Co. Ltd., sediada na República Popular da China, tendo por objeto a construção da UTE Candiota III (Fase C), em regime "*turn key*", cujo valor atualizado é da ordem de US\$ 508 milhões(base nov/2005), com prazo de conclusão da usina previsto para 10 de junho de 2010. A Companhia terá outros investimentos com o Projeto, tais como: Fiscalização, Infra-estrutura, Compensação Ambiental, Pessoal Próprio, Seguros, entre outras, avaliadas em cerca de US\$ 100 milhões (base nov/2005).

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela CGTEE uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e em prestadores de serviços especializados.

Em 20 de abril de 2007 ocorreu à assinatura dos contratos de crédito no montante total de US\$ 430 milhões celebrados entre a ELETROBRÁS e o China Development Bank – CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção, e respectivo contrato de repasse para a CGTEE. Os contratos entraram em eficácia em maio de 2008, devido a modificações solicitadas pelas autoridades chinesas, com os recursos sendo disponibilizados em julho de 2008.

Atrasos na emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, pelo IBAMA, na emissão do Ato Autorizativo do Empreendimento, pelo Poder Concedente, e na assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia – CCEARs, pela CCEE, retardaram o inicio efetivo do processo construtivo, ocasionando atraso irrecuperável ao Cronograma Original da Obra, que previa a entrada em operação comercial até 31/12/2009. Todos fatores externos, fora do controle da CGTEE, razão pela qual a Companhia encaminhou pleito à ANEEL, de prorrogação do prazo para conclusão da usina, que ainda está em análise naquela Agência.

Além de outras iniciativas tomadas pela CGTEE visando mitigar o atraso na construção da UTE Candiota III, a CGTEE pactuou com a Contratada para o EPC da usina a adoção de extensão da jornada diária, trabalhos em fins de semana e feriados, e implantação do turno noturno a partir de 12 de agosto de 2009. Tal iniciativa é denominada Programa de Recuperação Parcial do Atraso da Obra, que contempla além da prática de um regime especial de trabalho, o acréscimo equipamentos, medidas alternativas na construção civil, etc, a um custo adicional da ordem de R\$88 milhões de reais, boa parte destes com pagamento condicionado à conclusão da usina no segundo semestre de 2010.

Porém, posteriormente à implantação do Programa de Recuperação Parcial do Atraso da Obra, dois novos eventos de força maior impactaram o novo cronograma da obra, a saber: (i) movimento grevista deflagrado em 18 de agosto que somente se resolveu com a mediação do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, com o retorno aos trabalhos no canteiro apenas em 09 de setembro de 2009, totalizando 22 dias de greve; (ii) ocorrência de chuvas em volume e freqüência muito acima da normalidade principalmente no mês de novembro de 2009, no qual 10 dias foram severamente prejudicados e outros 13 dias foram parcialmente prejudicados quer pela precipitação pluviométrica, quer pela necessidade de drenar os locais de obra. Essas questões também foram formalizadas à ANEEL. Decorrente desses novos eventos de força maior, a situação de hoje aponta para a conclusão das obras no segundo semestre de 2010.

O exercício 2009 caracterizou-se pela seqüência das obras civis, pela continuidade e conclusão da entrega dos principais equipamentos e componentes que compõe a usina, e pelo efetivo início e desenvolvimento da montagem eletromecânica.

As obras civis atingiram uma realização acumulada de 70%, em 31.12.2009, com andamento em, praticamente, todas as frentes de serviço.

A entrega na obra dos principais equipamentos foi completada no exercício 2009, restando apenas serem entregues alguns pequenos componentes, o que deverá acontecer nos primeiros meses de 2010.

A montagem da caldeira e do sistema de tratamento de gases está bastante avançada, assim como a de outros sistemas da usina, tais como a tubulação de água de refrigeração, sistema de desmineralização da água da caldeira, tratamento de água, transportadores de carvão, sistema de controle, etc. Em 31/12/2009 o índice acumulado de realização física da montagem atingiu 30,5%.

A realização física acumulada do empreendimento, em 31/12/2009, atingiu 77,8%, contra um previsto de 86,9%. No mês de novembro de 2009 foi atingido o número máximo de operários previsto para a obra, de cerca de 3.700 colaboradores diretos.

O recrutamento via concurso público atingiu o número de 35 novos empregados em 2009, os quais já estão em processo de treinamento para integrar a equipe de operação/manutenção da usina. Outros 35 colaboradores estão previstos de ingressar em janeiro de 2010, e os demais 106 empregados em dois grupos, sendo o primeiro com 30 integrantes em março e o segundo com 76 em maio de 2010.

Os licenciamentos e atos autorizativos do empreendimento foram mantidos vigentes durante o exercício 2009, sem qualquer anormalidade.

Produção de Energia Elétrica

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490 MW de potência instalada, de acordo com a Tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

USINA	Nº DE UNIDADES	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
PRESIDENTE MÉDICI	04	446
SÃO JERÔNIMO	03	20
NUTEPA	03	24
TOTAL	10	490

Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE

A geração total de energia elétrica em 2009 foi de 945,11 GWh, sendo 900,41 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici, 44,70 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo. A UTE Nutepa não foi despachada em 2009.

A relação do consumo de energia dos sistemas auxiliares das usinas (bombas, moinhos, ventiladores, iluminação e outros periféricos), comparadas à produção total de energia, foi de 19,14% na Usina Termelétrica Presidente Médici e de 9,57% na Usina Termelétrica de São Jerônimo, mantendo-se dentro de padrões de consumo, considerando-se o nível de geração realizado no exercício.

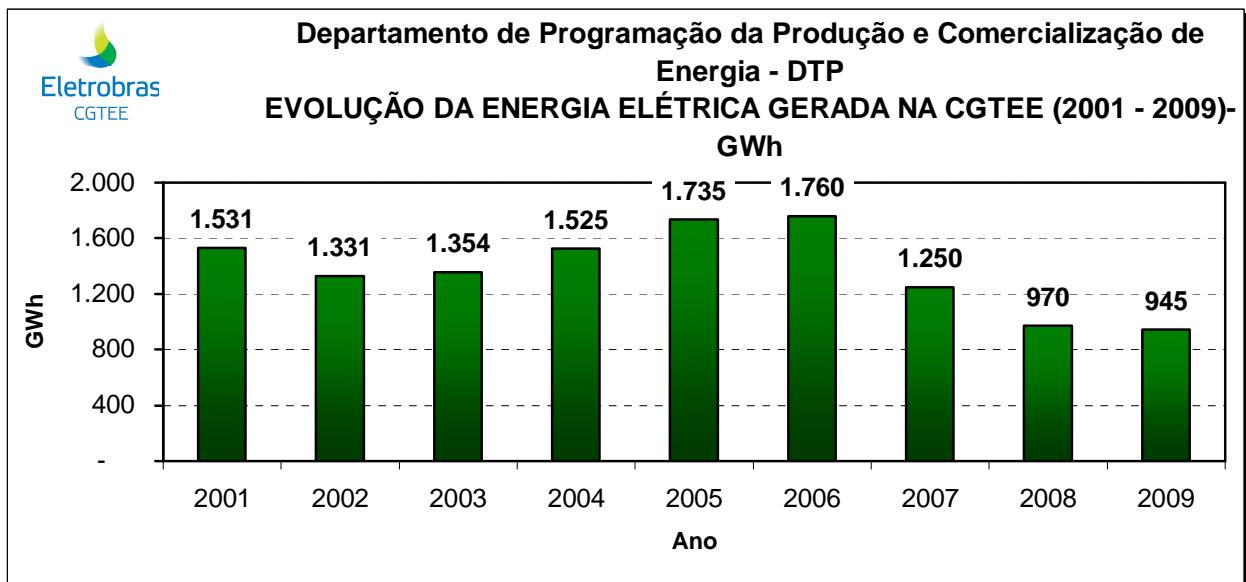


Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na CGTEE

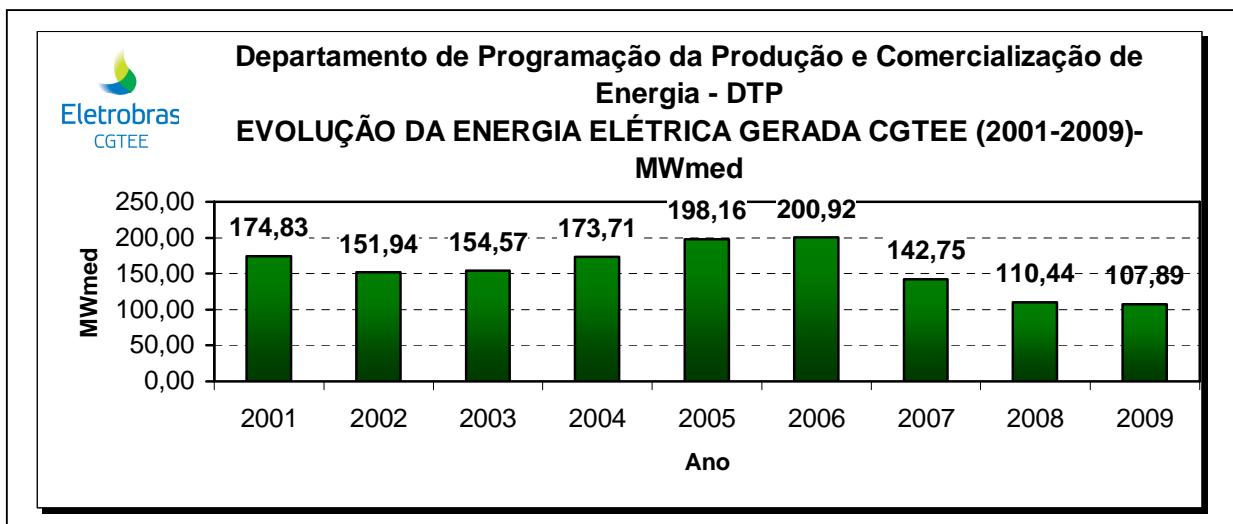


Gráfico 2 – Evolução da Energia Gerada na CGTEE

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema sul (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e das tendências do mercado de energia. A CGTEE também compatibilizou a energia contratada com o despacho das suas unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando a diminuição do impacto financeiro causado pela exposição da CGTEE ao mercado de energia. Porém, devido aos índices de disponibilidade apresentados no ano de 2009, as estratégias foram prejudicadas, causando uma exposição maior do que a programada inicialmente.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 87,44% da geração programada.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 26,51% na UPME, 57,26% na DTPJ. A NUTEPA, por solicitação do ONS, permaneceu na reserva fria durante o ano de 2009. Na CGTEE, o Índice de Disponibilidade Geral foi de 31,36%.

O Gráfico nº 3 apresenta as médias de disponibilidades nos últimos cinco anos, detalhando o ano de 2009.

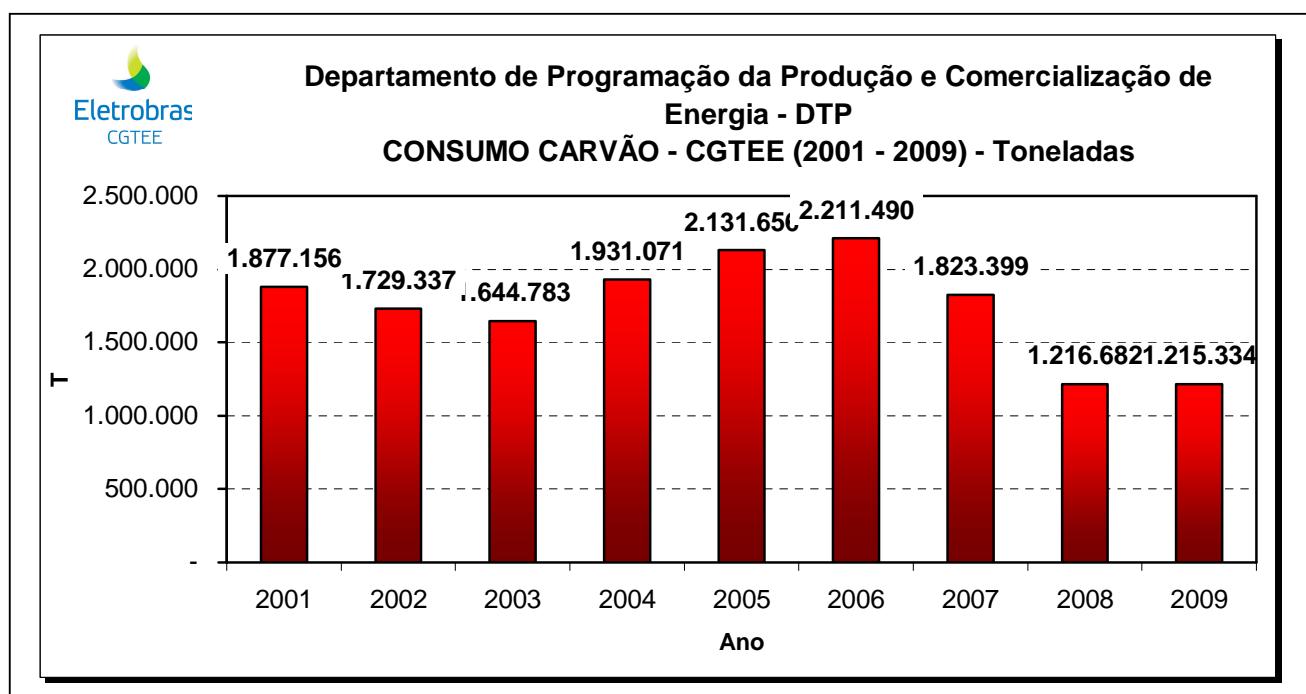
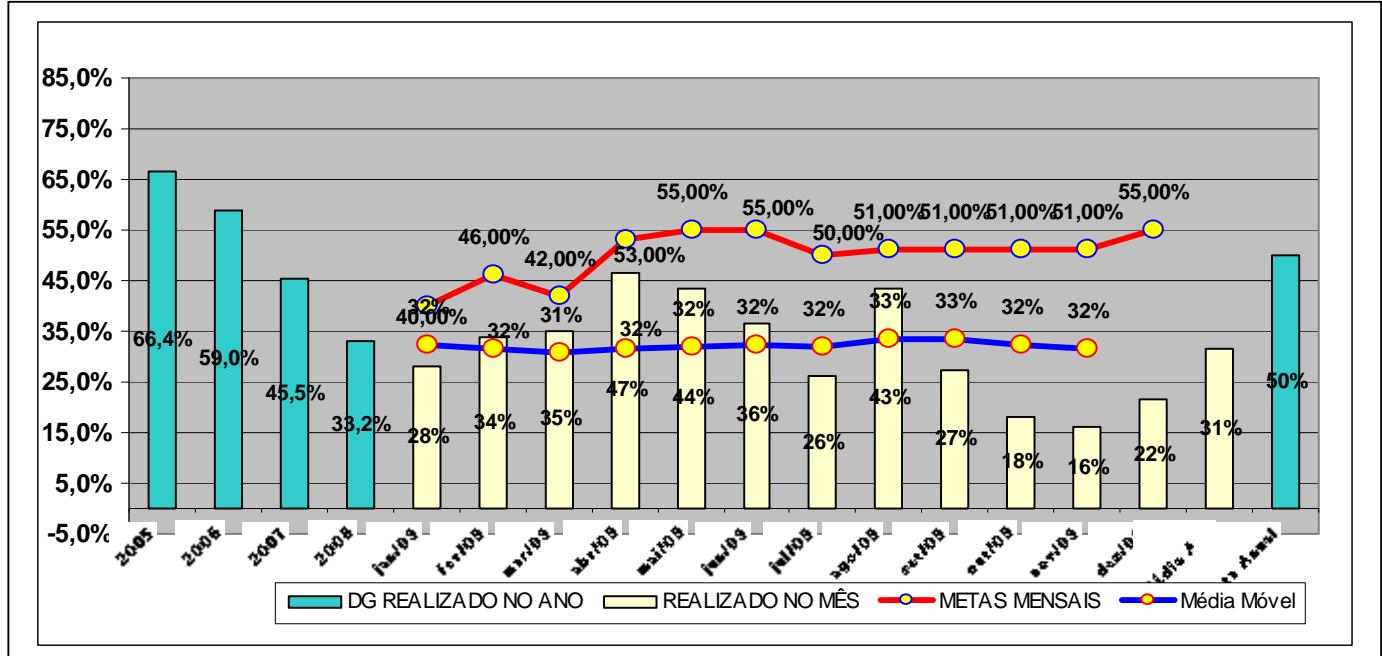


Gráfico 4 – Consumo de carvão na CGTEE no período de 2001 a 2009.

A CGTEE, ao longo do ano de 2009, exportou energia para o Uruguai através da Usina Presidente Médici. A geração líquida destinada a exportação foi de 12.068,097 MWh, representando uma receita de R\$ 2.09 milhões.

Usina Termelétrica de São Jerônimo – USJE

No ano de 2009, a Usina de São Jerônimo apresentou uma disponibilidade de 57,26%, sendo a máquina 2 a unidade que apresentou o melhor índice: 86,39%. Os índices de disponibilidade das unidades 1 e 3 foram, respectivamente, 0,00% e 71,33%.

A unidade 1 ficou indisponível por todo o ano devido ao processo de recuperação do rotor do alternador, com substituição das capas de contenção das bobinas deste equipamento.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo no ano de 2009 caiu, de uma média histórica de 1,90 t/MWh, para 1,72 t/MWh devido à reforma do britador de carvão.

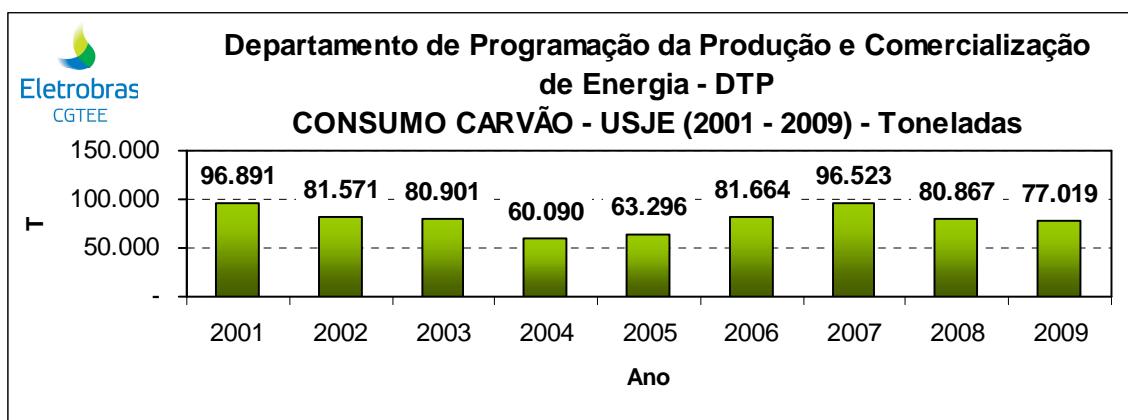


Gráfico 5 – Consumo de carvão na USJE no período de 2001 a 2009.

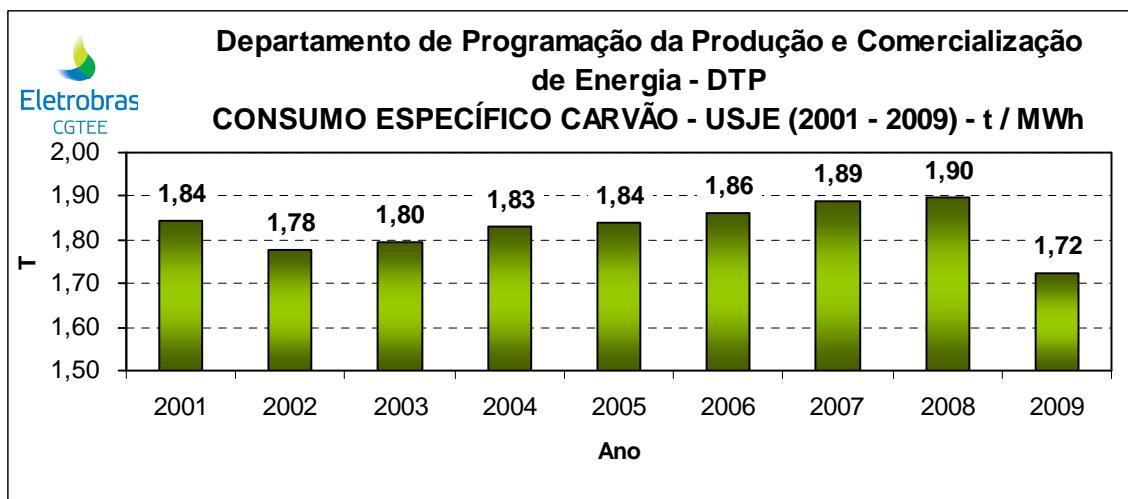


Gráfico 6 – Consumo específico de carvão na USJE.

A Geração Total da Usina no ano de 2009 foi de 44,70 GWh, correspondendo a uma geração de 5,10 MW médios. O consumo interno da Usina foi de 9,57% da totalidade da geração.

**Departamento de Programação da Produção e Comercialização
de Energia - DTP**
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2009) - MWmed

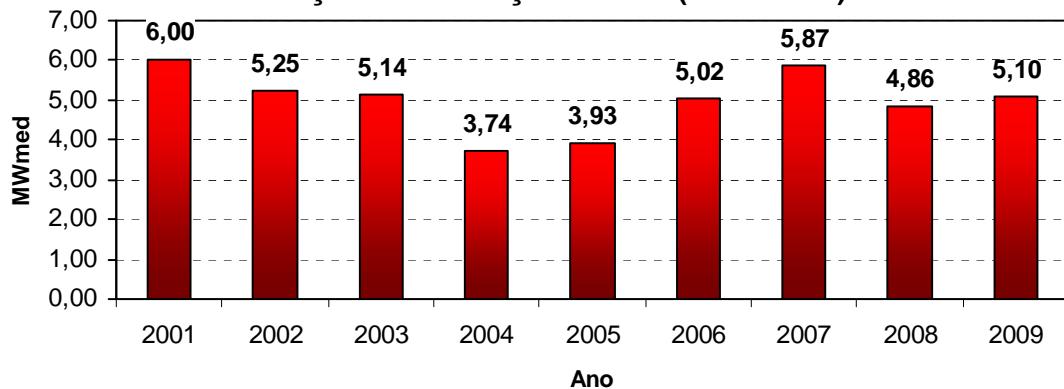


Gráfico 7 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE.

**Departamento de Programação da Produção e Comercialização
de Energia - DTP**
EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO - USJE (2001 - 2009)- GWh

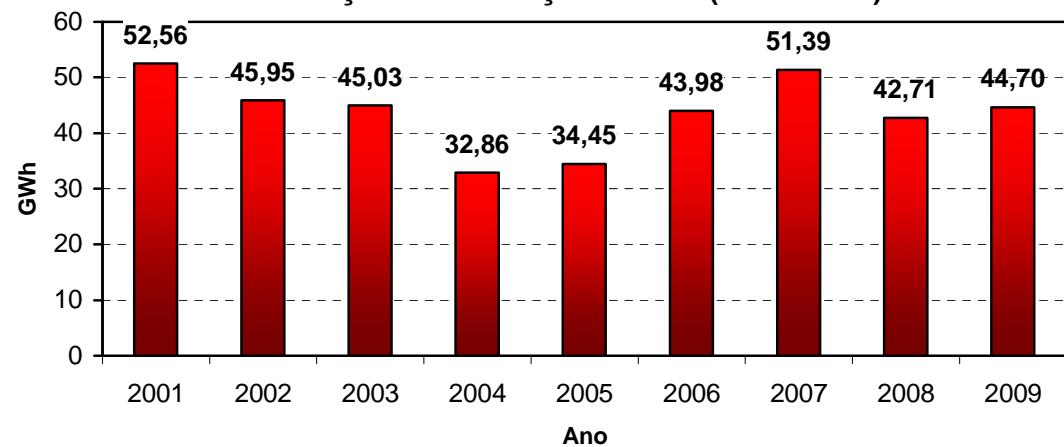


Gráfico 8 – Evolução da Energia Elétrica gerada na USJE.

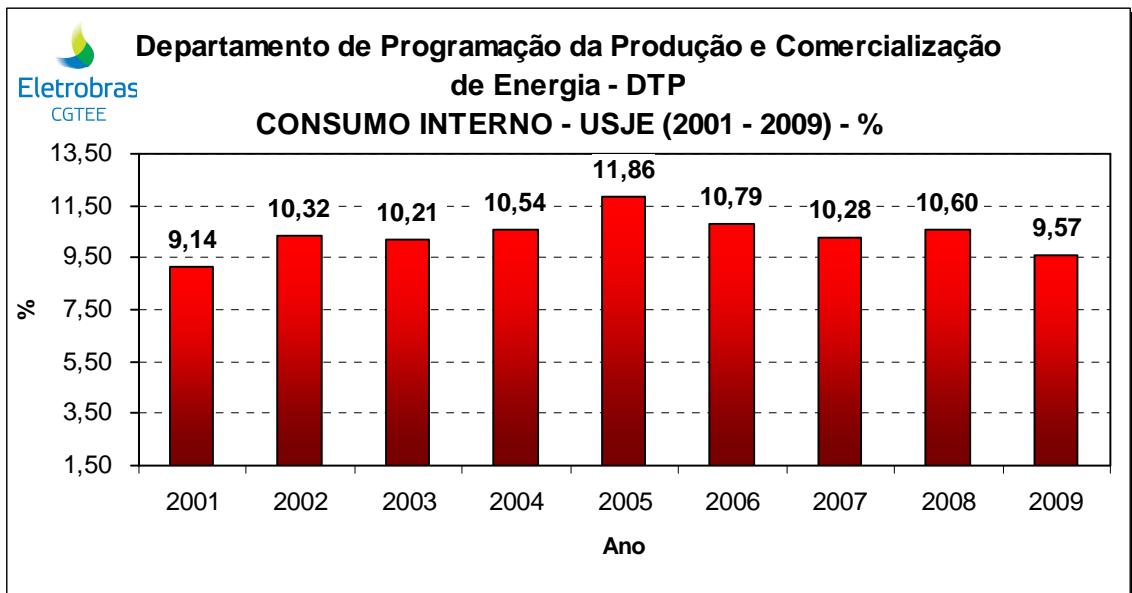


Gráfico 9 – Consumo Interno na USJE.

Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre – NUTEPA (DTPP)

A DTPP permaneceu em reserva fria do Sistema Interligado Nacional durante todo o ano de 2009, sendo realizadas neste período somente atividades de conservação e manutenção nos equipamentos eletromecânicos das Unidades.

Oficina de São Leopoldo – DTML

A Oficina de São Leopoldo vem trabalhando dentro de seu potencial, atendendo às demandas das várias unidades da Empresa, com foco principal nos serviços solicitados pela Usina Presidente Médici e da Nutepa.

Durante o ano de 2009 foi realizada uma série de serviços que são imprescindíveis para a Empresa e encontram poucos fornecedores no Estado e, portanto, são de difícil contratação em virtude da complexidade técnica.

No decorrer do ano de 2009 foram executados serviços complexos que há vários anos não se realizavam na Oficina, tais como fundição de mancais das turbinas da Fase A, empalhetamento e retirada de palhetas das várias unidades da UPME, etc.

Usina Termelétrica Presidente Médici

Síntese de produção de 2009

Durante o ano de 2009, a geração média da Usina Presidente Médici foi de 102,79 MW médios.

A maior geração mensal ocorreu em abril, na ordem de 178,37 MW médios, sendo que a menor geração ocorreu em novembro, na ordem de 36,16 MW médios.

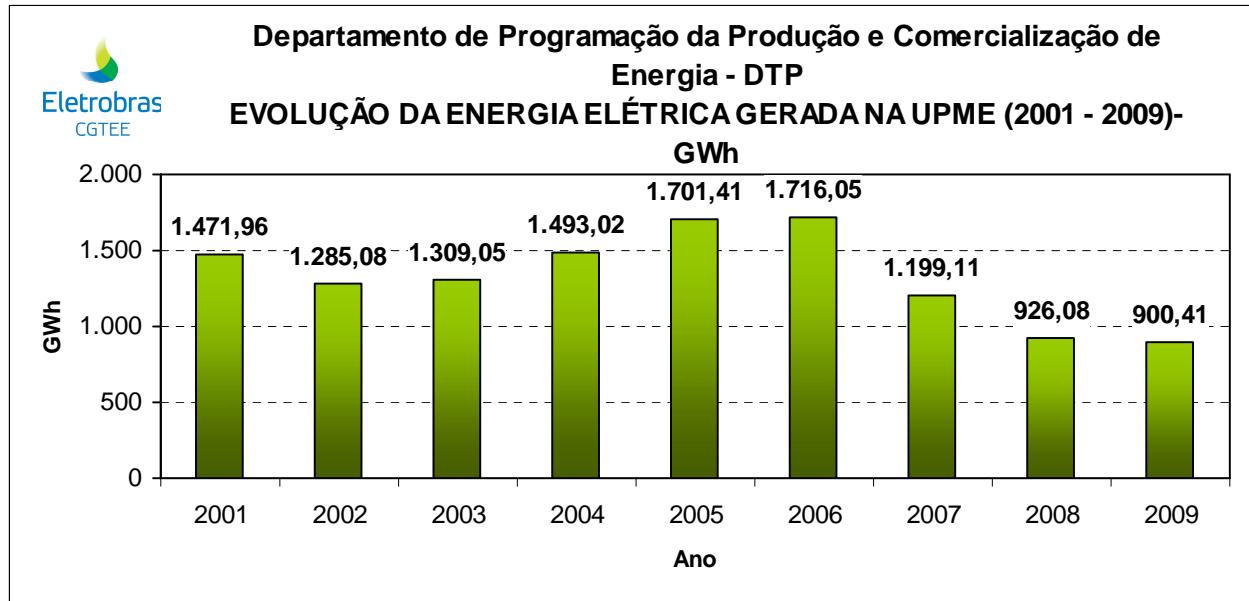


Gráfico 10 – Energia Gerada na UPME no período de 2001 a 2009.

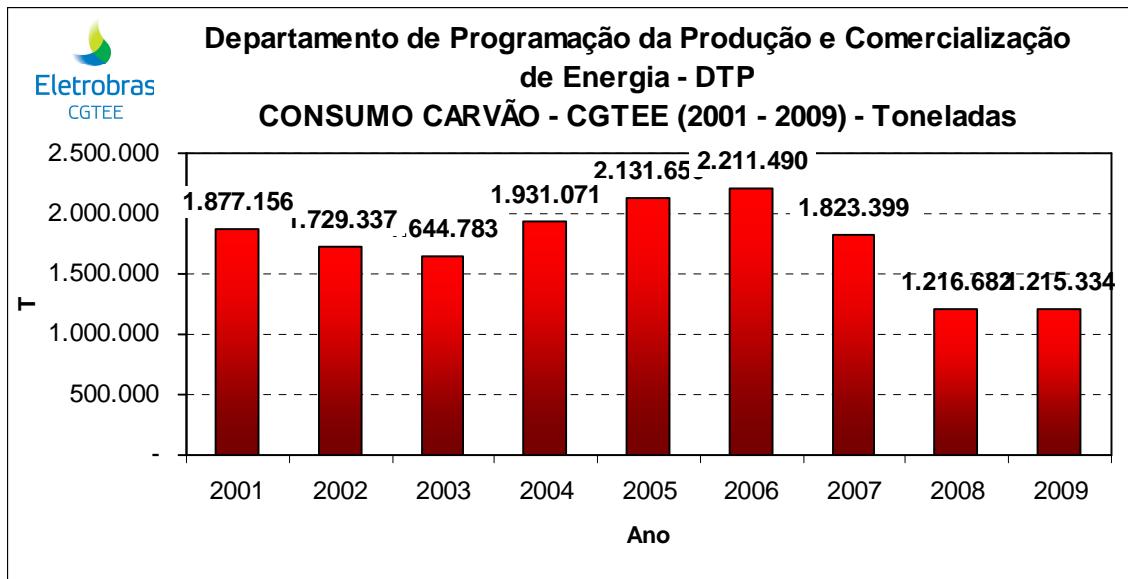


Gráfico 11 – Consumo de carvão na CGTEE no período de 2001 a 2009.

Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia - DTP
CONSUMO ESPECÍFICO DE CARVÃO NA UPME (2001 - 2009)- T / MWh

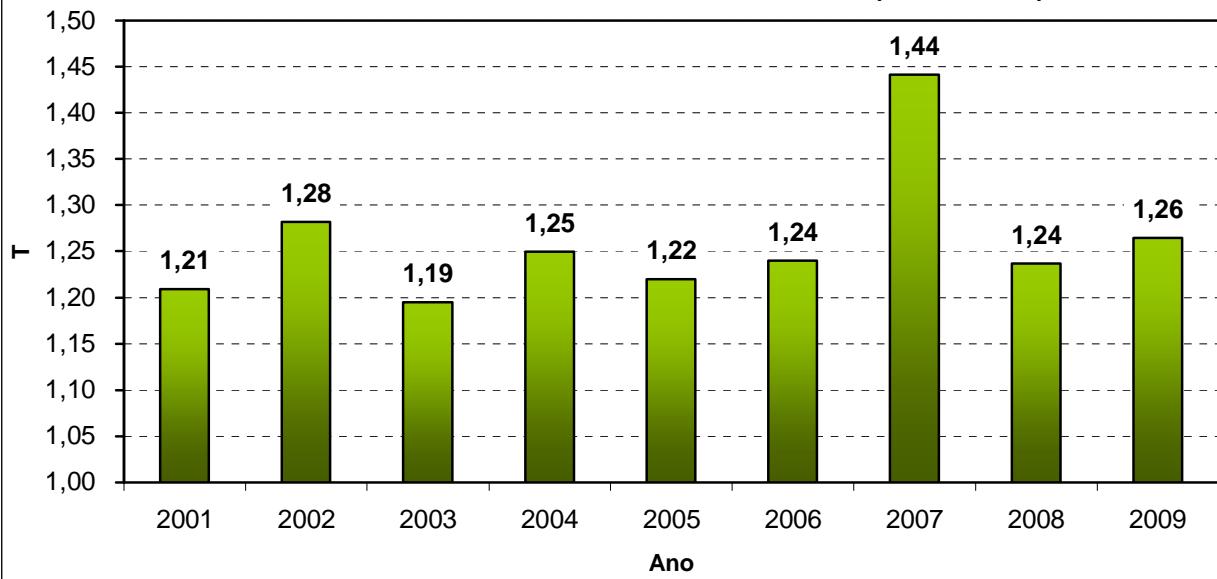


Gráfico 12 – Consumo Específico de carvão na UPME no período de 2001 a 2009.

Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia - DTP
CONSUMO INTERNO - UPME (2001 - 2009) - %

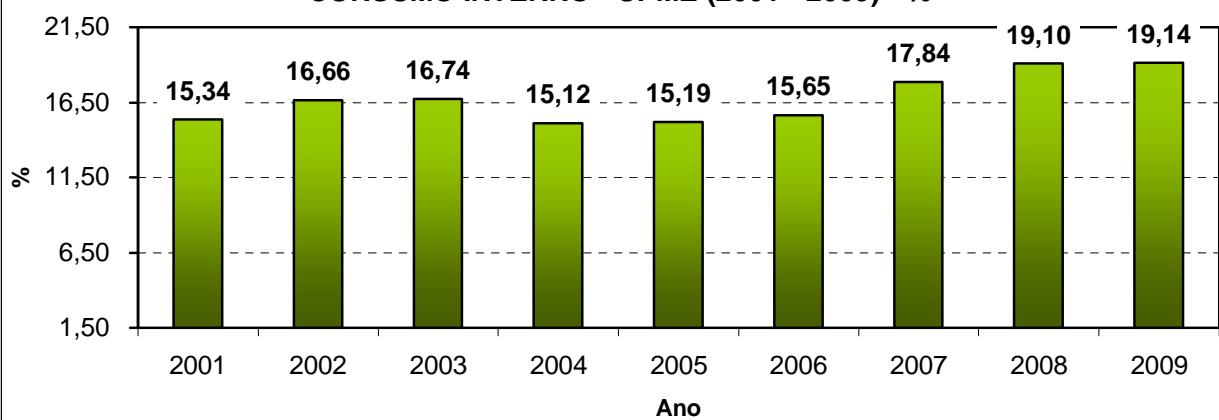


Gráfico 13 - Consumo Interno da UPME.

Relação dos principais serviços executados na UPME

Em meados de 2007 foi efetuada a revisão anual da Unidade IV e, ao final deste ano, a decisão de gestão foi no sentido de retomar o programa de revisões anuais já a partir de 2008. Iniciamos pela Fase A e, posteriormente, as Unidades IV e III, contemplando principalmente as intervenções corretivas em equipamentos e inspeções nas caldeiras e partes sob pressão, tendo como objetivos principais à integridade e disponibilidade. Com relação à disponibilidade, estas atividades constataram sérios problemas de corrosão interna nos tubos da parede espiral das caldeiras da Fase B, sendo mais crítico na Unidade IV, o que nos últimos dois anos tem se evidenciado pela ocorrência de furos, implicando em freqüentes paradas intempestivas das unidades, acarretando longos períodos com as unidades fora de operação. Este foi o principal fator da baixa geração da usina. Ressalta-se que para a retomada a patamares compatíveis de disponibilidade e confiabilidade das Unidades III e IV, será necessária a substituição das áreas comprometidas e a implantação de melhorias em diversos sistemas, indicando a demanda de investimentos de porte.

Diversos projetos estão em andamento, sendo que alguns já foram concluídos no sentido de melhorar o desempenho das Unidades ao longo do ano de 2009, assim como aprimorar as atividades de manutenção.

- **Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos:** Com o objetivo de reduzir a vazão de lançamento de efluentes líquidos e, por consequência, a captação de água bruta do Arroio Candiota, foi desenvolvido o Projeto de Recirculação de Efluentes Líquidos, com as instalações concluídas e em fase de testes operacionais. Além do benefício direto através do retorno do efluente líquido das bacias, tornando o empreendimento ambientalmente mais sustentável, agregou-se como benefício econômico indireto a redução no consumo de energia decorrente da otimização da operação de bombeamento na planta industrial. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais). **Concluído.**
- **Conclusão da Cobertura do Pátio de armazenagem de carvão:** Com uma área coberta de 10.400,00 m², além daquela relativa à drenagem e impermeabilização, que totaliza aproximadamente 20.250,00 m², no Departamento de Produção de Candiota – DTC, a construção da cobertura sobre o pátio de estocagem de carvão, bem como a execução de um sistema de drenagem eficiente, objetivou fornecer ao DTC as condições necessárias para operação adequada desta área. Os benefícios ambientais advindos deste projeto têm como principais reflexos a redução na concentração de material particulado em suspensão no ambiente, melhora na qualidade do efluente líquido e a eliminação dos riscos relacionados à contaminação do solo, obtidos pela impermeabilização. Além destes, a cobertura atenua os efeitos extremamente danosos à operação do sistema de carvão, consequência da elevada umidade retida, em função da exposição do material estocado, quando esta área era descoberta. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 5.860.000,00 (cinco milhões oitocentos e sessenta mil reais). **Concluído.**
- **Construção do Prédio para a Lubrificação:** A construção desta edificação se justificou pelo fato de que, até então, o Setor de Lubrificação não possuía uma área construída em conformidade legal às atividades de estocagem e manuseio destes produtos e suas embalagens, o que representava elevados riscos de acidente ambiental, tendo em vista que não havia a correta destinação dos óleos caso ocorresse algum vazamento durante a operação e manuseio. O projeto visou disponibilizar uma área física destinada à coordenação do setor de lubrificação, local para estocagem e para operação de manuseio,

sistema para condução de todos os efluentes para uma caixa separadora de óleo, incluído também no escopo a impermeabilização e drenagem do terreno compatível com um alto nível de segurança exigido. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais). **Concluído.**

- **Instalação do Sistema de Despoeiramento da Torre de Manuseio de Carvão:** O despoeiramento tem por finalidade a captação de material particulado proveniente da emissão por falha no sistema de selagem decorrente do manuseio de cinza. Esta iniciativa objetiva agregar ganhos significativos à condição de saúde ocupacional, bem como redução do desgaste de equipamentos, adequando-se às exigências do IBAMA. Trata-se de um projeto piloto, visto que as características do material a ser capturado são diferenciadas, servindo os resultados como base para projetos futuros. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 635.000,00 (seiscientos e trinta e cinco mil reais). **Concluído.** Há a necessidade de adequações a instalação elétrica, a CGTEE está contratando um laudo para avaliar se a atmosfera é explosiva ou não.
- **Recomposição dos Pré-Aquecedores da Fase A:** Foi contratada a recuperação, com fornecimento de material, do conjunto de Pré-Aquecedores de Alta Pressão (PAAP nº 4 e nº 5) das Unidades I e II da Fase A do DTC. Esta contratação visou restabelecer o projeto original, possibilitando o retorno à operação dos dois pré-aquecedores de alta pressão em cada unidade, recuperando a capacidade de geração e adequando os parâmetros operacionais, melhorando o desempenho geral das unidades da Fase A. Os equipamentos já foram entregues e estamos na etapa de programação e instalação dos mesmos. O custo do projeto foi de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **Concluído.**
- **Avaliação de integridade das Unidades da Usina termelétrica Presidente Médici:** Conjunto de ações com vistas a garantir a segurança pessoal e patrimonial, assim como se adequar às normas e legislação vigentes, a partir da inspeção das regiões mais críticas das caldeiras e principais tubulações. O plano de avaliação de integridade também permite visualizar o panorama atual dos equipamentos. Também possibilita acompanhar a evolução das condições das caldeiras, através de inspeções periódicas, identificando a necessidade de reparos programados ou imediatos aos danos encontrados ou a coexistência dos mesmos, gerando um banco de dados capaz de planejar as futuras ações e avaliações, bem como um planejamento destinado ao desenvolvimento de um plano de extensão de vida residual. **Executada na Unidade IV.**
- **Substituição das tubulações do Economizador das Caldeiras:** Em 2007 foram substituídos todos os tubos do Economizador da caldeira da Unidade IV e parcialmente os da caldeira da Unidade III. Esta atividade foi concluída na revisão de 2008 na Unidade III. **Foram substituídas nas Unidades III e IV.**

Informações Financeiras

Valor Adicionado

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da "Demonstração do Valor Adicionado", conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2009 em relação ao ano de 2008.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
2009		2008	
Colaboradores	80.475	Colaboradores	63.367
Governo	15.074	Governo	32.153
Agentes Financeiros	5.047	Agentes Financeiros	5.037
Acionistas	(20.919)	Acionistas	(292.202)

Tabela 2 – Valor Adicionado

Gestão Orçamentária

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2009 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto nº 6.647, de 18 de novembro de 2008, e pela Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, sendo o custeio revisado pelo Decreto nº 6.914, de 27 de julho de 2009 e Decreto nº 7.035, de 16 de dezembro de 2009. Os desembolsos da CGTEE ficaram dentro dos tetos orçamentários aprovados.

Gestão Financeira

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2009, atingiu o montante de R\$ 367,9 milhões, enquanto que em 2008 havia sido apurado um valor de R\$ 350,0 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir.

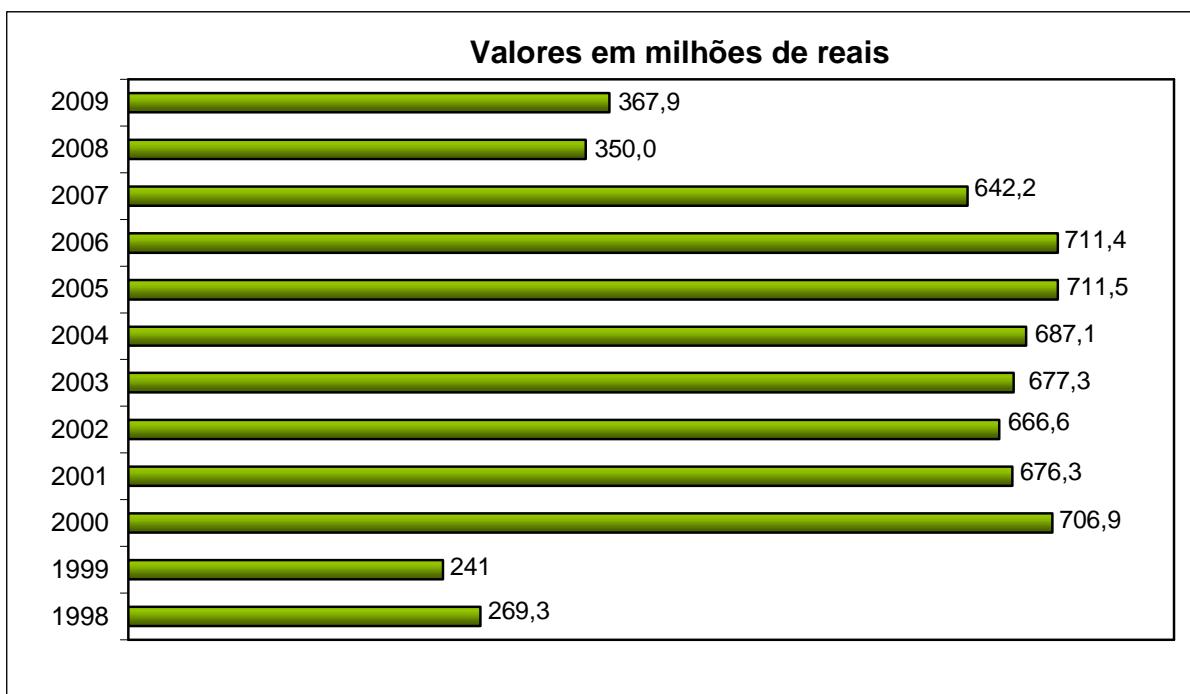


Gráfico 14 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2009

A Companhia, no Exercício de 2009, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 20,9 milhões. O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos pela CGTEE nos últimos exercícios.

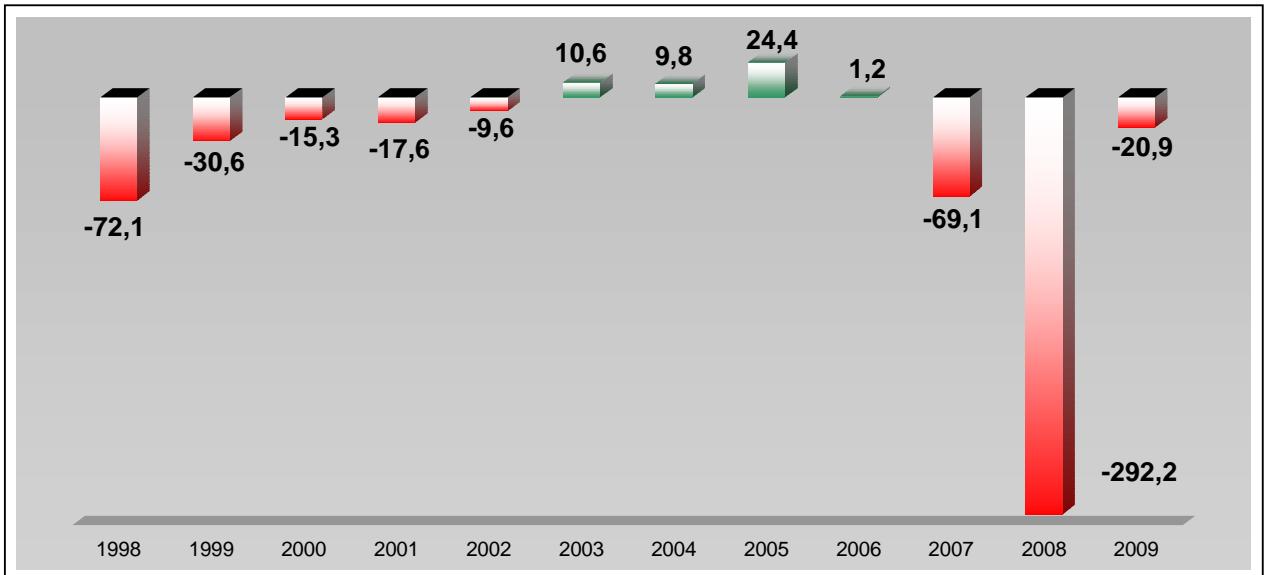


Gráfico 15 - Evolução do resultado – Período 1998 – 2009

Diante desta situação, a Companhia necessita de recursos financeiros para a manutenção das atividades operacionais e de seus investimentos, que até o momento estão tendo suporte pela controladora Eletrobrás através da assunção de empréstimos pela Companhia, conforme os contratos de empréstimos ECF 2735/2009 e 2753/2009.

Conforme determinado pelo Conselho de Administração da Eletrobrás, no âmbito do seu plano de transformação, foi contratada uma consultoria especializada para auxiliar na definição de uma estrutura ótima de capital para as empresas do Sistema Eletrobrás, que será um instrumento importante para o seu saneamento econômico-financeiro, e por consequência o saneamento da própria Companhia.

Em linha com o trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, o Conselho de Administração da Eletrobrás, em 03 de novembro de 2009, anunciou a aprovação da capitalização das empresas controladas pela holding, que deverão seguir novas regras de governança corporativa. De acordo com comunicado enviado ao mercado, a Companhia receberá um aumento de capital de R\$ 38.850.000,00, que está condicionado ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assim como à celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE e à alteração dos estatutos sociais das empresas controladas e da Eletrobrás.

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução nº 631 da ANEEL, de 15/04/2008, com vigência de 19/04/2008 até 18/04/2009, e, a partir desta data, a Resolução nº 808 da ANEEL, de 14/04/2009, homologou as tarifas com vigência prevista até 18/04/2010. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução nº 714 da ANEEL, de 14/10/2008, com vigência de 25/10/2008 até 24/10/2009, e, a partir desta data, a Resolução nº 892 da ANEEL, de 13/10/2009, homologou as tarifas deste contrato, com vigência prevista até 24/10/2010. Estes contratos estabelecem a descontratação em percentual de 10% ao ano, desde 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2009, equivaliam a 0,89 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a liquidez financeira da Companhia.

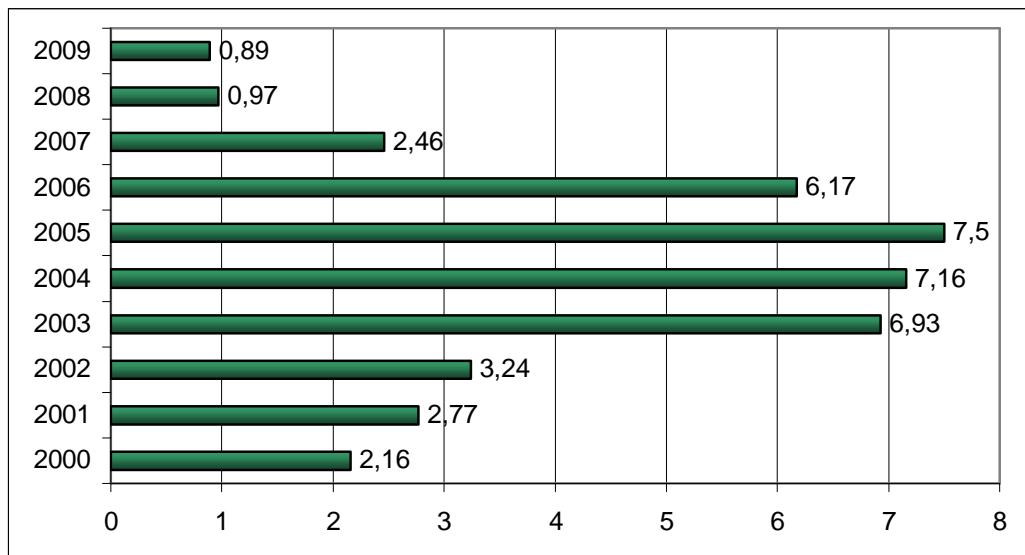


Gráfico 16 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 - 2009

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termeletricidade, medida através do EBITDA (Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ 50,41 milhões no exercício de 2009.

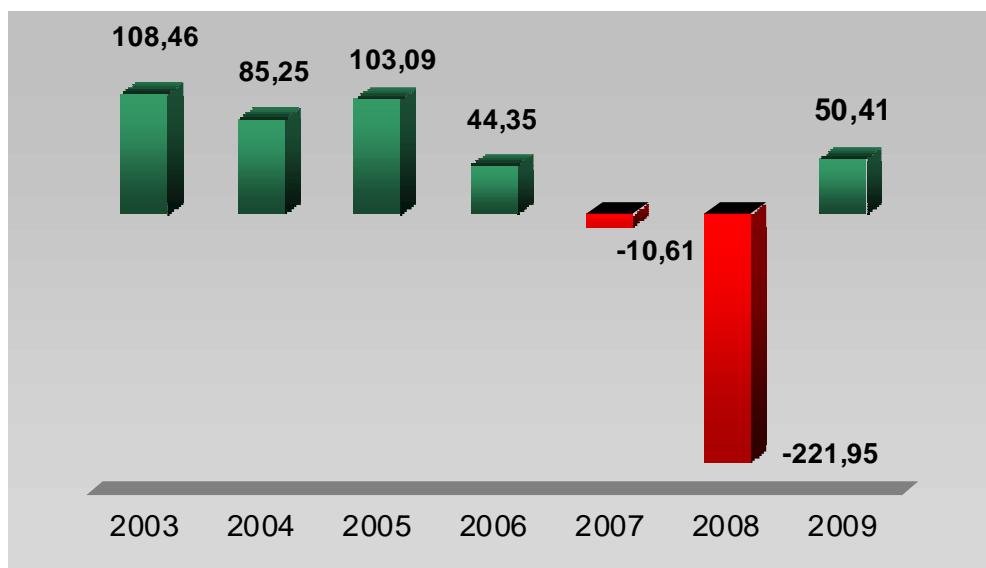


Gráfico 17 - Evolução do EBITDA – Período 2000 – 2009

Modernização da Empresa

Governança Corporativa

Visando propiciar condições para modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade sócioambiental e valorização dos direitos humanos, a CGTEE, alinhada às diretrizes do Sistema Eletrobrás, aperfeiçoou seus processos, cujas premissas são a transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade sócioambiental e eqüidade.

Neste sentido, destacam-se a seguir as principais ações desenvolvidas.

Gestão da Ética

A Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional os integrantes da CGTEE, quanto ao tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete também à Comissão representar a Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância da Alta Administração Federal, bem como promovendo a adoção de normas de conduta éticas específicas para os integrantes da CGTEE.

Submete-se ao Código de Ética, no que couber, todo aquele que, por força da lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente à CGTEE.

Destacamos as principais ações desenvolvidas em 2009: disponibilização do Código de Ética na página eletrônica da Empresa e na *intranet*, bem como link de acesso à Comissão de Ética, revisão do Manual de Procedimentos para a adequação aos compromissos de sustentabilidade sócioambiental, destinação de espaço físico às reuniões, audiências e guarda de documentos da Comissão de Ética.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a direção da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

Em 2009, com o objetivo de fortalecer esta unidade de Ouvidoria, várias medidas foram adotadas, campanhas preventivas aos assédios moral e sexual, desenvolvidas em conjunto com o Comitê de Gênero, adoção do Sistema Unificado de Ouvidorias do Sistema Eletrobrás, atuação conjunta com a Comissão de Ética para consolidação do Sistema de Gestão da Ética, divulgação do funcionamento da Ouvidoria nos boletins informativos, manutenção das Urnas nas Unidades, medidas para aperfeiçoar o funcionamento da Ouvidoria em consonância com a política de sustentabilidade do Sistema, criação do Canal Verde destinado às manifestações sobre questões socioambientais.

Portal da Transparência

Tem como objetivo disponibilizar informações no *site* da empresa sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

Comitê de Sustentabilidade

A CGTEE através do Comitê declara o seu compromisso com a Sustentabilidade contribuindo para uma sociedade baseada na justiça econômica e social, respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos universais. A responsabilidade com o meio ambiente e a sociedade está expressa em nossa missão, visão e nos valores éticos que fundamentam todas as nossas atividades.

Esse comprometimento vem sendo confirmado por meios de decisões como a adesão ao pacto global e a outros instrumentos que buscam o desenvolvimento sustentável e a promoção da cidadania.

Regularização Fundiária

A Comissão designada pela Diretoria Executiva em agosto de 2008, para a alienação dos imóveis residenciais localizados na Vila Operária em Candiota, realizou de janeiro a dezembro de 2009, a venda de trinta e quatro casas, totalizando R\$ 1.3 milhões, e obteve aprovação para comercializar mais oitenta e oito moradias para interessados.

Pesquisa e Desenvolvimento

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE vem sendo realizado desde o ano de 2000 e a Tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLO	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	MME** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50
2007/2008	566.417,40	566.417,39	283.216,89
2008	659.013,77	548.121,77	274.060,88
2009	1.019.244,72	766.126,21	383.063,08

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

A partir do ano de 2009 a ANEEL modificou o programa de P&D e os valores à serem investidos deixam de obedecer o período de ciclos e passam a serem anuais.

Durante o ano de 2009 além dos repasses realizados junto ao FNDCT e a EPE a CGTEE encaminhou junto a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) dois projetos aprovados pela ANEEL referentes ao ciclo 2006/2007. São eles:

- Projeto de desenvolvimento de um sistema de monitoramento on-line de geradores síncronos;
- Projeto desenvolvimento de um sistema de monitoramento on-line de motores de indução.

Estes projetos encontram-se em fase de adequação dos contratos após a análise da Universidade e deverão ser assinados no primeiro trimestre de 2010.

Conforme previsto a CGTEE durante o ano de 2009 reformulou o seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e com isso aprovou junto a Diretoria Executiva as resoluções RES 171/2009 e RES 172/2009 que respectivamente visaram aprovar um novo manual de procedimentos para prospecção de idéias e criar o Comitê de P&D da empresa.

Com estes documentos aprovados a CGTEE implementou um novo método onde a participação de seu corpo funcional foi fundamental e resultou na sugestão de 18 novas idéias, algumas

com um grau bastante elevado de inovação e outras relacionadas com as atividades desenvolvidas pela empresa. A este total de idéias foram adicionados projetos apresentados em ciclos anteriores e que estavam em carteira para análise. Com este conjunto de propostas o Comitê de P&D analisou e encaminhou muitas destas idéias diretamente para as áreas pertinentes uma vez que podem ser implementadas independentemente dos recursos do programa de P&D, e entre elas o Comitê selecionou aquelas que deverão ainda no 1º trimestre de 2010 serem objetos de chamada pública junto as Universidades e Centros de Pesquisas.

(Alínea “c” do item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Relação dos Programas

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Dados gerais do programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Implantar infra-estrutura eficiente e integradora no território nacional.
Objetivos Específicos	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do sistema interligado nacional
Gerente do Programa	Josias Matos de Araújo
Gerente Executivo	Josias Matos de Araújo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sereno Chaise
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Disponibilidade geral, Razão operacional
Público-Alvo (Beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

Programa 0807 – Infraestrutura

Dados gerais do programa

Tipo de Programa	Ação padronizada
------------------	------------------

Objetivo Geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.
Objetivos Específicos	Atualização, ampliação, aquisição e manutenção de bens móveis, ativos de informática e teleprocessamento.
Gerente do Programa	Não aplicável
Gerente Executivo	Rosangela Machado Zoares Mathias
Responsável pelo Programa no Âmbito da CGTEE	Rosangela Machado Zoares Mathias
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sereno Chaise
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Razão operacional
Público-Alvo (Beneficiários)	Todos os empregados

Principais Ações dos Programas

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Ação 1127: Implantação da Usina Termoelétrica Candiota III – Fase C Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Implantação da Usina Termelétrica Candiota III – Fase C, que terá uma potência instalada de 350 MW, a carvão mineral.

Descrição	Essa ação refere-se a construção de uma usina termelétrica a carvão mineral nacional de 350MW que elevará a potencia instalada da CGTEE para 840 MW. Este empreendimento é integrante do PAC do Governo Federal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)
Coordenador nacional da ação	Josias Matos de Araújo
Unidade Executora	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP).
Área (dentro da UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)
Principais atividades para consecução da ação	Importação de equipamentos, contratação de obras civis, concurso público,
Fontes de Financiamento	CITIC GROUP e a controladora ELETROBRÁS

Características

A UTE Candiota III (Fase C), nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW, está sendo instalada em área contígua à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, no município de Candiota/RS, com investimento total estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão. O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Aspectos situacionais

A UTE Candiota III (Fase C), nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW, está sendo instalada em área contígua à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, no município de Candiota/RS, com investimento total estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Em 15 de dezembro de 2005, a CGTEE firmou o Contrato de EPC com a CITIC International Contracting Co. Ltd., sediada na República Popular da China, tendo por objeto a construção da UTE Candiota III (Fase C), em regime "turn key", cujo valor atualizado é da ordem de US\$ 508 milhões(base nov/2005), com prazo de conclusão da usina previsto para 10 de junho de 2010. A Companhia terá outros investimentos com o Projeto, tais como: Fiscalização, Infra-estrutura,

Compensação Ambiental, Pessoal Próprio, Seguros, entre outras, avaliadas em cerca de US\$ 100 milhões (base nov/2005).

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela CGTEE uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e em prestadores de serviços especializados.

Em 20 de abril de 2007 ocorreu a assinatura dos contratos de crédito no montante total de US\$ 430 milhões celebrados entre a ELETROBRÁS e o China Development Bank – CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infraestrutura de construção, e respectivo contrato de repasse para a CGTEE. Os contratos entraram em eficácia em maio de 2008, devido a modificações solicitadas pelas autoridades chinesas, com os recursos sendo disponibilizados em julho de 2008.

Atrasos na emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, pelo IBAMA, na emissão do Ato Autorizativo do Empreendimento, pelo Poder Concedente, e na assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia – CCEARs, pela CCEE, retardaram o inicio efetivo do processo construtivo, ocasionando atraso irrecuperável ao Cronograma Original da Obra, que previa a entrada em operação comercial até 31/12/2009. Todos fatores externos, fora do controle da CGTEE, razão pela qual a Companhia encaminhou pleito à ANEEL, de prorrogação do prazo para conclusão da usina, que ainda está em análise naquela Agência.

Além de outras iniciativas tomadas pela CGTEE visando mitigar o atraso na construção da UTE Candiota III, a CGTEE pactuou com a Contratada para o EPC da usina a adoção de extensão da jornada diária, trabalhos em fins de semana e feriados, e implantação do turno noturno a partir de 12 de agosto de 2009. Tal iniciativa é denominada Programa de Recuperação Parcial do Atraso da Obra, que contempla além da prática de um regime especial de trabalho, o acréscimo equipamentos, medidas alternativas na construção civil, etc, a um custo adicional da ordem de R\$88 milhões de reais, boa parte destes com pagamento condicionado à conclusão da usina em 10 de julho de 2010.

Porém, posteriormente à implantação do Programa de Recuperação Parcial do Atraso da Obra, dois novos eventos de força maior impactaram o novo cronograma da obra, a saber: (i) movimento grevista deflagrado em 18 de agosto que somente se resolveu com a mediação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com o retorno aos trabalhos no canteiro apenas em 09 de setembro de 2009, totalizando 22 dias de greve; (ii) ocorrência de chuvas em volume e freqüência muito acima da normalidade principalmente no mês de novembro de 2009, no qual 10 dias foram severamente prejudicados e outros 13 dias foram parcialmente prejudicados quer pela precipitação pluviométrica, quer pela necessidade de drenar os locais de obra. Essas questões também foram formalizadas à ANEEL. Decorrente desses novos eventos de força maior, a situação de hoje aponta para a conclusão das obras no mês de agosto de 2010.

O exercício 2009 caracterizou-se pela seqüência das obras civis, pela continuidade e conclusão da entrega dos principais equipamentos e componentes que compõe a usina, e pelo efetivo início e desenvolvimento da montagem eletromecânica.

No mês de novembro de 2009 foi atingido o número máximo de operários previsto para a obra, de cerca de 3.700 colaboradores diretos.

O recrutamento via concurso publico atingiu o número de 35 novos empregados em 2009, os quais já estão em processo de treinamento para integrar a equipe de operação/manutenção da usina. Outros 35 colaboradores estão previstos de ingressar em janeiro, e os demais 106 empregados em dois grupos, sendo o primeiro com 30 integrantes em março e o segundo com 76 em maio de 2010.

Os licenciamentos e atos autorizativos do empreendimento foram mantidos vigentes durante o exercício 2009, sem qualquer anormalidade.

Para honrar os compromissos com o setor elétrico (31 contratos de venda de energia assinados com Concessionárias Distribuidoras), decorrentes do atraso da usina, a CGTEE já adquiriu 292 MW médios, para o período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2010.

Ação 4493: Manutenção do sistema de geração de energia elétrica

Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados nas plantas, através de manutenções nos diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.
Descrição	Realização de todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araujo
Unidades Executoras	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Principais atividades para consecução da ação	: As principais atividades desenvolvidas em 2009 (PAT 2009) foram: na recuperação da Torre Úmida de Resfriamento de Água da Fase A foram concluídas 6 células da Torre (total de 8 células), aquisição de peças e componentes para as turbinas 3 e 4 da Fase B, aquisição de equipamentos de manutenção e componentes em geral.

Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais.
-------------------------	---

Características

Este projeto prevê a realização de manutenções e eventuais adequações nos equipamentos instalados nos sistemas dos diversos processos operacionais existentes nas plantas de geração térmica de energia elétrica.

A manutenção disponibiliza maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados nas plantas de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

Aspectos Situacionais

Existem processos de grande valor que ainda não finalizaram o processo licitatório e/ou estão em fase de contratação. O "Sistema de Monitoramento de Gases de Combustão" foi assinado em julho de 2009. A Torre Úmida de Resfriamento de Água da Fase A já possui cinco células concluídas das oito totais. Em relação a processos nas outras unidades podemos destacar, que o processo para a aquisição de duas Capas de Contenção do Rotor para o Gerador II da UT SJ teve licitação fracassada. O Processo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA) para a DTML teve o processo licitatório concluído com assinatura do contrato em 06/04/2009, e a obra já foi concluída.

Ação 3372: Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici em Candiota Dados gerais:

Tipo	Finalística
Finalidade	Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.
Descrição	Realizar reforma e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici - Fases A e B.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araújo
Unidades Executoras	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento Técnico de Engenharia (DTE)
Principais atividades para consecução da ação	As principais atividades desenvolvidas em 2009 (PAT 2009) foram: aquisição de componentes para os moinhos da Fase A, aquisição de sistema de condicionamento e controle químico de amostras e início das atividades relacionadas ao contrato assinado em 01/09/2009 para recuperação parcial das caldeiras da Fase B da UPME..
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Este projeto prevê a realização da reforma e eventuais adequações nos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME). Inclui-se também neste projeto os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte.

Aspectos Situacionais

O Projeto Revitalização da UPME compreende para o ano de 2009 processos de grande valor e muitos desses processos estão sendo revistos e não foram contratados ainda, como os "Pré-Aquecedores de Alta Pressão e Baixa Pressão das Unidades 3 e 4". O "Sistema de Controle e Supervisão (DCS)" teve seu contrato assinado no dia 22/10/09 - IL09400006 - CONTRATO CGTEE/DTC/101/2009. O Processo de "Reforma Parcial das Partes sob Pressão dos Geradores de Vapor das Unidades 3 e 4 da UPME", IL09400004 - CONTRATO CGTEE/DTC/069/2009, teve o contrato assinado em 1º de setembro de 2009. A primeira caldeira deve ficar pronta janeiro de 2011 e a segunda em agosto de 2011.

Ação 3380: Adequação ambiental da usina termelétrica Presidente Médici, fase A e B. Dados gerais

Tipo	Finalística
Finalidade	Adequação ambiental das fases A e B da usina Presidente Médici visando atender as determinações do IBAMA
Descrição	Adequação ambiental das unidades das fases A e B da usina Presidente Médici aos padrões de emissões atmosféricas determinadas pelo órgão licenciador ambiental (IBAMA).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente
Coordenador Nacional da Ação	Josias Matos de Araujo
Unidades Executoras	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	DTA – Departamento Técnico de Meio Ambiente e Departamento de Engenharia
Principais atividades para consecução da ação	O macro projeto “Adequação Ambiental da UPME”, é constituído por uma série de projetos, cujo objetivo principal se faz pela melhoria dos padrões de emissão dos nossos efluentes. Apresentamos os principais projetos e seu respectivo status, Sistema de Dessulfurização, Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar, Recirculação de efluentes e Cobertura do pátio de carvão.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

O programa tem como característica a função de adequar as unidades da Fase A e B da Usina Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

Aspectos Situacionais

Os aspectos situacionais se caracterizam pelos principais projetos e seus respectivos status relacionados a seguir:

- Implantação do sistema de dessulfurização: tem por objetivo atender os padrões de emissão definidos IBAMA quanto aos óxidos de enxofre e material particulado. O lançamento do edital deste sistema aguarda manifestação do IBAMA quanto ao pedido de aditamento do Termo de Compromisso firmado em 10/05/2006.
- Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: visa a melhoria das estações

de monitoramento da qualidade do ar existentes e a implantação de duas novas estações na região de influência da Usina Presidente Médici.

Programa 0807 – Infraestrutura

Ação 4101: Manutenção e adequação de bens imóveis

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
Descrição	Manutenção das instalações existentes e construção de novas edificações, visando proporcionar melhores condições de trabalho e segurança aos seus empregados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa
Unidades Executoras	Departamento Administrativo
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Administrativa
Principais atividades para consecução da ação	Projeto e construção da pista de treinamento de combate à incêndio, contrato de permuta de área e outras avenças entre CGTEE e CEEE e construção de vestiários da sala de bombas
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

O programa tem como característica a manutenção e adequação de bens imóveis com a finalidade de realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida

útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

A partir de uma análise econômica e financeira da Companhia para o ano de 2009, foram estabelecidas diretrizes de ajuste e adaptação orçamentária, priorizando ações que atendam a manutenção e a geração de energia ou que visem a continuidade de atividades essenciais como limpeza, manutenção predial, segurança de pessoas e instalações, entre outros.

Para tanto, as ações inicialmente planejadas sofreram um processo de análise crítica e de priorização, com o objetivo de adequar a realização do orçamento com a capacidade financeira da Companhia.

Neste sentido, buscou-se a otimização de espaços e um melhor aproveitamento das áreas existentes, a alienação de bens imóveis e a devolução de imóveis locados, assim como a priorização na manutenção dos imóveis existentes.

Ação 4103: Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento.

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.
Descrição	Este projeto prevê a atualização e ampliação das ferramentas de gestão da informação adequando as necessidades dos serviços e as evoluções tecnológicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Presidência
Unidades Executoras	Assessoria de Tecnologia da Informação
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Presidência
Principais atividades para consecução da ação	Ações programadas para 2009, foram priorizadas quanto as suas necessidades e urgências, ocorrendo uma adequação, postergando-se o máximo possível, mesmo aquelas consideradas importantes como a migração de versão do Sistema de Gestão

	aquisição de microcomputadores para substituir os equipamento com mais de oito anos de uso e completamente obsoletos e de impressoras, onde o índice de manutenção está acima do aceitável, para um segundo momento, onde as condições de equilíbrio financeiro da Companhia permitam a sua plena realização.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Ação que proporciona a manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento. A finalidade dessa atividade é realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento capazes de prolongar a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionar melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

Em 2009, devido à crise financeira da CGTEE, houve definição de prioridades para investir somente nos itens considerados inadiáveis para não inviabilizar os serviços essenciais na área de TI. Os investimentos realizados foram: aquisição de 03 multifuncionais a laser, 06 microcomputadores, 04 projetores multimídia, 100 memórias RAM, rack para servidores, aquisição junto a SAP do Brasil de licença para Nota fiscal eletrônica, migração do sistema SAP R/3 com comprometimento de investimento 2009 e 2010, aquisição de novas licenças de uso e implementação de novas demandas no GED da CGTEE.

Foi publicado edital visando registro de preços para microcomputadores e notebooks e também um processo para adquirir equipamentos e software para ampliação do ambiente de processamento e armazenamentos de dados, com previsão no primeiro de 2010.

Ação 4102: Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.

Dados gerais:

Tipo	Apoio (ação padronizada)
Finalidade	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
Descrição	Aquisição de móveis necessários a atender a estruturação administrativa bem como sua padronização, renovação da frota e aquisição de máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços ao usuário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Administrativa
Unidades Executoras	Departamento Administrativo

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Administrativa
Principais atividades para consecução da ação	Cumprir função social e política pública desejado pelo segmento através da expansão, adequação ou manutenção dos bens móveis, veículos e máquinas para dar condições de execução das atividades fins bem como possibilitar o incremento da atividade produtiva.
Fontes de Financiamento	Lei Orçamentária Anual – Investimento das Estatais

Características

Esta ação estabelece a manutenção de móveis, veículos, máquinas e equipamentos e tem a finalidade de realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens, proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Aspectos Situacionais

A partir de uma análise econômica e financeira da Companhia para o ano de 2008 até 2010, ocorrida em Fevereiro de 2008, foram estabelecidas diretrizes de ajuste e adaptação da CGTEE, priorizando ações, tanto no custeio como no investimento, que atendam a manutenção e a geração de energia ou que visem a continuidade de atividades essenciais como limpeza, manutenção predial, segurança de pessoas e instalações, entre outros.

Para tanto, as ações inicialmente planejadas sofreram um processo de análise crítica e de priorização, com o objetivo de adequar a realização do orçamento com a capacidade financeira da Companhia.

Neste sentido, optou-se pelo adiamento da maioria dos investimentos previstos, ações programadas para 2009, foram priorizadas quanto as suas necessidades e urgências, ocorrendo uma adequação, postergando-se o máximo possível, mesmo aquelas consideradas importantes como a migração de versão do Sistema de Gestão.

(Alínea “d” do item 2 do Anexo II da DN-TCU 100/2009)

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 e 2.4.2 Programação e Execução Orçamentária

2. INVESTIMENTOS – 2009 -	Dotação aprovada	Realizado 31.12.2009	Índice realizado
2.1. Manut.Bens Imóveis	300.000,00	18.096,00	6,0%
2.2. Manut.Adeq.Ativ.Informática	2.500.000,00	518.995,00	20,8%
2.3. Manut.B.Móveis, Veic, Maq.	300.000,00	128.901,00	43,0%
2.4. Manut.Sist.Geração de Energia	30.854.432,00	7.070.171,00	22,9%
2.5. Implantação de Candiota III (Fase C)	441.468.000,00	401.358.243,00	90,9%
2.6. Revitalização da UPME	103.432.000,00	13.595.881,00	13,1%
2.7. Adequação Ambiental da UPME	15.000.000,00	10.000,00	0,1%
SUB-TOTAL INVESTIMENTO	593.854.432,00	422.700.287,00	71,2%
5. CUSTEIO –2009-	Dotação aprovada	Realizado 31.12.2009	Índice realizado

5.1. Pessoal e Encargos Sociais	59.733.987,00	56.500.213,00	94,6%
5.2. Material e Produtos	280.813.918,00	229.985.620,00	81,9%
5.3. Serviços de Terceiros	48.417.002,00	37.357.718,00	77,2%
5.4. Utilidades e Serviços	1.900.000,00	1.652.759,00	87,0%
5.5. Tributos e Encargos	24.701.586,00	23.194.959,00	93,9%
5.6. Demais Despesas Correntes	16.752.685,00	15.173.312,00	90,6%
SUB-TOTAL CUSTEIO	432.319.178,00	363.864.581,00	84,2%

2.4.1 Evolução dos gastos gerais (Em milhares de R\$)

DESCRÍÇÃO	TOTAL			
	2006	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	731	425	260	271
2. DIÁRIAS E OUTRAS DESPESAS DE VIAGEM	574	541	372	257
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	27.514	27.554	32.965	28.502
3.1. Publicidade	-	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	16.930	18.800	20.843	19.997
3.3. Tecnologia da informação	319	543	460	460
3.4. Outras Terceirizações	10.265	8.211	11.662	8.045
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-	-
TOTAIS	28.819	28.520	33.597	29.030

2.4.2 Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho contribuem para avaliar a performance da empresa para superação dos problemas estruturais e medição da qualidade de manutenção e expansão das unidades. Os índices das metas de 2009 dos indicadores foram repactuados a partir da revisão do orçamento PDG – Plano de Dispêndio Global.

- **Geração Bruta por Empregado em MWH/Empregado**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
> 2.562,34	1.794,55	Meta não atingida	Eficiência e economicidade

Disfunções

Decorrente da grande incidência de rupturas de tubos nos geradores de vapor da Fase B da UTE Presidente Médici e também em função da indisponibilidade durante parte do 1º trimestre do ano de 2009 da Turbina 1 devido a necessidade de conclusão do serviço de recuperação da Turbina executado pelo fabricante do equipamento.

Providências

Implementação de um plano emergencial de recuperação das caldeiras das máquinas 3 e 4 da UPME, com o objetivo de elevar a disponibilidade geral da seguinte forma:

- 1) Foi realizada manutenção em todas as unidades da UPME, visou-se buscar disponibilidade da usina próximo aos 55% (após a intervenção das revisões anuais), porém o objetivo não foi alcançado, após a intervenção de grande porte, a meta é um a disponibilidade de 85%.
- 2) Retrofit com extensão de vida útil e com garantia de performance, revitalizar e atualizar as unidades geradoras da UPME para aumentar a vida útil dos equipamentos, através da incorporação de modernas tecnologias e materiais de qualidade avançada, para a reconquista da disponibilidade e confiabilidade das unidades.
- 3) Aquisição dos tubos para recuperação das paredes d'água da Usina de São Jerônimo e previsão de contratação do serviço de instalação destes tubos durante o 1º semestre de 2010.
- 4) Recuperação do rotor do gerador 1 da Usina de São Jerônimo, com a finalidade de melhorar a disponibilidade geral da usina.
- 5)Foram contratados junto ao fabricante os serviços de recuperação das caldeiras 3 e 4 da UPME.

Objetivo: Visa demonstrar a produção média de energia gerada por empregado. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Geração Bruta MW/anual}}{\text{Efetivo Médio}}$

• **Disponibilidade Geral**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
50%	31,36%	Meta não atingida	Eficiência e eficácia

Disfunções

Decorrencia da grande incidência de rupturas de tubos nos geradores de vapor da Fase B da UTE Presidente Médici e também em função da indisponibilidade da Turbina 4, a qual teve a penúltima roda do estágio de baixa pressão retirada devido à perda de massa das palhetas por corrosão.

Providências

Implementação de um plano emergencial de recuperação das Caldeiras das Máquinas 3 e 4 da UPME, com o objetivo de elevar a disponibilidade geral da seguinte forma:

- 1) Foi realizada manutenção em todas as unidades da UPME em 2009 através das revisões anuais das Unidades. O objetivo foi buscar disponibilidade da usina próximo aos 50% (após a intervenção das Revisões Anuais), até a efetiva viabilização para execução de uma intervenção de grande porte, cuja meta é uma disponibilidade de 85%.
- 2) Aquisição dos tubos para recuperação das paredes d'água.
- 3) Retorno da máquina 4 para melhorar a disponibilidade geral da CGTEE.
- 4) Recuperação do rotor do gerador 1 da Usina de São Jerônimo, com a finalidade de melhorar a disponibilidade geral da Usina.

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica. Quanto maior o percentual de disponibilidade, melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos tempos equivalentes de desligamentos forçados, de desligamentos por falha de partida e de desligamentos programados. O Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia (DTP) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $(1 - (DF + DFP + DP / \text{Tempo Total Período})) * 100$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

- **Razão Operacional**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
1,85	1,50	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: O acompanhamento do indicador Razão Operacional visa demonstrar o quanto da receita operacional está comprometido com as despesas operacionais. Trata-se de um indicador de eficiência e economicidade, cujo órgão responsável é o Departamento de Contabilidade. Quanto menor o valor da razão operacional, melhor o resultado obtido.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesa Operacional (R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida (R\$)}}$

Despesa Operacional = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + depreciação + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + conta de consumo de combustível (CCC) + conta de desenvolvimento energético (CDE) + outras receitas – impostos e contribuições sobre a receita – quota para reserva global de reversão.

- **Razão Operacional sem Depreciação**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
1,62	1,27	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: Indica a relação quantitativa entre a despesa operacional sem depreciação e amortização e a receita operacional líquida, visando demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional sem depreciação e amortização. É um indicador de eficiência e economicidade. Quanto menor o valor da razão operacional sem depreciação melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesas operacionais(R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida(R\$)}}$

Despesas Operacionais = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + outras receitas - impostos e contribuições sobre a receita - quota para reserva global de reversão.

- **Grau de Endividamento sem Obrigações Especiais**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
66,24%	71,33%	Meta não atingida	Economicidade

Disfunções

O índice obtido teve como fatores que influenciaram a indisponibilidade total. Após as paradas gerais ocorridas durante o exercício de 2009 nas unidades 1, 2 e 3, os resultados esperados não foram alcançados, causando uma redução na geração do ano de 2009, devido a ruptura de palhetas da turbina e os geradores de vapor das unidades 3 e 4, com elevada frequência de furos nos tubos.

O aumento dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de 2008, e os problemas técnicos descritos acima a CGTEE apresentou exposição a penalidades por insuficiência de lastro perante CCEE. A compra de energia para contratos; e penalidades daí decorrentes pela não geração, provocaram altos valores despendidos, que foram superiores a receita prevista de energia obtida nesse exercício.

Providências

Recomposição do Lastro físico da CGTEE mediante a contratação de Energia no Sistema Eletrobrás, no montante de 292 MWmédios, para atender os contratos da UTE Candiota III fase C. Recuperação inadiável do Parque Gerador que já está em sua fase de implementação, com recursos da Eletrobrás.

Objetivo: procura retratar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio. Quanto menor o valor do indicador, melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

$$\text{Fórmula do Cálculo: } \frac{\text{PT} - \text{PL}}{\text{PT}} \times 100$$

PT – Passivo Total (R\$)

PL – Patrimônio Líquido (R\$)

- **Despesa de Serviço de Terceiros**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
17,81%	16,51%	Meta atingida	Economicidade e eficácia

Objetivo: visa demonstrar o grau de comprometimento da receita operacional com serviços de terceiros. Quanto menor o valor percentual melhor o resultado obtido. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Serviços de Terceiros}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$

- **EBITDA**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
R\$ (95,66)	R\$ 50,41	Meta atingida	Eficácia

Objetivo: O acompanhamento do indicador EBITDA visa demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponibilizados pela Companhia para o pagamento da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos. O Departamento de Contabilidade (DFC) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: EBITDA (Milhões de R\$) = lucro líquido + despesas financeiras + depreciação + amortização + tributos.

2.4.3 Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ.

Ação 1127: Implantação da Usina Termoelétrica Candiota III – Fase C

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Física	86,9%	77,8%	
Financeira	R\$ 441,46 milhões	R\$ 401,35 milhões	90,9%

Ação 4493: Manutenção do sistema de geração de energia elétrica

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	22,9%	
Financeira	R\$ 30,85 milhões	R\$ 7,07 milhões	22,9%

Ação 3372: Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici em Candiota

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	43,9%	
Financeira	R\$ 103,43 milhões	R\$ 13,59 milhões	13,1%

Ação 3380: Adequação ambiental da usina termelétrica Presidente Médici, fase A e B.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	0,1%	
Financeira	R\$ 15 milhões	R\$ 10 mil	0,1%

Ação 4101: Manutenção e adequação de bens imóveis

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	6%	
Financeira	R\$ 300 mil	R\$ 18 mil	6%

Ação 4103: Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	20,7%	
Financeira	R\$ 2,5 milhões	R\$ 500 mil	20,7%

Ação 4102: Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.

Meta	Previsão	Realização	Execução/Previsão%
Física	100%	43%	
Financeira	R\$ 300 mil	R\$ 129 mil	43%

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009
3 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

a) COMPOSIÇÃO RECURSOS HUMANOS

a 1) Composição do quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	0	723	1036
Requisitados	10		
Celetistas	529		
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	0		
Não Estatutários	36		
Terceirizados			
Total	575	723	1036

a 2) Composição do Quadro Próprio

QUADRO PROPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimento e Vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus).						
2007	539	40.527.295,33	0,00	5.000.692,82	0,00	0,00
2008	534	46.401.230,69	0,00	5.578.002,51	0,00	0,00
2009	565	48.560.009,33	0,00	5.087.151,16	0,00	0,00
<i>Cargos de Livre Provimento</i>						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Requisitados com ônus para a Entidade</i>						
2007	9	1.024.376,10	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	9	855.047,70	0,00	0,00	0,00	0,00

2009	10	1.085.970,23	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Requisitados sem ônus para a Entidade</i>						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

b) TERCEIRIZAÇÃO

b 1) Composição do Quadro Terceirizado

QUADRO TERCEIRIZADO						
Finalidade	Conserv. e Vigilância		Apoio Administ.		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	201	3.110.635,96	0	0,00	107	1.030.318,69
2008	202	2.796.220,30	0	0,00	77	584.155,35
2009	224	5.285.382,11	0	0,00	81	505.424,20

b 2) Demonstrativo dos contratos de terceirização de área-afim no exercício de 2009.

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato	
			Início	Fim
O	CGTEE/ DTML/ DTPJ/ DTPP/ 213/2006	THORGA Engenharia Industrial S/A. 73.235.228/0001-34	19/11/2006	16/5/2011
O	CGTEE/ SEDE/ 249/2005	CONSÓRCIO ENERCONSULT- ECOPLAN-RAMOS ANDRADE 04.335.981/0001-89	15/12/2005	15/12/2010
O	CGTEE/ DTC/ 191/2006	THORGA Engenharia Industrial S/A. 73.235.228/0001-34	10/10/2006	9/6/2010
O	CGTEE/ DTC/ 051/2008	VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL LTDA. 96.824.594/0046-26	1/10/2008	30/9/2010

c) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- **Absenteísmo**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
0,069%	0,068%	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: Visa demonstrar a assiduidade dos empregados ao trabalho. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo:
$$\frac{\text{Nº de ausências : Média de dias úteis}}{\text{Média de empregados}}$$

- **Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
4,63%	6,15%	Meta não atingida	Eficiência

Providências	
Manutenção, fortalecimento e implantação de políticas, tais como:	
<i>Políticas a serem mantidas</i>	
- Divulgação de ações de segurança e saúde ocupacional através da <i>intranet</i> e do jornal interno da CGTEE;	
- Realização de exames médicos periódicos mais abrangentes para todos os empregados;	
- Elaboração de procedimentos de segurança visando normatizar procedimentos de trabalho seguro, minimizando a probabilidade de ocorrência de acidente;	
- Campanha de propaganda interna de saúde do trabalhador e prevenção de acidentes;	
<i>Políticas a serem fortalecidas</i>	
- Treinamento continuado em todas as áreas, com ênfase NR 10 e NR 33;	
- Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA;	
<i>Políticas a serem implantadas</i>	
- Estruturação e fortalecimento do Departamento de Medicina e Segurança do Trabalho com a contratação de empregados do quadro para as funções de médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social;	
- Avaliação de riscos;	
- Programa de prevenção de riscos ambientais;	
- Alteração da metodologia utilizada para fixação da meta, baseada no histórico dos últimos três anos, o que possibilitará uma meta mais condizente com a realidade da Empresa.	

Objetivo: Visa aferir os níveis de segurança no trabalho, bem como medir o tempo não trabalhado em função da inatividade decorrente de acidentes de trabalho. O Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho (DAS) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do cálculo: $\frac{\text{Nº Acidentes} \times 1.000.000}{\text{Horas/homem trabalhadas}}$

Justificativa para o não atendimento da meta: Execução de tarefas com o emprego de procedimentos inadequados.

Proposta para atingir a meta: Adotar controles adequados para o controle do emprego de procedimentos inadequados e implantar programas permanentes de treinamentos operacionais e de segurança.

- **Despesa com Pessoal**

Meta 2009	Índice obtido	Situação	Tipo
35,5%	33,09%	Meta atingida	Eficiência e economicidade

Objetivo: O acompanhamento do indicador despesa de pessoal em Relação à Receita Total (%) visa permitir o gerenciamento das despesas com a rubrica de pessoal. Quanto menor o valor desse percentual melhor o resultado obtido. O Departamento de Recursos Humanos (DAH) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $\frac{\text{Despesa com Pessoal} \times 100}{\text{Receita Total(R$)}}$

Despesa de Pessoal: salário nominal + encargos sociais + vantagens + benefícios previdenciários e de saúde + vale refeição + periculosidade + insalubridade + horas extras + sobreaviso.

Receita Total: receita operacional + receita financeira + receita não operacional.

d) Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

O quasi-qualitativo aprovado pelo DEST para a CGTEE é de 723 empregados, sendo que em trabalho interno realizado em 2006 e aprovado pela Diretoria Executiva o quali-quantitativo ideal é de 1.036 empregados. Este estudo previu a substituição da mão-de-obra terceirizada e dos empregados com tempo de aposentadoria.

Em 31/12/2009 havia 565 empregados.

Os empregados estão distribuídos da seguinte forma por faixa etária

Faixa Etária	Qtde	%
18 a 25 anos	17	3,01
26 a 30 anos	36	6,37
31 a 40 anos	71	12,57
41 a 50 anos	267	47,26
51 a 60 anos	163	28,85
Maior que 60 anos	11	1,94

O quadro acima demonstra uma média de idade de 46 anos e uma necessidade a médio prazo de admitir pessoal para substituir os empregados com tempo de aposentadoria e ao mesmo tempo reter conhecimento.

Considerando que não é possível terceirizar mão-de-obra na atividade fim, o quadro se agrava, pois além da média de idade elevada, o número de empregados em Laudo Médico aumentou muito nos últimos anos. A situação hoje na Operação da Usina Presidente Médici, maior Unidade da Companhia, é a que segue:

SETOR	NECESSÁRIO	QUANTI	LAUDO	DIFERENÇA
Supervisor	5	5	1	0
Fase A	50	39	2	-11
Fase B	55	38	4	-17
Lab. Químico	30	32	5	+2
Total	140	114	12	-26

Esta redução de pessoal determina a convocação de empregados para dobra de turno, sacrificando ainda mais o pessoal na ativa e aumentando a possibilidade de Licenças Médicas.

Com a Unificação das Práticas de Gestão de Pessoas, a implantação do PCR – Plano de Cargos e Salários, SGD – Sistema de Gestão de Desempenho, Unificação de Diretrizes de Desenvolvimento de empregados, entre outros, promovida pela Eletrobrás no Processo de Transformação também é necessário dotar a área de Recursos Humanos, mas principalmente a área de Formação de da CGTEE, com pessoal qualificado para promover o desenvolvimento dos empregados e o alinhamento as diretrizes da Eletrobrás. Esta área é incontestavelmente estratégica e precisa de um aporte de pessoal e estrutura condizentes com a sua Missão.

(Item 4 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

“Não ocorreu no período”

(Item 5 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

“Não ocorreu no período”

(Item 6 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.

Quadro de detalhamento de transferências							
Concedente(s): CGTEE							
UJ / CNPJ		Objeto da Avença					
02.016.507/0001-69		Realização de cursos profissionalizantes de caldeireiro, eletricista, montador, soldador e instalador hidráulico.					
Tipo	Convenete/ beneficiário	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
					Início	Fim	
contrato	FUNCEFET	R\$831.700,00		R\$415.850,00	20/8/2008	20/8/2009	5

Concedente(s): CGTEE							
UJ / CNPJ		Objeto da Avença					
02.016.507/0001-69		Solicitação da Prefeitura de Bagé, destinada a atender a comunidade do Município considerada situação de emergência.					
Tipo	Convenete/ beneficiário	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
					Início	Fim	
Convênio	Prefeitura de Bagé	R\$15.000,00		R\$15.000,00	31/12/2009	31/06/2010	0

Concedente(s): CGTEE							
UJ / CNPJ		Objeto da Avença					
02.016.507/0001-69		Contratação de Instituição que intermedia a contratação e qualificação de jovens aprendizes, de acordo com o que determina o decreto Lei N°5598, de 1º de dezembro de 2005, Artigo 428 da CLT.					
Tipo	Convenete/beneficiário	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
					Início	Fim	
Contrato	Instituto Pobre Servos da Dívina Providência Centro de Educação Profissional São João Calábria	R\$226.891,92		R\$226.891,92	28/12/2006 1º Termo Aditivo 07/03/2007 2º Termo Aditivo 28/12/2007 3º Termo Aditivo 23/12/2008	23/12/2009	5

Concedente(s): CGTEE							
UJ / CNPJ		Objeto da Avença					
02.016.507/0001-69		Agroecológica-Geração de Trabalho e Renda-Implantação de quintais de frutas orgânicas em assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, escolas e pequenos agricultores, visando a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda.					
Tipo	Convenete/beneficiário	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
					Início	Fim	
Contrato	Embrapa/FAP EG	R\$730.000,00	R\$180.000,00	R\$350.000,00	5/8/2008	5/8/2009	0

(Item 7 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Com relação ao controle das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, a CGTEE mantém um convênio de adesão com a Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE (CNPJ 90.884.412/0001-24), cujo demonstrativo anual é detalhado a seguir:

Período	Folha de Pagamento dos Empregados Participantes R\$	Contribuições pagas pelos Empregados Participantes R\$	Contribuições pagas pela Patrocinadora R\$	Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora R\$
jan/09	2.478.856,99	248.525,51	399.140,05	95.776,48
fev/09	2.145.053,78	206.842,21	323.388,71	93.017,25
mar/09	1.814.166,44	163.536,17	257.079,49	88.662,84
abr/09	1.712.992,52	148.098,83	241.937,40	90.778,87
mai/09	1.770.539,69	155.103,09	238.987,02	81.382,31
jun/09	1.707.916,47	146.215,26	295.730,00	91.479,44
jul/09	1.746.082,84	137.308,57	228.852,82	80.245,24
ago/09	1.713.049,23	125.482,78	683.378,73	95.504,73
set/09	1.727.629,09	145.125,07	251.025,97	97.969,13
out/09	1.724.467,47	197.742,29	294.865,13	93.885,02
nov/09	1.728.739,49	154.277,61	250.049,37	101.601,32
dez/09	1.758.113,90	148.507,76	510.702,54	101.381,53
Total	22.774.041,86	2.075.836,88	3.975.137,23	1.175.405,53

A diferença entre a Contribuição da Patrocinadora e a Contribuição paga pelos empregados refere-se a Reserva a Amortizar e a Contribuição de Assistidos.

A Reserva a Amortizar é um compromisso assumido quando da cisão da CEEE e da constituição da CGTEE, quando esta última assumiu os compromissos com a Fundação relativos aos empregados sub-rogados. Estes compromissos são referentes a cobertura de serviços passados dos participantes fundadores, que quando da instituição do plano apresentavam proximidade maior a aposentadoria, o que gerou um compromisso inicial cuja cobertura foi assumida pela CEEE como incentivo a adesão dos empregados. Este compromisso foi assumido antes da Emenda Constitucional nº 20.

O valor referente a Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora refere-se a Seguros e Empréstimos descontados em folha dos participantes.

A Fundação CEEE apresentou os documentos conforme a Lei 109/2001, que determina que os Fundos de Pensão apresentem o Balanço Consolidado e os Pareceres dos Conselhos Fiscal e Conselho Deliberativo e da Auditoria Independente. A SPC não se manifestou com relação às demonstrações contábeis.

Abaixo discriminamos o valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal administrados pela Fundação CEEE de Seguridade Social:

SEGMENTOS	Em R\$ mil		Percentuais por segmento	
	Em 12/2008	Em 12/2009	Em 12/2008	Em 12/2009
Total de Recursos Garantidores	140.941,75	176.202,69	100,00%	100,00%
Renda Fixa	110.664,96	114.106,20	78,52%	64,76%
Renda Variável	25.808,88	41.816,31	18,31%	23,73%
Investimentos Estruturados1	312,71	12.744,61	0,22%	7,23%
Imóveis	2.221,94	2.049,32	1,58%	1,16%
Empréstimos a Participantes	1.875,84	5.218,55	1,33%	2,96%
Disponível	57,42	267,71	0,04%	0,15%

Segmento criado pela Resolução CMN Nº 3972, de 28/09/2009.

Rentabilidade dos Investimentos - 2009	
Segmento de Aplicação	Rentabilidade
Renda Fixa	13,57%
Renda Variável	78,35%
Investimentos Estruturados 2	1,90%
Empréstimos	16,40%
Imóveis	10,58%

Rentabilidade acumulada de 01/10 a 31/12/2009

Em 2009 a rentabilidade nominal auferida na carteira de investimentos da Fundação Ceee, relativo ao Plano Único da Cgtee, foi de 24,67%, que descontada a inflação calculada pelo INPC/IBGE de 4,11%, resultou numa rentabilidade real líquida de 19,75%, portanto 119,44% acima da meta real de gestão de 9% e 229,17%, acima da taxa mínima atuarial de 6%. Todos os segmentos que compõem a carteira de investimentos da Fundação atingiram as metas estipuladas na Política de Investimentos 2009, tendo como destaque o segmento consolidado de Renda Variável, que no acumulado do período auferiu uma rentabilidade nominal de 78,34%.

Não existe descumprimento dos limites fixados em lei para repasse de recursos pela patrocinadora, nem recursos humanos ou patrimoniais cedidos à patrocinada e nem dívidas entre a patrocinadora e a patrocinada.

Os limites legais acima são determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3456/07.

Destacamos que a CGTEE efetua a supervisão sistemática das atividades da entidade pelo acompanhamento de relatórios.

Recentemente a ELETROCEEE teve seu balanço patrimonial auditado, cujo parecer dos Auditores Independentes foi o seguinte:

(1) Examinamos o Balanço Patrimonial Consolidado da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício Consolidado e dos Fluxos Financeiros Consolidado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas, Contábil e de Controles Internos, da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis, referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições, patrimonial e financeira da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em 31 de dezembro de 2009, o Resultado de suas Operações e os seus Fluxos Financeiros, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(4) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por auditores independentes, cujo parecer emitido em 22 de fevereiro de 2009, continha a seguinte ressalva: Em atendimento ao artigo 2.3 do regulamento anexo à resolução do conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC nº18, de 28 de março de 2006, que possibilita a implementação gradual da tábua AT-83 até 31 de dezembro de 2009, a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE adotou a nova tábua GAM-83 em 2006, 50% da diferença entre a GAM-83 e a AT-83 na avaliação de fechamento em 2007. Em dezembro de 2009 será adotada a tábua de mortalidade geral correspondente a 100% da AT-83, e a tábua de mortalidade de inválidos correspondente a 100% da AT-49 para todos os planos de benefícios (nota explicativa nº12.3 e 13.2). Caso os custos de implantação da tábua AT-83 fossem reconhecidos imediata e integralmente pelo regime de competência, o resultado do exercício, as provisões matemáticas e os resultados realizados, incluiriam a parcela ainda nãopropriada. Considerando o disposto na resolução CGPC nº18, de 28 de março de 2006, e com base em estudo atuarial efetuado internamente pela entidade, na data de 31 de agosto de 2007 (não atualizado até 31 de dezembro de 2007), o aumento dos custos nas provisões matemáticas a serem apropriadas em 2009 foi estimado em R\$91 milhões. Continha também, o seguinte parágrafo de ênfase: Até a data da emissão do parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o DRAA – Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial, da patrocinadora AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, não assinado pelos seus representantes legais.

(RUSSEL BEDFORD BRASIL)

Parecer atuarial

A situação financeiro-atuarial do Plano “Único” da ELETROCEEE, patrocinado pela CGTEE, avaliada com os mesmos regimes/métodos de financiamento e com as mesmas hipóteses atuariais adotadas no exercício anterior, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2010 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa SPC/MPS Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 20.089.400,60, equivalente à 12,20% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 164.612.006,55.

Tomando por base a variação do valor da cota do Plano “Único” patrocinado pela CGTEE informada pela ELETROCEEE, relativamente ao período de janeiro a dezembro de 2009, a rentabilidade nominal líquida foi, ao longo de 2009, de 24,67% contra uma meta atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,36%, o que, adotando-se como indexador do plano o INPC do IBGE, representou obter uma rentabilidade real líquida de 19,75% ao ano contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de mais 6% ao ano.

O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido relativamente à este Plano da Patrocinadora CGTEE, apresentaram, em 31/12/2009, as seguintes aberturas:

Provisão de Benefícios Concedidos.	R\$51.810.447,00
Provisão de Benefícios a conceder.	R\$102.268.276,00
Provisão Matemática a Constituir *1.	R\$(9.556.117,05)
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial).	R\$144.522.605,95
Superávit Técnico Acumulado *2.	R\$20.089.400,60
Ativo Líquido do Plano *3.	R\$164.612.006,55

*1 Em fase de amortização através de uma taxa suplementar, a vigorar ao longo dos próximos 132 meses (11 anos), a contar, inclusive, de janeiro de 2010, taxa essa que, a partir de fevereiro de 2010, passará de 4,08% para 4,23% da folha total de salário dos participantes ativos visando preservar seu poder de amortização, sendo a origem dessa Provisão Matemática a Constituir os tempos de serviços passados averbados pelo Plano (por conta da Patrocinadora) durante os quais não houve a correspondente contribuição previdenciária. A forma de amortização dessa Provisão Matemática a Constituir deverá ser revista no momento em que for recomendado pelo atuário responsável por este Plano BD, de modo a compatibilizá-lo com a evolução da massa de participantes ativos.

*2 Sendo esses R\$ 20.089.400,60 totalmente registrado como Reserva de Contingência.

*3 No Ativo Líquido do Plano já está deduzido o Fundo Previdencial, constituído pelo princípio da prudência, de R\$ 10.329.252,21 relativo a demandas judiciais (em tramitação) pleiteando revisões nos valores dos benefícios do Plano, que por ter natureza jurídica, sem decisão transitada e julgada, está sendo custeado por recursos acumulados a partir das contribuições dos participantes (inclusive os assistidos) e do Patrocinador estabelecidas no Plano de Custeio em vigor (sem qualquer sobrecarga específica adicional para a cobertura dessas pendências judiciais), sendo que, nos casos em que tais revisões sejam decorrentes de atos e fatos, cuja decisão judicial atribua responsabilidade jurídica ao Patrocinador, enquanto empregador, o custeio dessas revisões judiciais, assim provisionadas, será feito por dotação patronal em valor atuarialmente avaliado. Tal Fundo Previdencial inclui tanto as diferenças relativas ao período passado, quanto ao período futuro.

NOTA: A idade média dos participantes ativos é de 50 anos.

O saldo da Provisão Matemática a Constituir de R\$ (9.556.117,05), na posição 31/12/2009, referente aos tempos de serviços passados averbados pelo Plano (por conta da Patrocinadora), durante os quais não houve a correspondente contribuição previdenciária, tomando por base uma posição realista, deve ser amortizado através de um contrato de confissão de dívida efetuado pela Patrocinadora, tendo em vista a sensível redução que vem sendo registrada na folha de salários dos participantes ativos deste Plano.

Devemos destacar que o setor responsável da ELETROCEEE nos informou a inexistência de valores, relativos a débitos da Patrocinadora CGTEE para com a ELETROCEEE, referente a contribuições e consignações.

Com relação aos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, Provisão Matemática a Constituir e do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando os regimes/métodos de financiamento e as hipóteses atuariais destacadas no item 1 deste Parecer Atuarial, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela ELETROCEEE e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da ELETROCEEE para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 20.089.400,60, devidamente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas ao nível de mortalidade / sobrevivência e ao retorno dos investimentos.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO – MIBA Nº 426

A Auditoria Interna realizou no exercício de 2009 trabalho na Fundação CEEE, sendo que os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, não tendo sido identificadas inconformidades relativas às operações por parte da Fundação CEEE – Previdência Privada e o Plano Único CGTEE no que tange aos valores das consignações, contribuições e custeio administrativo, bem como os registros contábeis da Patrocinadora, no período em exame.

(Item 8 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

“Não ocorreu no período”

(Item 9 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

“Não ocorreu no período”

(Item 10 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

(Item 11 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

CGU-PLANO DE PROVIDÊNCIAS Nº 224434

Recomendação	Setor Responsável	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
1.1 Recomendamos a CGTEE que adote as medidas cabíveis no sentido de buscar o ressarcimento equivalente aos pagamentos da remuneração da empregada cedida à Defensoria Pública da União, acrescidos dos respectivos encargos sociais definidos em lei. Recomendamos, ainda, que, na hipótese de não obter sucesso com tais medidas, adote as providências necessárias para o retorno da empregada cedida, nos termos do art. 10, do Decreto 4.050/01.	DA	Foi enviada à Defensoria-Pública da União Carta PR-165/2009, datada de 06 de julho de 2009, na qual a CGTEE solicita a inversão do ônus da requisição de empregada. Em resposta à carta acima citada, a Defensoria Pública enviou Ofício nº 332/GAB/DCPU (em anexo), no qual manifesta sua concordância com a inversão de ônus, a partir de julho de 2009, solicitando que a CGTEE emita faturas mensais com os valores a serem resarcidos. Informamos, ainda, que tal documento já foi encaminhado à Diretoria Administrativa para as devidas providências. Prazo: Julho de 2009.

<p>1.2 Recomendamos aos gestores que as requisições/cessões promovidas/autorizadas pela Empresa sejam devidamente formalizadas por meio de processo autuado que reúna todas as informações pertinentes ao assunto, inclusive manifestação da área jurídica.</p>		<p>Acatamos a recomendação, sendo que as futuras requisições/cessões serão objeto de processo administrativo, e do devido parecer da Assessoria Jurídica.</p> <p>Prazo: Imediato</p>
<p>2.1 Recomendamos aos gestores que encaminhem ao DEST/MPOG, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, tanto o Termo de Compromisso vinculado ao ACT 2008/2009, como a decisão de concessão de realinhamento salarial, a fim de que aquele departamento possa apreciar o pleito e decidir quanto à possibilidade de sua convalidação.</p> <p>2.2 Recomendamos à CGTEE que, doravante, só efetive atos que dependam de análise e consentimento de órgãos superiores, especialmente os que representem concessão de vantagens salariais a empregados, após a manifestação conclusiva e formal desses órgãos.</p>	DA	<p><i>Diretoria Administrativa em outubro de 2009</i> Em atendimento a recomendação da CGU para que seja remetido ao DEST a decisão de realinhamento salarial, foi encaminhado consulta a este órgão, sendo recebido a seguinte resposta, através da ELETROBRÁS “ Em resposta à carta CTA-DA-020/2009, informamos que não será necessário o envio da decisão de concessão de realinhamento salarial ao MME ou DEST, tendo em vista que a medida está dentro da Governabilidade do Sistema Eletrobrás, por não exceder o limite de 1% da folha salarial estabelecido pela resolução CCE-009/96, de 10 de outubro de 1996”.</p> <p>Diretoria Administrativa em janeiro de 2010. Conforme Carta CTA-DA 3384 de 07/04/2009, ratificada pela Carta CTA-DA 4589/2009 da ELETROBRÁS estão proibidas todas e quaisquer movimentações salariais até a implementação do novo PCR – Plano de Carreira e Remuneração, sem que haja autorização expressa da nossa Controladora.</p>
<p>3.1 Recomendamos aos gestores, doravante, por ocasião da realização de licitações, consignar no orçamento a discriminação dos quantitativos dos itens de serviço a serem executados, de modo a observar o §4º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93.</p>	DF	<p><i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes</p>

		de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.
4.1 Recomendamos aos gestores, doravante, nos processos licitatórios, incluir orçamento detalhado com a composição de custos unitários dos serviços a serem executados, de forma a dar cumprimento ao disposto no inciso II, §2º, artigo 40 da Lei nº 8666/93.	DF	<p><i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.</p>
5.1 Recomendamos aos gestores que quando exigirem nos editais de licitação mais de um atestado para qualificação técnica, façam constar no respectivo processo justifica técnica para tal. 5.2 Recomendamos aos gestores, doravante, incluir nos editais de licitação, com exigência de qualificação técnica, indicação de parâmetros objetivos para a habilitação dos licitantes.	DF	<p><i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.</p>
6.1 Recomendamos que os gestores aperfeiçoem seus controles internos relativos ao acompanhamento dos procedimentos para contratações de atividades regulares, de modo a evitar a ocorrência de falhas análogas à constatação apontada.	DF	<p><i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.</p>
7.1 Recomendamos aos gestores que, quando do processamento e julgamento de certames licitatórios, verifiquem a real necessidade técnica de se promover diligências, e que,	DF	<p><i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a</p>

optando pela sua realização, abstêm-se de adotar tratamento desigual entre os licitantes, a fim de observar o art. 3º, da Lei nº 8.666/93.		Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.
8.1 Recomendamos aos gestores que exerçam efetivo controle sobre as transferências de recursos realizadas por meio de convênio, só efetuando a liberação de parcela de recurso pendente após comprovação de que a parcela recebida tenha sido integralmente aplicada adequadamente, nos termos do item 6.7, "a", do Manual de Procedimento relativo a convênios (PPL-PRG-003).	PRH	<i>Memorando DF-004/2010 de 11/01/2010</i> Informo que as providências tomadas pela DF, em relação ao Plano de Providências CGU-224434 encontram-se na Circular DF – 003/2009 de 13.08.2009, enviada via e-mail para a Auditoria Interna no dia 08.01.2010. Esta circular (em anexo) foi enviada aos Chefes de Departamentos das Diretorias e Gestores de Processos de Aquisições e Serviços.

Item 11 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU Nº 100/2009
RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Unidade Jurisdicionada					
Deliberações do TCU					Descrição da Deliberação:
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.670/2007-5	2591/2009	1.4.1	Determinação	441236709
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA					95519
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					95519

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

A Assessoria de Gestão, na elaboração do Relatório de Gestão, fez contar a informação determinada pelo Tribunal de Contas da União.

Síntese dos resultados obtidos

Que o Tribunal de Contas da União seja devidamente informado sobre os desdobramentos da Ação Cível nº 001/1.07.0207693-0 (5ª Vara Cível de Porto Alegre), movida contra o Banco KFW.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores que influenciaram a adoção de providências pelo gestor.

Deliberações do TCU**Deliberações expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo
02	TC-018.864/2007-9	31/2009	1.5.1	Determinação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA				95519
Descrição da Deliberação:				
Fazer constar em todos os editais de licitação índices contábeis, de forma a avaliar a situação econômica e financeira das empresas participantes, com o objetivo de resguardar o Erário de possíveis danos, nos termos do disposto no § 5º do art. 31 da Lei nº 8666/93.				

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria Financeira	955519
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Informamos que adotamos com regularidade as providências de fazer constar nos editais os índices contábeis, conforme exigência disposta no § 5 do Art. 31 da Lei nº 86666/93 para as modalidades Convites, Tomadas de Preços e Concorrência.	
Síntese dos resultados obtidos	
Informamos que realizamos o acompanhamento sistemático dos índices contábeis das empresas que participam das licitações na CGTEE através de emissão de parecer técnico-contábil assinado pelo Contador da CGTEE.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A aplicação da locução “fazer constar em todos os editais índices contábeis” nos casos das modalidades Pregão Presencial e Eletrônico e Registro de Preços, certamente atrasará o desfecho de eventuais contratações motivado pela inclusão de mais uma fase de análise que, no caso, deve ser feita por um profissional técnico em contabilidade.	

Deliberações do TCU				
Deliberações expedidas pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo
03	TC-018.864/2007-9	31/2009	1.5.2	Determinação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA				95519
Descrição da Deliberação:				
Realizar o devido certame licitatório, nos termos do estabelecido no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, para dar continuidade aos serviços de atendimento pscicossocial				

individualizado, ginástica laboral e atendimento nutricional, contratados por meio do Processo nº CGTEE/SEDE/022/2006 – IL06400001.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria Financeira	95519

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Em dezembro de 2007 foi aberto o Processo Administrativo Nº CGTEE/SEDE-1256/2007, objetivando licitar os serviços contratados anteriormente através de Inexigibilidade, conforme consta no Processo Administrativo Nº CGTEE/SEDE/022/2006. O pregão eletrônico foi realizado em 19 de janeiro de 2008. A empresa vencedora foi o SESI – Serviço Social da Indústria.

Síntese dos resultados obtidos

Foi atendida a determinação no Tribunal de Contas da União.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: foi atendida a recomendação do TCU e foi realizado pregão eletrônico, onde foi possível a contratação do SESI para prestar os serviços constantes no Projeto Básico, atendendo as necessidades da CGTEE.

Fatores negativos: tendo em vista a especificidade dos serviços a serem contratados e a necessidade de que única empresa pudesse fornecer os serviços de ginástica laboral, atendimento psicossocial e nutricional, aliado ao fato de que os serviços deveriam estar disponíveis nas diversas Unidades da CGTEE, algumas de difícil acesso, como a UPME – Unidade Presidente Médici, dificultaram a contratação através de licitação.

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo		
04	TC-018.864/2007-9	31/2009	1.5.3	Determinação		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG			
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA			95519			
Descrição da Deliberação:						
Aprimorar seus controles de contas a pagar, de forma a evitar a incidência de acréscimos moratórios em virtude de pagamento de tributos em atraso.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação				Código SIORG		
Diretoria Financeira				95519		
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
No sentido de reduzir os desembolsos com o pagamento de juros e multas por atraso no recolhimento de impostos e contribuições a Companhia passou adotou as seguintes iniciativas: Realizamos o mapeamento de todos os processos envolvendo as obrigações fiscais principais e acessórias, visando o cumprimento da Legislação Brasileira e a Lei Sarbanes e Oxley que orienta as empresas com relação aos controles internos. Essa necessidade surgiu pelo registro da Eletrobrás da SEC americana que controla o mercado de capitais. Com isso, implantamos melhorias e controles internos adicionais que trazem maior confiabilidade as atividades fiscais;						
O DFI e o DFC tem agido no treinamento e esclarecimento aos gestores, DFS e ordenadores de despesa sobre a responsabilidade dos mesmos com relação aos impostos.						
Os Diretores circularização suas assessorias e departamentos subordinados orientando sobre o cumprimento de prazos e atendimento a legislação tributária;						
O DFI e DFC já solicitaram ao DAH medidas para agilizar o processamento, envio das informações para pagamento, e a conciliação das informações geradas pelo sistema de folha através de obrigações acessórias junto ao INSS, FGTS e Ministério do Trabalho com os respectivos pagamentos, principal ferramenta utilização pela fiscalização tributária;						
O DFC através da do DFCF preparou programa de treinamento visando qualificar seus colaboradores, na busca do pleno atendimento a legislação tributária;						

Nas datas de recolhimento dos principais impostos e contribuições faz circular pela internet, rede e pelo sistema de mensagens do SAP/R3 mensagem informando aos gestores e ordenadores de despesas dos respectivos vencimentos;

Síntese dos resultados obtidos

A companhia tem apresentado o seguinte histórico para este assunto, demonstrando que houve redução significativa para esta questão.

2004	R\$ 436.206,69
2005	R\$ 120.274,68
2006	R\$ 598.581,64
2007	R\$ 108.142,69
2008	R\$ 101.637,15
2009	R\$ 3.015,78

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A análise critica dos fatores positivos ou negativos não foi realizada no âmbito da CGTEE.

(Item 12 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	47	43
Desligamento	15	11
Aposentadoria	05	05
Pensão	00	00

Na coluna “quantidade”, nas linhas admissão e desligamento, o número é composto por empregados e assessores regidos pela CLT. Na coluna “registrados no SISAC”, o número é composto somente por empregados, pois, segundo o TCU, devemos lançar apenas os empregados concursados. Em relação a aposentadorias e pensões, a CGTEE não concede nenhuma delas.

(Item 13 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

(Item 14 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

14.1 Ação de declaração de nulidade c/c exibitoria de documentos

Réu: KFW - KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE

AUTOR: CGTEE

RÉU: KFW - KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE

Natureza do Processo: Ação de Declaração de Nulidade c/c Exibitoria de Documentos

Nº do Processo: 001/1. 07.0207693-0

Foro/Comarca: 5ª Vara Cível do Foro Central

Data de distribuição: 10/09/2007

Andamento do Processo: Determinada citação da ré na Alemanha através de Carta Rogatória

Honorários Advocatícios:

Valor atual: R\$10.000,00

Valor possível do processo: A ação não importa pagamento de valores, pois objetiva anular documento.

Probabilidade de perda: Remota

Resumo: Trata-se de ação com pedido de declaração de nulidade combinada com exibitoria de documentos de supostos avais que seriam atribuídos à CGTEE, na qual é autora e o KFW Bankengruppe é réu. A fase ainda é a citação da ré. A carta rogatória foi expedida em 22.01.2010 e será o expediente agora utilizado para a tentativa de que o processo se dê de forma mais célere.

14.2 Reclamatórias trabalhistas.

No final de 2009 a CGTEE possuía 1.556 reclamatórias trabalhistas ativas, sendo julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região 30 reclamatórias, 15 delas excluindo empresa da lide a CGTEE e 15 condenando.

O total pago pela CGTEE em razão da condenação em reclamatórias trabalhistas restou em um valor bruto de R\$2,21 milhões.

No ano de 2009 foram ajuizadas 181 reclamatórias trabalhistas contra a CGTEE, sendo que 100 reclamatórias foram ajuizadas em decorrência da construção da Fase C na unidade de Candiota.,

14.3 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2009

Empresa: CGTEE Companhia de Geração Térmica da Energia Elétrica



1 - Base de Cálculo		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)				
Receita líquida (RL)		271.099			265.831				
Resultado operacional (RO)		(20.919)			(292.202)				
Folha de pagamento bruta (FPB)		71.539			74.597				
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Alimentação		3.608	5,04%	1,33%	2.829	3,79%	1,06%		
Encargos sociais compulsórios		14.768	20,64%	5,45%	14.158	18,98%	5,33%		
Previdência privada		4.121	5,76%	1,52%	3.376	4,53%	1,27%		
Saúde		1.306	1,83%	0,48%	1.264	1,69%	0,48%		
Segurança e saúde no trabalho		2.327	3,25%	0,86%	2.126	2,85%	0,80%		
Educação		59	0,08%	0,02%	68	0,09%	0,03%		
Cultura		51	0,07%	0,02%	35	0,05%	0,01%		
Capacitação e desenvolvimento profissional		121	0,17%	0,04%	116	0,16%	0,04%		
Creches ou auxílio-creche		370	0,52%	0,14%	127	0,17%	0,05%		
Participação nos lucros ou resultados		6.034	8,43%	2,23%	7.944	10,65%	2,99%		
Outros		1.065	1,49%	0,39%	965	1,29%	0,36%		
Total - Indicadores sociais internos		33.830	47,29%	12,48%	33.008	44,25%	12,42%		
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Educação		350	-1,67%	0,13%	47	-0,02%	0,02%		
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Saúde e saneamento		13	-0,06%	0,00%	157	-0,05%	0,06%		
Esporte		30	-0,14%	0,01%	0	0,00%	0,00%		
Combate à fome e segurança alimentar		1.045	-5,00%	0,39%	416	-0,14%	0,16%		
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Total das contribuições para a sociedade		1.438	-6,87%	0,53%	620	-0,21%	0,23%		
Tributos (excluídos encargos sociais)		15.675	-74,93%	5,78%	12.359	-4,23%	4,65%		
Total - Indicadores sociais externos		17.113	-81,81%	6,31%	12.979	-4,44%	4,88%		
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		480	-2,29%	0,18%	1.218	-0,42%	0,46%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos		166	-0,79%	0,06%	4.393	-1,50%	1,65%		
Total dos investimentos em meio ambiente		646	-3,09%	0,24%	5.611	-1,92%	2,11%		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos		(X) não possui metas	() cumpre de 51a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas	() cumpre de 51a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009			2008				
Nº de empregados(as) ao final do período		565			534				
Nº de admissões durante o período		47			5				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		726			654				
Nº de estagiários(as)		81			77				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		359			473				
Nº de mulheres que trabalham na empresa		95			84				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11,48%			15,70%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		44			43				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		4,92%			4,48%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		2			2				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		17,77			19,42				
Número total de acidentes de trabalho		22			35				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	() direção e gerências	(X todos(as) empregados(as))	() direção	() direção e gerências	(X todos(as) empregados(as))		
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)		() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT		
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as))	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as))		
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as))	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as))		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		(X) não serão sugeridos	() serão sugeridos	() serão exigidos	(X) não serão sugeridos	() serão sugeridos	() serão exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	130	_____	_____	na empresa	63	_____		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	85%	_____ %	_____ %	na empresa	80%	_____ %		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2009			2008				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	R\$ 15.074 governo	R\$ 80.475 colaboradores(as)	R\$ (20.919) acionistas	R\$ 5.047 terceiros	R\$ 32.153 governo	R\$ 63.367 colaboradores(as)	R\$ (292.202) acionistas		
7 - Outras Informações	0								

PARTE B DO ANEXO II DA DN-TCU 100/2009.

(Item 3 da parte B do anexo II da DN-TCU 100/2009)
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

15.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota			PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL		Nota		
		2009	2008				2009	2008
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.560	2.182	Fornecedores	13	87.734	76.981	
Aplicações no mercado aberto	6	10.014	36.173	Salários e encargos sociais		4.255	4.149	
Contas a receber de concessionárias	7	24.261	23.188	Tributos e contribuições sociais	14	10.539	7.582	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(183)	(171)	Empréstimos e financiamentos	15	62.005	-	
Impostos a recuperar	9	6.791	8.230	Encargos do consumidor a recolher	16	2.240	2.514	
Aquisição de combustível a recuperar - CDE		3.194	3.854	Obrigações estimadas	17	9.615	7.424	
Almoxarifado	32	46.540	35.112	Provisão para aposentadoria incentivada	18	709	1.050	
Despesas pagas antecipadamente	31	1.655	1.727	Provisão para contingências	19	13.227	10.033	
Outros créditos	10	1.110	1.223	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	21	3.397	3.477	
Total do circulante		117.942	111.518	Outras obrigações		977	499	
				Total do circulante		194.698	113.709	
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo				NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	9	3.539	4.915	Encargos da dívida	15	21.612	7.811	
Depósitos judiciais		5.367	5.961	Empréstimos e financiamentos	15	698.082	566.327	
Total do realizável a longo prazo		8.906	10.876	Provisão para aposentadoria incentivada	18	829	1.288	
Imobilizado				Plano de aposentadoria	28	-	2.214	
Em serviço - líquido	11	230.764	197.752	Total do não circulante		720.523	577.640	
Em curso	11	922.566	716.973					
Total do imobilizado		1.153.330	914.725	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL				
Ativos intangíveis				Capital social	22	868.721	868.721	
Em serviço - líquido	12	2.843	4.236	Ações próprias em tesouraria	22	(91)	(91)	
Em curso - líquido	12	137	-	Reservas de capital	22	4.436	4.436	
Total dos ativos intangíveis		2.980	4.236	Prejuízos acumulados	22	(543.979)	(523.060)	
Total não circulante		1.165.216	929.837	Recursos destinados ao aumento de capital	22	329.087	350.006	
				Total do patrimônio líquido e recursos destinados ao aumento de capital		38.850	-	
TOTAL DO ATIVO		1.283.158	1.041.355			367.937	350.006	
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL				
						1.283.158	1.041.355	

**Demonstrações do Resultado, Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>Nota</u>	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Suprimento de energia elétrica	23	212.317	195.228
Outras receitas - aluguéis		43	30
Total da receita operacional bruta		<u>212.360</u>	<u>195.258</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
Encargos do consumidor		(8.265)	(7.222)
Impostos e contribuições sobre a receita		(14.493)	(11.830)
Total das deduções da receita operacional		<u>(22.758)</u>	<u>(19.052)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>189.602</u>	<u>176.206</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	31 (a)	(100.597)	(192.464)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(10.142)	(8.341)
Total do custo do serviço com energia elétrica		<u>(110.739)</u>	<u>(200.805)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	25	(47.134)	(50.256)
Entidade de previdência privada	25	(3.252)	(2.897)
Material		(11.518)	(13.636)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		(90.111)	(93.843)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	24	81.497	89.625
Serviços de terceiros		(27.037)	(30.002)
Depreciações e amortização		(41.430)	(43.947)
Outros custos		(5.050)	(4.585)
Total do custo de operação		<u>(144.035)</u>	<u>(149.541)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		<u>(65.172)</u>	<u>(174.140)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Despesas gerais e administrativas	26	(29.091)	(28.108)
RESULTADO DO SERVIÇO		<u>(94.263)</u>	<u>(202.248)</u>
Ajuste ao valor recuperável de ativos	11 e 5(J)	61.552	(92.771)
Depreciação dos ativos da Parcela de Impairment	11 e 5(J)	13.410	-
Outras receitas (despesas) operacionais		1.299	581
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>76.261</u>	<u>(92.190)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		1.371	5.625
Juros, multas e variações monetárias		899	1.855
Total das receitas financeiras		<u>2.270</u>	<u>7.480</u>
Despesas financeiras			
Encargos da dívida		(4.229)	(4.714)
Outras despesas financeiras		(958)	(530)
Total das despesas financeiras		<u>(5.187)</u>	<u>(5.244)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(20.919)</u>	<u>(292.202)</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		1.126.948	1.126.948
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (EM REAIS)		<u>(18,56)</u>	<u>(259,32)</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados ao Aumento do Capital.

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Recursos destinados aumento de capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	22	868.721	(91)	4.436	(230.858)	-	642.208
Prejuízo do exercício		-	-	-	(292.202)	-	(292.202)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	22	<u>868.721</u>	<u>(91)</u>	<u>4.436</u>	<u>(523.060)</u>	<u>-</u>	<u>350.006</u>
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	(20.919)	-	(20.919)
Subtotal Patrimônio Líquido		<u><u>868.721</u></u>	<u><u>(91)</u></u>	<u><u>4.436</u></u>	<u><u>(543.979)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>329.087</u></u>
Recursos destinados ao aumento de capital	22	-	-	-	-	38.850	38.850
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u><u>868.721</u></u>	<u><u>(91)</u></u>	<u><u>4.436</u></u>	<u><u>(543.979)</u></u>	<u><u>38.850</u></u>	<u><u>367.937</u></u>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.
(em milhões de reais)

	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(20.919)	(292.202)
	(20.919)	(292.202)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	41.994	44.549
Amortização de intangível	1.393	1.406
Perda na venda de ativo imobilizado	2.709	25.975
Rendimentos aplicação no mercado aberto	(1.371)	(5.625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(605)
Despesa de juros e variações monetárias	13.801	13.620
Ajuste ao valor recuperável de ativos	(74.962)	92.771
	(16.424)	172.091
Total de Ajustes		
Variações em:		
(Aumento) / redução em aplicação no mercado aberto	27.530	65.508
(Aumento) / redução em contas a receber de concessionárias	(1.073)	(5.616)
(Aumento) / redução em almoxarifado	(11.428)	(6.546)
(Aumento) / redução em impostos a recuperar	2.815	21.281
(Aumento) / redução em depósitos judiciais	594	(698)
(Aumento) / redução em outros ativos	843	6.082
Aumento / (redução) em fornecedores	10.752	25.887
Aumento / (redução) em salários e encargos sociais	106	660
Aumento / (redução) em tributos e contribuições sociais	2.957	1.044
Aumento / (redução) em outros passivos	2.316	6.153
Aumento / (redução) em provisão para contingências	3.195	(281)
Aumento / (redução) em prov. p/aposent. incentivada e pl. de aposentadoria	(3.014)	(3.628)
	35.593	109.846
Total de Variações		
	(1.750)	(10.265)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
	(1.750)	(10.265)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(208.346)	(555.638)
Aquisições de ativo intangível	(137)	(247)
	(208.483)	(555.885)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
	(208.483)	(555.885)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos destinados ao aumento de capital	38.850	-
Ingressos de empréstimos	193.761	566.327
	232.611	566.327
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
	232.611	566.327
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	22.378	177
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	24.560	2.182
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	2.182	2.005
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.378	177

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.
Informação adicional as demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

	2009	2008
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	212.317	195.228
Outras receitas operacionais	1.561	747
	213.878	195.975
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(100.597)	(192.464)
Serviços de terceiros	(31.302)	(33.578)
Materiais	(11.909)	(13.995)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(90.111)	(93.843)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	81.497	89.625
Outros custos operacionais	(15.667)	(12.149)
(-) Recuperação de despesas - Impairment	74.962	(92.771)
	(93.127)	(349.175)
VALOR ADICIONADO BRUTO	120.751	(153.200)
RETENÇÕES		
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(43.387)	(45.955)
	(43.387)	(45.955)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	77.364	(199.155)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.270	7.480
Outras receitas - aluguéis	43	30
	2.313	7.510
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (RETIDO)	79.677	(191.645)
DISTRIBUIÇÃO (RETENÇÃO) DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	80.475	63.367
Governo	15.074	32.153
Agentes financeiros	5.047	5.037
Retenção de prejuízo do exercício	(20.919)	(292.202)
TOTAL	79.677	(191.645)

15.1.1 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31.12.2009 E DE 2008.

Contexto Operacional

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (“controladora”, “Eletrobrás”), foi constituída em 28 de julho de 1997.

Através do Contrato de Concessão no. 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina da NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW/h. Além da concessão, detém autorização, por meio da Portaria MME no. 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW/h. A nova usina está em implantação para entrada em operação comercial em 1º. de julho de 2010. A energia a ser gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º. de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado), referente à energia comercializada no leilão 002-2005 citado anteriormente, a Companhia está adquirindo, através de realização em Chamadas Públicas de energia, o montante equivalente a 292 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado), referente a energia comercializada no leilão 002-2005 citado anteriormente, a Companhia participou de leilões de venda de energia adquirindo parcialmente os montantes necessários (Abril 2010 - 118MW; Maio/10 - 198MW; Junho/10 - 253MW). Desta forma a Companhia deverá adquirir, através de realização e participação em Chamadas Públicas, os montantes faltantes para o período de 01 de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010, até o limite de 292 MW médios mensais, atendendo plenamente os CCEARs.

Com a instalação da nova usina, a Companhia passará a contar com potência instalada total de 840 MW/h, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia tem operado em níveis abaixo de sua capacidade instalada em função de problemas conforme comentado na Nota 2, ocasionando a apuração de prejuízos operacionais nos últimos exercícios.

Diante desta situação, a Companhia necessita de recursos financeiros para a manutenção das atividades operacionais e de seus investimentos, que até o momento estão tendo suporte pela controladora Eletrobrás através da assunção de empréstimos pela Companhia, conforme os contratos de empréstimo ECF 2735/2009 e 2753/2009, demonstrados na Nota 15.

Conforme determinado pelo Conselho de Administração da Eletrobrás, no âmbito do seu plano de transformação, foi contratada uma consultoria especializada para auxiliar na definição de uma estrutura ótima de capital para as empresas do Sistema Eletrobrás, que será um instrumento importante para o seu saneamento econômico-financeiro, e por consequência a própria Companhia.

Como resultado do trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, o Conselho de Administração da Eletrobrás, em 03 de novembro de 2009, anunciou a aprovação da capitalização das empresas controladas pela holding, que deverão seguir novas regras de governança corporativa. De acordo com comunicado enviado ao mercado, a Companhia receberá um aumento de capital de R\$ 38.850, que está condicionado ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assim como à celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE e à alteração dos estatutos sociais das empresas controladas e da Eletrobrás. O montante do aporte previsto foi recebido pela Companhia em 2009 e encontra-se registrado como Recursos destinados ao aumento de capital no Patrimônio líquido, conforme descrito nas Notas 15 e 22.

Desempenho operacional (não auditado pelo auditor independente)

No ano de 2009 a geração total da Companhia foi de 944,60 GWh (2008 - 970,12 GWh), representando uma redução de 2,7% em relação ao ano de 2008.

No primeiro trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 246,11 GWh.

No segundo trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 327,37 GWh.

No terceiro trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 249,29 GWh.

No quarto trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 121,83 GWh.

A redução de geração no quarto trimestre se deu devido aos furos frequentes das caldeiras das unidades 3 e 4, manutenção geral da Unidade 3 durante os meses de outubro, novembro e dezembro e intervenção na turbina da unidade 4.

Para o ano de 2010 espera-se uma melhora de desempenho, principalmente devido aos seguintes fatores associados às Usinas Termelétricas Presidente Médici e São Jerônimo:

- . Substituição dos tubos das paredes d'água da caldeira 3 de São Jerônimo.
- . Colocação em operação dos pré-aquecedores de alta pressão das unidades 1 e 2, melhorando o rendimento destas unidades.

Conclusão da recuperação geral da torre de refrigeração da Fase A.

Após as paradas gerais ocorridas durante o exercício de 2009 nas unidades 1, 2 e 3, os resultados esperados não foram alcançados, causando uma redução na geração do ano de 2009.

Com o ciclo de paradas de 2010 teremos as manutenções das quatro unidades da UPME, sendo que a parada da unidade 3 que se inicia em agosto de 2010 é de grande porte, para recomposição das paredes d'água desta unidade.

Com a substituição dos tubos inclinados das caldeiras 1 e 2 da Usina de São Jerônimo, que vinham apresentando alto índice de furos, a Usina aumentou sua geração, fechando o ano de 2009 com uma média de 5,1 MWm atingindo a geração de referência determinada pelo ONS, melhorando a condição de atendimento dos contratos da Companhia e evitando penalidade pela RES 129/04.

Em função do aumento do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de janeiro de 2008, e os problemas técnicos descritos acima, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informado na nota 13 (a). A partir de fevereiro de 2009, a Companhia vem comprando montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, diminuído a exposição a penalidades por insuficiência de lastro perante CCEE, e a partir do mês de setembro de 2009 não houve penalidades por lastro em função das compras realizadas. As compras de energia devem ser mantidas durante os anos de 2010 e 2011, ou até que os índices de disponibilidade estejam recuperados.

A Companhia contratou junto ao fabricante Alstom, o serviço de recuperação das caldeiras 3 e 4 (2 x160 MW). Este trabalho se inicia em agosto de 2010 e se estende até o agosto de 2011. Após a conclusão deste trabalho, a Companhia espera reduzir significativamente o número de furos de suas caldeiras da Fase B, o que possibilitaria uma grande melhora no desempenho destas unidades.

Diante destas ações, a Companhia espera a melhoria do desempenho a partir do exercício de 2011, e num processo de crescimento para os demais exercícios, em função do planejamento e das ações em andamento, permitindo maior eficiência do processo de geração.

Das concessões e autorizações

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW/h) (iii)	Capacidade utilizada (MW) (iii)	Data da concessão	Data de encerramento
UTE Presidente Médici - Candiota (i)	446	286	08.07.95	07.07.15
UTE São Jerônimo (i)	20	10	08.07.95	07.07.15
UTE Nutepa (i)	24	12	08.07.95	07.07.15
UTE Candiota (Fase C) (ii)	<u>350</u>	-	18.07.06	17.07.41
Total de capacidade instalada (MW)	<u><u>840</u></u>	<u><u>308</u></u>		

- (i) Contrato de Concessão no. 067, ANEEL.
(ii) Autorização conforme Portaria MME no. 304/2008 de 17 de setembro de 2008.
(iii) Dados em MW e MW/h não auditados pelo auditor independente.

Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 11 de março de 2010.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei no. 6.404/76, alterada pela Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória no. 449/08, regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 5.1 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Principais práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações no mercado aberto

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Contas a receber de concessionárias

Registrada pelo suprimento de energia elétrica faturada até a data das demonstrações financeiras com base nas disposições contratuais e no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos.

Almoxarifado

Refere-se a materiais em estoque destinados à manutenção das operações e é demonstrado ao custo médio das compras que não excede ao valor de mercado.

Aquisição de combustível a recuperar Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Registrada pelos valores a receber da Eletrobrás decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL no. 129/2004.

Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, ou por estratégia da empresa ou ordem judicial para garantia de liquidação dos processos movidos contra a Companhia, são realizados depósitos judiciais. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Imobilizado e intangível

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis

registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE no. 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL no. 2 de 24 de dezembro de 1997 e no. 44, de 17 de março de 1999, descritas na Nota 11.

O intangível refere-se a licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos. Da mesma forma, é permitida a alocação de custos diretos da administração geral com pessoal e serviços externos ao imobilizado e outras construções em andamento, com base em critérios adequadamente estabelecidos, conforme descrito na Nota 11.

Os materiais em almoxarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

Redução ao valor recuperável de ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM no. 527/07, de 10. de novembro de 2007, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Companhia realizou, no exercício de 2008, os testes necessários a fim de verificar eventuais reconhecimentos de redução ao valor recuperável de seus ativos em serviço, no nível de unidade geradora de caixa, constituindo uma provisão para desvalorização ("impairment") de tais ativos no valor de R\$ 92.771. Ao repetir os testes para o exercício de 2009 a Companhia apurou uma reversão da provisão constituída no exercício anterior no valor de R\$ 61.552, apurando ainda uma realização da depreciação sobre os ativos que tiveram ajustados o seu valor de recuperação no valor de R\$ 13.410, resultando ao final deste exercício como saldo de ajuste por impairment no ativo imobilizado de R\$ 17.809.

Nas análises realizadas, foi considerada no fluxo de caixa a estimativa de indenização pelo poder concedente do valor residual do ativo imobilizado, conforme previsto no Contrato de concessão no. 67/2000-ANEEL, cláusula 11 - "Extinção e reversão dos bens na subcláusula 2a".

Para a UTE Candiota III (Fase C), em função de ser uma unidade nova que está em fase de construção e já ter ocorrido a comercialização de sua produção, não há sinalização de perspectivas de perdas para estes ativos, conforme testes de fluxos de caixa projetados realizados pela Companhia.

Provisão para contingências

Reconhecida em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia.

Provisão para contribuição ao fundo de pensão

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Eletroceee, que administra o seu plano de aposentadoria, do tipo "benefício definido" e outros benefícios pós-emprego a funcionários.

A obrigação futura estimada para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão desses funcionários é avaliada anualmente por atuários independentes, sendo registrada pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM no. 371 de 13 de dezembro de 2000.

Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data das demonstrações financeiras, quando legal ou contratualmente exigidos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes (lucro real) e por prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, aplicando-se as alíquotas vigentes. Não são registrados nas demonstrações financeiras os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e sobre diferenças temporariamente não dedutíveis.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ajuste a valor presente

Em atendimento à Deliberação CVM no. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 12 - "Ajuste a Valor Presente", a Companhia não identificou ajustes a valor presente relevantes nos saldos de seus ativos e passivos.

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Pronunciamentos

- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 17 - Contratos de construção
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

Aplicações no mercado aberto

Por força de normas do Conselho Monetário Nacional, expressas pelo Banco Central do Brasil na Resolução no. 3.284, de 25 de maio de 2005, a Companhia deve manter 100% das suas disponibilidades financeiras aplicadas em cotas de fundos, exclusivamente administrados pelo Banco do Brasil ou instituições integrantes de seu conglomerado. Assim, a Companhia mantém suas aplicações em fundo de investimento de longo prazo administrado pelo BB Administração de Ativos DTVM S.A., com liquidez diária, denominado "BB Extramercado Exclusivo 4 Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo", cuja carteira de investimentos deve ser constituída por no mínimo 75% de títulos do tesouro nacional e o restante por CDB/RDB de emissão de instituições do conglomerado Banco do Brasil ou por operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do tesouro

nacional, cabendo à BB DTVM a gestão da carteira de ativos, a custódia dos mesmos e a responsabilidade sobre a performance do fundo.

	Tipo de aplicação	Vencimento	2009	2008
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	10.014	21.673
Aplic. Financeiras vinculadas				
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	-	14.500
Total Aplicações			10.014	36.173

Em 31 de dezembro de 2008 a companhia mantinha aplicações financeiras vinculadas, como garantias de pagamento das liquidações do mercado de curto prazo junto a CCEE. A partir das liquidações realizadas em abril de 2009, estas garantias passaram a ser oferecidas pela controladora Eletrobrás.

Contas a receber de concessionárias

A Companhia comercializa a energia elétrica para as concessionárias a seguir indicadas, das quais tem a receber os seguintes saldos:

Concessionárias	2009	2008
Circulante		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	2.608	3.251
Companhia Estadual de Distrib. de Energia Elétrica – CEEE-D	4.902	6.513
Rio Grande Energia S.A. – RGE	2.608	3.252
CIEN – Companhia de Integração Energética	47	47
Contratos de leilão – 2º e 4º leilão de energia existente	13.896	9.752
Reembolso de Energia Livre – RTE	200	373
Total	24.261	23.188

O montante divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referente ao resarcimento de energia livre representava, em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 200 (2008 - R\$ 373) já atualizados pela SELIC. Esse resarcimento firmado no Acordo de Reembolso de Energia Livre refere-se ao repasse dos valores homologados na Resolução ANEEL no. 483 de 29 de agosto de 2002 e os procedimentos operacionais para o referido repasse foram regulamentados pela Resolução ANEEL no. 36 de 29 de janeiro de 2003.

A Companhia, através do Ofício Circular no. 2.212/2005-SFF/SRE/ANEEL, efetuou a atualização dos valores correspondentes ao Reembolso de Energia Livre do Gerador, previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico, pela taxa SELIC, desde 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006, conforme item 7 do ofício.

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387/2009, 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço

público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

A Companhia espera que a homologação pela ANEEL resulte em valores a receber mas, contudo, não possui informações suficientes para mensurar e/ou estimar tais valores com razoabilidade e confiança, motivo pelo qual não registrou nenhum direito decorrente da edição da citada Resolução, o qual será reconhecidos quando da homologação do valor final, pela ANEEL.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse referente ao Reembolso de Energia Livre - RTE (Nota 7) seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$ 183 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 171) a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre. A Companhia realizou baixas até 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 28 (2008 - R\$ 1.642) do saldo a receber de energia livre, referente a distribuidoras que não estão mais realizando o repasse.

A Companhia constituiu a provisão, embora entenda que este direito tem base legal para sua cobrança, e buscará em todas as instâncias o recebimento destes créditos.

Impostos a recuperar

	2009	2008
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	352	1.548
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	34	29
Pasep/Cofins – Lei 11.196/05, Art. 109 (a)	6.393	6.018
Outros	12	635
	6.791	8.230
Não circulante		
Crédito de ICMS sobre aquisição de combustíveis e outros (b)	3.539	4.915
Total impostos recuperar - circulante e não circulante	10.330	13.145

PASEP/COFINS - Lei no. 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, a AES SUL e a CEEE com alíquotas de 1,65% (PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF no. 468, de 8 de novembro de 2004. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei no. 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei no. 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e consequentemente com alíquotas de 0,65% (PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estão sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro de 2004, dezembro de 2004, janeiro de 2005, março de 2005, abril de 2005, maio de 2005, junho de 2005 e julho de 2005.

Para os meses citados acima, em 2009 a Companhia apresentou pedido administrativo protocolado na Receita Federal, pela impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

Crédito de ICMS

Os créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 3.539 (2008 - R\$ 4.915) originaram-se, principalmente, das operações de compra de combustível e outros até novembro de 1998, já que, atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º. do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. Neste exercício de 2009, a Companhia utilizou R\$ 1.483 através de compensação com pagamentos de ICMS devidos na importação de equipamentos para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici.

Outros créditos

	2009	2008
Adiantamento a empregados	517	472
Adiantamento a fornecedores	555	593
Outros	38	158
Total	1.110	1.223

Imobilizado

	2009	2008
Imobilizado em serviço		
Geração		
Terrenos	996	1.006
Reservatórios, barragens e adutoras	9.599	9.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.430	74.470
Máquinas e equipamentos	1.771.917	1.812.826
Veículos	1.956	1.957
Móveis e utensílios	1.319	1.318
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	570	552
Máquinas e equipamentos	6.976	6.927
Veículos	616	616
Móveis e utensílios	1.016	1.016
Total do imobilizado em serviço	1.867.395	1.910.287
Depreciação acumulada		
Geração		
Reservatórios, barragens e adutoras	(7.286)	(7.105)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(60.090)	(61.026)
Máquinas e equipamentos	(1.543.971)	(1.545.142)
Veículos	(1.798)	(1.687)
Móveis e utensílios	(1.186)	(1.156)
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(28)	(6)
Máquinas e equipamentos	(3.340)	(2.712)
Veículos	(506)	(419)
Móveis e utensílios	(617)	(511)
Total da depreciação	(1.618.822)	(1.619.764)
(-) Provisão para o valor de recuperação	(92.771)	(92.771)
Reversão da Provisão para o valor de recuperação	61.552	
Depreciação dos Ativos da Provisão para o valor de recup	13.410	
Imobilizado em serviço - líquido	230.764	197.752
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	173	173
Edificações, obras civis e benfeitorias	241.155	90.109
Máquinas e equipamentos	450.725	291.432
Veículos	374	374
Moveis e utensílios	101	101
Imobilizado em curso - gastos a ratear	62.896	50.010
Material em depósito	5.817	7.429
Compras em andamento	32	32
Compras em andamento - despesas alfandegarias	39.000	36.418
Adiantamentos a fornecedores	121.947	239.964
Administração		
Máquinas e equipamentos	346	931
Total do imobilizado em curso	922.566	716.973
Total do imobilizado Líquido	1.153.330	914.725

Nos registros contábeis, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 94.083 (2008 - R\$ 9.888) na conta “Adiantamento a fornecedores (imobilizado em curso)” que, para fins de apresentação dessas Demonstrações Financeiras, estão sendo apresentados líquidos dos saldos de fornecedores - conta “Fornecedores materiais e serviços”. O encontro de contas nos registros contábeis será realizado no momento da finalização do desembarço alfandegário que encontra-se em andamento.

Os saldos de imobilizado em curso se referem principalmente aos investimentos na aquisição de equipamentos, componentes e peças para projetos e obras da usina "UTE - Candiota III" e para adequação e melhorias nas unidades de geração de energia da Companhia, que contribuirão para resultados futuros, e estão assim representados:

	2009	2008
Geração		
UTE Presidente Médici – Candiota Fase A e B	58.867	40.726
UTE – Candiota III	862.814	676.212
UTE São Jerônimo	314	-
UTE NUTEPA	225	28
SEDE Administrativa	346	7
Total do imobilizado em curso	922.566	716.973

As principais taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia, de acordo com a Resolução ANEEL no. 44 de 17 de março de 1999 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação - %
Geração	
Caldeira	5,0
Chaminé	4,0
Equipamento ciclo térmico	4,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 10,0
Máquinas e equipamentos gerais	2,0 a 10,0
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0
Turbina à vapor	4,0
Veículos	20,0
Administração	
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0
Veículos	20,0

A Companhia utiliza os critérios de unitização e cadastramento do imobilizado em serviço conforme determinado pela Portaria DNAEE no. 815, de 30 de novembro de 1994. Em 2004, concluiu o processo de inventário e revisão de seu imobilizado e, como resultado, efetuou a reclassificação de alguns bens entre contas e entre Unidades de Cadastro - UC, afetando principalmente edificações, obras civis, benfeitorias e máquinas e equipamentos.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração são vinculados a esse serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL no. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Conforme o Contrato de Concessão de Geração no. 67/2000 assinado com a ANEEL, ao final da concessão operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculadas à exploração das usinas termelétricas, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Companhia, observando-se os valores e datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Conforme comentado na Nota 5 (j), a Companhia ajustou ao valor recuperável seu ativo imobilizado no montante de R\$ 17.809 (2008 - R\$ 92.771).

Em atendimento às disposições contidas na NBC T 19.1 - "Ativo Imobilizado", foram transferidos para o ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	2009	2008
Juros contabilizados	14.995	7.811
Variações monetárias e cambiais	(183.875)	142.226
Despesas financeiras	29.400	29.855
IOF	926	1.039
	<hr/> (138.554)	<hr/> 180.931

A Companhia possui Termo de Compromisso firmado com o IBAMA, referente à Usina Presidente Médici - Candiota II, que prevê investimentos na ordem de R\$ 190.000. Parte deste plano de investimento já foi realizada, conforme destacado na nota 19 (d) (ii), havendo previsão de desembolsos até 2012 de aproximadamente R\$ 170.000 do valor acima citado. Estes investimentos terão como fim a compra de equipamentos e substituição de outros, que serão contabilizados no ativo imobilizado, como consta no projeto de adequação ambiental.

Os investimentos têm a finalidade de redução de emissões atmosféricas de NOx, SO2 e material particulado, mediante a implantação de queimadores de baixo NOx, desulfurizadores e reforma dos precipitadores eletrostáticos, respectivamente.

A aquisição dos ativos vinculados ao cumprimento do Termo de Compromisso junto ao IBAMA, embora não aumentando diretamente os futuros benefícios econômicos da usina, é necessária para que a Companhia obtenha os benefícios econômicos futuros dos seus

outros ativos. Sendo assim, esses itens do ativo imobilizado qualificam-se para o reconhecimento como ativo porque permitirão à Companhia obter benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados acima, situação esta que não ocorreria caso os investimentos não fossem realizados.

Intangível

	2009	2008
Intangível em serviço		
Geração	317	318
Administração	10.494	10.494
	<u>10.811</u>	<u>10.812</u>
Intangível em curso		
Amortização acumulada		
Geração	(161)	(116)
Administração	(7.807)	(6.460)
	<u>(7.968)</u>	<u>(6.576)</u>
Total intangível serviço	<u>2.843</u>	<u>4.236</u>
Intangível em curso	137	-
Total do intangível em curso	<u>137</u>	<u>-</u>
Total do intangível	<u>2.980</u>	<u>4.236</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço refere-se principalmente ao direito de uso de softwares.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia, de acordo com a Portaria no. 815 DNAEE, item 22.2 é de 20% ao ano, atualizada pela Resolução ANEEL no. 44 de 17 de março de 1999.

Fornecedores

	2009	2008
Fornecedores - encargos de uso da rede elétrica	1.052	885
Fornecedores de energia elétrica - Câmara de Comércio de Energia Elétrica - CCEE (a)	45.155	39.310
Materiais e serviços (b)	32.047	28.901
Aquisição de combustíveis (CDE)	9.480	7.885
	<u>87.734</u>	<u>76.981</u>

Fornecedores de energia elétrica

Refere-se à provisão relativa a penalidades da CCEE e Liquidação Especial da AES SUL (Nota 32), que estão em discussão judicial não tendo exigibilidade imediata.

Materiais e serviços

Refere-se a compras de materiais para construção da UTE Candiota III (Fase C) que serão liquidados através de linha de financiamento ECR 280/2006 (Nota 15 (b)), portanto serão

liquidados com recursos oriundos de financiamentos de longo prazo, e portanto transferidos para o grupo passivo não circulante quando liquidados.

Tributos e contribuições sociais

	2009	2008
COFINS	752	431
INSS	2.191	2.659
PASEP	144	81
FGTS	385	525
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de terceiros retidos na fonte	5.761	3.113
SENAI/SESI	150	140
ISSQN de terceiros retido na fonte	1.137	633
Recolhimento de impostos e contribuições	19	-
	10.539	7.582

Empréstimos e financiamentos

A companhia apresenta como composição para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas em moeda nacional e estrangeira os valores a seguir:

	2009	2008
Moeda Estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I	19.971	-
ECR Nº 280/2006 II	39.750	-
Moeda Nacional		
ECF Nº 2.763/2009	319	-
Encargos Financeiros		
Encargos Financeiros - ECR 280-A/2007	1.965	-
Passivo Circulante	62.005	-
Moeda Estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I	459.350	346.329
ECR Nº 280/2006 II	218.624	219.998
Moeda Nacional		
ECF Nº 2.763/2009	3.507	-
ECF Nº 2.796/2009	16.601	-
	698.082	566.327
Encargos Financeiros		
Encargos Financeiros - ECR 280-A/2007	21.612	7.811

Empréstimos de curto prazo

Contrato de ECF nº 2763/2009

Parcela	Vencimento	31 de dezembro de 2009
Primeira	30/12/2010	319
		319

Contrato de ECR nº 280/2006I

Parcela	Vencimento	2010
Primeira	20/6/2010	9.986
Segunda	20/12/2010	9.985
		19.971

Contrato de ECR nº 280/2006II

Parcela	Vencimento	31 de dezembro de 2009
Primeira	20/6/2010	19.875
Segunda	20/12/2010	19.875
		39.750

Contrato de ECR nº 280-A/2007I

Parcela	Vencimento	31 de dezembro de 2009
Primeira	20/6/2010	983
Segunda	20/12/2010	982
		1.965

Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Contrato ECR no. 280/2006

O funding necessário à construção do empreendimento UTE Candiota III (Fase C), foi captado pela controladora Eletrobrás com repasse à Companhia através do Contrato no. ECR no. 280/2006, referentes aos termos de dois contratos: um de financiamento (Crédito à Exportação no montante de US\$ 281 milhões) e um de empréstimo (Crédito Comercial no montante de US\$ 149 milhões), tendo sido assinados entre a Eletrobrás, China Development Bank - CDB, BNP Paribas e CGTEE, no dia 20 de abril de 2007, e também o Aditivo ECR no. 280-A/2007, assinado em 13 de junho de 2007 entre Eletrobrás e CGTEE referente à carência dos juros durante a construção.

A captação foi realizada com o banco China Development Bank - CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Governo da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção firmado em Pequim em 5 de junho de 2006. A Eletrobrás e a Companhia atenderam às condições precedentes sob suas responsabilidades, porém os bancos CDB e BNP Paribas tiveram atrasos para obter as aprovações dos contratos pelas autoridades governamentais chinesas, as quais requereram modificações nos termos contratuais, retardando a respectiva liberação dos recursos. A demora na obtenção da aprovação prejudicou o normal andamento dos

pagamentos ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) do empreendimento. Somente em 8 de maio de 2008, após negociação com autoridades chinesas, que envolveram o Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, CGTEE e Embaixada Brasileira de Beijing, houve a assinatura de aditamento aos contratos, adequando-os às exigências das autoridades chinesas. Assim, a Companhia efetuou todos os pagamentos do Contrato de EPC, na primeira quinzena de julho de 2008.

Os contratos assinados apresentam as seguintes condições financeiras:

Financiamento UTE Cadiota III (Fase C) - ECR no. 280/2006 e ECR no. 280-A/2007

Número do contrato	ECR no. 280/06 I	ECR no. 280/06 II	ECR no. 280-A/07
Valor do contrato	US\$ 281 milhões	US\$ 149 milhões	Juros construção
Valor utilizado	US\$ 275 milhões	US\$ 148 milhões	R\$ 15 milhões
Juros	LIBOR semestral	LIBOR semestral	IPC-A
"Spread" - %	0,75	1,30	8% a.a.
Taxa de abertura - % parcela única	0,50	0,50	
"Commitment fee" - % a.a.	0,35	0,15	
Prêmio de seguro	6,76		
Prazo (anos)	12	7	12
Pagamentos (semestrais)	24	13	24
Carência/primeiro pagamento	20 de junho de 2010	20 de junho de 2010	20 de junho de 2010
Fontes	CDB	CDB/BNPP	Eletrobrás
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2009	R\$ 479.321	R\$ 258.374	R\$ 23.577

Conforme carta PR-117/2009 a Companhia está em adiantadas negociações com a holding visando prorrogar o início das amortizações pra este ECR.

Em 31 de dezembro 2009, o valor registrado no passivo não circulante, relativo aos contratos de financiamento, considerando os valores em dólares convertidos a uma taxa de R\$ 1,7412 são os seguintes:

- . US\$ 275 milhões, correspondentes em R\$ 479.321.
- . US\$ 148 milhões, correspondentes em R\$ 258.374.

No empréstimo comercial de US\$ 149 milhões ocorreram liberações no valor equivalente a US\$ 148.389 mil, sendo estes recursos destinados ao pagamento de parcelas da garantia do financiamento (FEE CDB), proporcionais aos pedidos de saques realizados, nos seguintes valores:

- . FEE (seguro) China Development Bank, no valor US\$ 29.429 mil.
- . Reembolso de tributos e liquidação ECF no. 2.681/08, US\$ 118.960 mil.

No financiamento de US\$ 281 milhões, ocorreram liberações no valor equivalente a US\$ 275.282 mil, sendo estes recursos destinados para pagamentos diretos ao EPC e também reembolso à CGTEE de pagamentos efetuados ao Consórcio Sul Energia, ficando esse valor retido na Eletrobrás para liquidação da primeira e segunda parcela do empréstimo de curto prazo (ECF no. 2.681/2008), assinado com a Eletrobrás em 14 de março de 2008.

As garantias para o cumprimento contratual foram apresentadas à Eletrobrás na forma de seus recebíveis, conforme Despacho no. 1858 de 13 de junho de 2007, da Agência Nacional

de Energia Elétrica - ANEEL.

Neste contrato não consta cláusula restritiva que antecipem o vencimento das parcelas.

Encargos de empréstimo e financiamento de longo prazo

Contrato ECR no. 280-A/2007

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2009 referem-se à operação realizada em 18 de dezembro de 2008. A Eletrobrás efetuou o pagamento de US\$ 1.104 mil referente aos encargos do empréstimo de US\$ 149 milhões, correspondente ao período de 8 de julho de 2008 a 20 de dezembro de 2008 e US\$ 2.206 mil referente ao financiamento de US\$ 281 milhões, correspondentes ao período de 11 de julho de 2008 a 20 de dezembro de 2008.

Esses valores foram registrados na Companhia em 22 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 7.811, incluídos a variação do IPCA no período de 20 a 31 de dezembro de 2008.

No exercício de 2009 foram atualizados os encargos financeiros e contabilizados os juros pagos pela Eletrobrás em junho e dezembro de 2009, totalizando o montante de R\$ 23.577.

Contrato ECF no. 2.763/2009

A Companhia assinou em 1º de outubro de 2009, contrato de financiamento ECF no. 2.763/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor original de R\$ 3.713.

Este valor foi acrescido de 1% a.m entre o dia 30 de agosto de 2009, data da assinatura do contrato, e a efetiva liberação econômica ocorrida em 30 de novembro de 2009, perfazendo um total de R\$ 3.826.

Este empréstimo destinou-se ao pagamento da compra de energia adquiridos da Companhia CHESF no valor de R\$ 3.551 acrescido de R\$ 70 para cobrir o IOF da operação e R\$ 92 correspondente ao período de correção de vencimento das faturas até a data da assinatura do contrato. Os juros são pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram calculados encargos "pro rata temporis" (taxa SELIC mais "spread" de 0,5% a.a.), registrados como despesas financeiras no valor de R\$ 29.

O prazo de carência do valor principal é de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais. O saldo em longo prazo em 31 de dezembro de 2009 é R\$ 3.507, composto de 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 319 e 1 (uma) parcela de R\$ 317. Neste contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

Contrato ECF no. 2.789/2009

A Companhia assinou em 29 de dezembro de 2009, contrato de financiamento no ECF no. 2.789/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor de R\$ 38.850.

Este empréstimo destinou-se a um Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 38.850, visando a capitalização dos créditos da Eletrobrás decorrentes do

saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários no ECF nº 2.735/2009, assinado em 9 de fevereiro de 2009 e ECF nº 2.753/2009, assinado em 30 de maio de 2009.

Com relação a este assunto temos informações adicionais na Nota Explicativa nº 22 (d) Recursos destinados ao aumento de capital.

Contrato ECF no. 2.796/2009

A Companhia assinou em 29 de dezembro de 2009, contrato de financiamento no ECF no. 2.796/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor de R\$ 166.014.

Este empréstimo destina-se a cobertura financeira dos custos diretos para a Revitalização da UTE Presidente Médici - Candiota II, cujos recursos são da Reserva Global de Reversão - RGR. Os juros são pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês e com a incorporação dos juros ao saldo devedor durante o período de carência. O prazo de carência do valor principal é de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da assinatura do contrato. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 60 (sessenta) parcelas mensais. O saldo em longo prazo em 31 de dezembro de 2009 é R\$ 16.601. Neste contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

Previsão de desembolsos com empréstimo e encargos

Com base nos contratos de empréstimos e financiamentos a Companhia apresenta abaixo, para os próximos anos, o seguinte perfil de desembolsos com o pagamento do principal e dos encargos:

	2009	2008
2010	62.005	46.510
2011	65.470	46.509
2012	65.007	46.510
2013	65.007	46.509
2014	65.007	46.510
após 2015	<u>459.203</u>	<u>341.590</u>
	<u>781.699</u>	<u>574.138</u>
Circulante	62.005	
Não Circulante	<u>719.694</u>	<u>574.138</u>
	<u>781.699</u>	<u>574.138</u>

Encargos do consumidor a recolher

	2009	2008
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	2.238	2.477
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>2</u>	<u>37</u>
	<u>2.240</u>	<u>2.514</u>

Obrigações estimadas

O saldo de R\$ 9.615 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 7.424) representa as obrigações da Companhia para com seus empregados no que se refere ao pagamento de férias e décimo terceiro salário e respectivos encargos.

Provisão para aposentadoria incentivada

Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 10. de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE, nos termos de "benefício definido" e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e às contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	2009		2008	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Complemento de aposentadoria	635	744	942	1.157
Contribuição à Fundação	74	85	108	131
	<u>709</u>	<u>829</u>	<u>1.050</u>	<u>1.288</u>

Provisão para contingências e depósitos judiciais

	2009			2008		
	Provisão	Depósitos	Não	Provisão	Depósitos	Não
		judiciais			judiciais	
Trabalhista	11.479	(2.011)	9.468	11.491	(1.778)	9.713
Fiscal	67	-	67	50	-	50
Civil	3.692	-	3.692	270	-	270
	<u>15.238</u>	<u>(2.011)</u>	<u>13.227</u>	<u>11.811</u>	<u>(1.778)</u>	<u>10.033</u>

Provisão para contingências trabalhistas

Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas (depósitos recursais), inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 11.479 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 11.491) para cobrir as perdas prováveis, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 1.778).

Eventuais passivos decorrentes de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE.

Além disso, a Companhia ofereceu para garantia em processos de execução de reclamatória trabalhista, 18 veículos de sua frota, cujo valor contábil é de R\$ 318.

Provisão para contingências fiscais

Nesta rubrica estão lançados os valores correspondentes a ação de execução fiscal promovida pelo INSS correspondente à contribuição do salário educação.

Provisão para contingências civis

As contingências civis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores, incluindo a CEEE-D (Companhia Estadual de Energia Elétrica de Distribuição). O valor total da provisão referente contingências cíveis, classificados como perda provável, estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 270).

A Companhia foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores relativos à ação de transferência da CGTEE efetuada pela CEEE para Eletrobrás. Este processo tem valor de R\$ 3.650 e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia foi considerada como provável a partir do 3º trimestre de 2009, devido a mudanças no andamento do referido processo.

Questões ambientais e compromissos financeiros assumidos (não auditado pelo auditor independente)

Usina termelétrica de São Jerônimo

A Companhia é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o Ministério Público Federal – MPF, que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina Termelétrica de São Jerônimo, firmado em 1996. Buscando atender a demanda deste TC, a Companhia firmou em 22/09/2009, um convênio com a empresa Ghabril Ambiental, para a instalação de Termo-reatores Filtrantes, cujo objetivo é a redução de óxidos de enxofre e material particulado.

A renovação da Licença de Operação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, LO no.

5254/2000-DL, requerida em 14/10/2004, está vinculada ao atendimento do respectivo TAC. Atualmente o status do processo de renovação desta LO junto a FEPAM é, “aguarda complementação”, o que significa que o órgão licenciador está aguardando a apresentação, por parte da Companhia, de uma proposta de adequação ambiental para a Usina Termelétrica de São Jerônimo que atenda as condições estabelecidas no referido TAC. Oportunamente a Companhia apresentará o cronograma para execução desta proposta de adequação ambiental.

Usina termelétrica Presidente Médici

Em 19 de julho de 2005 a Companhia recebeu dois Autos de Infração e respectivas multas, emitidos pelo IBAMA, referentes a inconformidades na Usina Presidente Médici apontadas pelos técnicos daquele Instituto, como segue:

- AI nº. 526763 D - referente às condicionantes da Licença de Operação nº. 057/99; e
- AI nº. 526764 D - referente ao lançamento de resíduos ou efluentes em desacordo com o padrão.

Com relação a esses autos de infração, a Companhia protocolou recurso administrativo no IBAMA, primeiro, com base na legislação aplicável, requerendo a anulação dos Autos e segundo, recorrendo do mérito das infrações apontadas. A Companhia apresentou ainda requerimento para que nos termos do parágrafo 4º do artigo 72 da Lei 9.605/98, sejam as multas convertidas em investimentos na adequação ambiental da Usina Presidente Médici. A administração da Companhia, com base no parecer do seu departamento jurídico, acredita no sucesso das medidas administrativas tomadas, e permanece no aguardo de manifestação do IBAMA. Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações contábeis já que a Administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto.

A Companhia é parte de um Termo de Compromisso - TC firmado em maio de 2006 com o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) visando à adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici. Os recursos necessários para o cumprimento deste TC estão previstos no orçamento de investimentos da Companhia, no montante aproximado de R\$ 190.000.

Em maio de 2008 a Companhia solicitou ao IBAMA o aditamento do referido Termo de Compromisso, conforme previa cláusula específica do mesmo. A Companhia aguarda manifestação do IBAMA quanto à sua solicitação.

No processo de adequação ambiental da Usina Presidente Médici, visando atender o TC, a Companhia já despendeu um monte de aproximadamente R\$ 15.000, destacando-se os seguintes projetos:

- construção da cobertura do pátio de carvão;
- despoieiramento da torre de manuseio de carvão;
- recirculação do efluente líquido.

Os demais projetos previstos no TC e ainda não executados estão contemplados no Orçamento de Investimentos 2010/2012 da Companhia, de aproximadamente R\$ 175.000.

Dentre estes projetos pode-se destacar:

- implantação de um sistema de dessulfurização;
- melhorias na área de armazenamento de resíduos sólidos industriais;
- implantação da rede de monitoramento da qualidade do ar.

Imposto de renda e contribuição social.

Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº. 9.430/1996.

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 488.341 e R\$ 488.577, respectivamente. Em junho de 2002 foi publicada a Instrução CVM nº. 371 a qual estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conservadoramente, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Tais ativos representariam em 31 de dezembro de 2009, respectivamente, R\$ 122.085 e R\$ 43.972.

Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social gerados no exercício

A demonstração do cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	2009	2008
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(20.919)	(292.202)
Efeito líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	(56.084)	116.919
Contingências trabalhistas	(12)	5.573
Energia elétrica comprada para revenda	16.287	18.204
Provisão atuarial - CVM 371	(2.214)	(2.031)
Participação nos lucros e resultados - PLR	2.060	3.841
Outras provisões para contingências	3.422	114
Provisão para o valor de recuperação - imobilizado	(74.962)	92.771
Outras provisões temporariamente não dedutível	(665)	(1.553)
Despesas não dedutíveis	473	168
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (não registrados)	<u>(76.530)</u>	<u>(175.115)</u>

Provisão para pesquisa e desenvolvimento

A Lei no. 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º, que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei no. 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei no. 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Com relação aos dispêndios previstos para pesquisa e desenvolvimento a serem aplicadas, em projetos na própria empresa, referentes aos ciclos de 2003/2004 e anteriores a Companhia realizou 100% do valor provisionado, para o ciclo 2004/2005 realizou 98,78% do valor, para o ciclo 2005/2006 realizou 77,01% do valor, para o ciclo 2006/2007 realizou 59,97% do valor e para o ciclo 2007/2008 (abril de 2007 a março de 2008) foi realizado 60,00%, o período de abril a dezembro de 2008 foram realizados 55,47% e do exercício de 2009 já encontram-se realizados 48,43% do total dos valores já provisionados. No último trimestre de 2009 foi realizada uma chamada de projetos, quando foi aberta a possibilidade de empregados da Companhia apresentar projetos ou sugestões de temas para pesquisa. Com o incentivo, vários colaboradores apresentaram projetos vinculados à instituição de pesquisa. Os projetos selecionados pela comissão de P&D da Companhia serão submetidos à análise da comissão da Eletrobrás e posteriormente serão enviados para deliberação da ANEEL. Os recursos para o FNDCT e MME provisionados no ciclo 2007/2008 foram pagos até setembro de 2009, conforme o parcelamento definido na versão 2006 do manual, com

último pagamento para junho de 2009. Para o exercício de 2008 os valores relativos ao FNDCT (R\$ 548) e ao MME (R\$ 274) foram pagos em 6 de fevereiro de 2009 conforme determina o Manual de P&D da ANEEL, item 2.3.1 versão 2008, apresentando-se, desta forma, uma realização de 55,47% dos valores totais provisionados para o exercício de 2008. A partir de janeiro de 2009 os valores apurados em cada mês estão sendo recolhidos ao FNDCT e ao MME até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao do provisionamento e em relação aos valores provisionados em 2009 a Companhia apresenta uma realização de 48,43%. A partir do mês de agosto de 2008 e relativamente ao saldo apresentado em 30 de junho de 2008, passou a incidir sobre o saldo não realizado da verba de projetos próprios da Companhia, o acréscimo da variação da SELIC, assim sendo, o saldo existente no demonstrativo abaixo, no item "Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento" encontra-se atualizado pela variação da SELIC conforme determina o Manual de P&D da ANEEL versão 2008.

	Valores provisionados	Valores realizados	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2008
Exercício 2009				
FNDCT	766	700	66	-
Contribuição MME	383	350	33	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	1.019		1.019	-
	2.168	1.050	1.118	-
Período Abr até Dez/2008				
FNDCT	548	548	-	548
Contribuição MME	274	274	-	274
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	660	-	660	660
	1.482	822	660	1.482
Ciclo 2007/2008				
FNDCT	566	566	-	236
Contribuição MME	283	283	-	113
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	566		566	566
	1.415	849	566	915
Ciclo 2006/2007				
FNDCT	621	621	-	-
Contribuição MME	311	311	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	622		622	622
	1.554	932	622	622
Ciclo 2005/2006				
FNDCT	703	703	-	-
Contribuição MME	351	351	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	703	299	404	431
	1.757	1.353	404	431
Ciclo 2004/2005				
FNDCT	888	888	-	-
Contribuição MME	444	444	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	888	861	27	27
	2.220	2.193	27	27
TOTAL			3.397	3.477

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social no valor de R\$ 868.721 (2008 - R\$ 868.721), totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no País, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	Ações	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	1.126.273.714	99,94
Antônio Carlos da Silva Estevão	198.517	0,02
Júlio Cesar Schneider Marques	105.971	0,01
Aldo Sani	59.608	0,01
Outros	160.226	0,01
Ações em tesouraria	149.731	0,01
	<hr/>	<hr/>
	1.126.947.767	100
	<hr/>	<hr/>

Conforme o estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado será destinado para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações. De acordo com a legislação tal remuneração somente será destinada após compensação dos prejuízos acumulados.

Ações em tesouraria

As ações em tesouraria referem-se ao resgate de ações ordinárias realizado em abril de 2005 de sete ex-acionistas minoritários, que requereram o exercício do direito de sua retirada da Companhia, amparados pelo artigo 137 da Lei no. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em decorrência das alterações aprovadas no Estatuto Social em Assembléia Geral Extraordinária do dia 18 de junho de 2004.

Reservas de capital

O capital próprio aplicado às imobilizações em curso, até o mês de maio de 2001, era remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Esta remuneração foi apropriada no ativo imobilizado em curso e creditada em reserva de capital, tendo sua depreciação iniciada a partir da entrada do bem em operação. Essa prática contábil foi descontinuada no mês de junho de 2001.

Recursos destinados ao aumento de capital

O valor de R\$ 38.850, faz parte do Contrato ECF no. 2.789/2009, o qual informamos na nota explicativa nº 15 - empréstimos e financiamentos.

Para a realização do aumento de capital é necessário a obtenção pela CGTEE de autorizações prévias dos órgãos governamentais (PGFN, DEST e ANEEL), bem como a convocação da respectiva Assembléia Geral de Acionistas com observância da Lei 6.404/1976, estando condicionado à obtenção pela CGTEE de todas as autorizações bem como a execução das providências previstas nas Deliberações do Conselho de Administração da Eletrobrás até 31 de março de 2010, em caso contrário será convertido

em dívida nas mesmas condições dos contratos que deram origem a este AFAC.

Suprimento de energia elétrica

A composição da receita relativa a suprimento de energia elétrica é como segue:

	Número de concessionários		MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Suprimento	54	37	2.124.303	2.125.729	210.219	193.846
Contratos bilaterais	2	2	12.068	1.607	2.098	1.382
	56	39	2.136.371	2.127.336	212.317	195.228

(*) Dados em MW/h não auditados pelo auditor independente.

Recuperação de despesas - subvenção combustíveis

Refere-se à subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da Conta Consumo de Combustíveis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cujos reembolsos foram solicitados à Eletrobrás por conta do consumo de carvão mineral e óleo combustível para a produção de energia elétrica.

Custo e despesas com pessoal e c/entidade de previdência privada

	Operação		Administração	
	2009	2008	2009	2008
Remunerações	29.532	33.352	11.343	8.188
Encargos sociais	11.509	11.110	3.293	2.815
Auxílio alimentação	2.869	2.100	739	729
Convênio assistencial e outros benefícios	3.255	2.985	3.129	2.821
Incentivo à aposentadoria			243	(16)
Provisões (férias, 13os. salários, encargos, causas trabalhistas, e passivo atuarial - Deliberação CVM no. 371/2000)	(76)	654	854	5.719
Administradores			866	659
Outros	45	55	60	34
Subtotal - custo e despesas de pessoal	47.134	50.256	20.527	20.949
Contribuições ao fundo de pensão	3.252	2.897	625	495
TOTAL	50.386	53.153	21.152	21.444

Despesas gerais e administrativas

	2009	2008
Pessoal e entidade de previdência privada	21.152	21.444
Material	391	359
Serviços de terceiros	4.266	3.575
Depreciação e amortizações	1.957	2.008
Taxa de fiscalização - ANEEL	21	443
Publicidade e propaganda e publicações oficiais	322	658
Aluguel de imóveis	657	775
Recuperação de despesas	(5.060)	(3.348)
Outras provisões	3.439	115
Outras	1.946	2.079
TOTAL	29.091	28.108

Remuneração empregados e administradores

Limites de remuneração (não auditado pelo auditor independente)

A maior e menor remuneração mensal paga a empregados foi de R\$ 22.300,67 e R\$ 1.255,27 respectivamente, tendo-se por base o mês de dezembro de 2009. O maior e menor honorário atribuído a dirigente no mês de dezembro de 2009 foi de R\$ 17.689,57 e R\$ 1.768,95, conforme aprovação da ata 11a. da Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida no dia 27 de abril de 2009 (valores em reais).

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna. A remuneração referente a salários e encargos paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Salários e encargos	367	348
Honorários de diretoria	630	603
Honorários de conselho	167	146
Participação nos lucros	63	78
TOTAL	1.227	1.175

Plano de aposentadoria

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE com participação de 4,24% sobre as reservas técnicas do Fundo. O objetivo principal desse patrocínio é a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. A reserva a amortizar corresponde a custo de serviço passado e, de acordo com a Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000 está sendo amortizada ao longo de 132 meses, a contar de janeiro de 2009, que corresponde ao período remanescente de serviço dos empregados que deverão receber os benefícios do plano.

Em 31 de dezembro de 2009, do total de 578 (534 - 2008) funcionários, 296 (302 em 2008) participam do Plano, tendo contribuído com um total - incluindo contribuição normal e despesa administrativa - de R\$ 2.560 (R\$ 2.282 - 2008), sendo que a Companhia contribuiu com R\$ 3.975 (R\$ 3.562 - 2008), não restando nenhuma obrigação vencida.

O plano de suplementação é do tipo “benefício definido”, com regime financeiro de capitalização, contribuindo a Companhia e o empregado cada um com 8,43% da folha de salários. Adicionalmente, a patrocinadora recolhe mensalmente, a título de “Parcela Amortizante”, o equivalente a 4,23% da folha de salários dos participantes ativos referente a custo de serviço passado. A última revisão atuarial dos compromissos registrados na ELETROCEEE (através da adoção de critérios específicos diferentes dos requeridos pela Deliberação CVM nº. 371) foi procedida por atuário independente dessa fundação, para a data-base de 31 de dezembro de 2009, com a emissão de parecer em 08 de fevereiro de 2010, estando demonstrada na seguinte posição:

Descrição	31/12/2009		31/12/2008	
	Total geral da Fundação	Parte proporcional	Total geral da Fundação	Parte proporcional
	<u>ELETROCEEE</u>	<u>CGTEE</u>	<u>ELETROCEEE</u>	<u>CGTEE</u>
Benefícios concedidos	2.734.210	51.811	2.414.884	46.469
Benefícios a conceder	1.127.045	102.268	1.307.909	96.976
Subtotal	3.861.255	154.079	3.722.793	143.445
Reserva a amortizar	(288.448)	(9.556)	(488.755)	(9.653)
Reservas matemáticas	3.572.807	144.523	3.234.038	133.792
Superávit técnico	310.438	20.089	100.475	1.034
Total das reservas técnicas	3.883.245	164.612	3.334.513	134.826

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 371, a Companhia reconheceu integralmente em dezembro de 2001 o ajuste do passivo atuarial decorrente dos benefícios a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

O estudo atuarial, efetuado por atuário independente para a data-base de 31 de dezembro de 2009, apresentou um ativo líquido de R\$ 650, sendo que o saldo apresentado de R\$ 1.538 refere-se à provisão de aposentadoria incentivada, conforme mencionado na Nota 18.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente da obrigação atuarial	130.866	130.635
Valor justo dos ativos do plano	(175.052)	(131.889)
Ativo líquido	(44.186)	(1.254)
Ganho atuarial a amortizar	43.536	5.806
Valor da obrigação atuarial líquida	(650)	4.552
Provisão para aposentadoria incentivada	-	(2.338)
* Passivo (Ativo) líquido	(650)	2.214

* Com relação ao exercício 2009 como resultado foi um ativo não houve

reconhecimento no balanço, em 2008 houve registro de passivo.

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Passivo líquido no início do período	4.553	8.180
Despesa do período - contribuição adicional	900	776
Pagamento de contribuições	(3.889)	(2.373)
Reversão passivo atuarial Deliberação CVM 371	<u>(2.214)</u>	<u>(2.031)</u>
(Ativo) Passivo líquido	(650)	4.552
Provisão aposentadoria incentivada – curto prazo	(709)	(1.050)
Provisão aposentadoria incentivada – longo prazo	<u>(829)</u>	<u>(1.288)</u>
(Ativo) Passivo líquido	<u>(2.188)</u>	<u>2.214</u>

A adoção destas hipóteses considerou as orientações da própria Companhia e de sua controladora Eletrobrás:

Tábuas de mortalidade e sobrevida

Foi adotada a Tábua de Mortalidade AT- 83, segregada por sexo.

Tábuas de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos

Foram, respectivamente, adotadas as Tábuas LIGHT (fraca) e AT-83.

Rotatividade

Foi considerada nula, em consonância com o critério adotado nas avaliações feitas para o MPAS.

Taxa de juros de longo prazo

Foi adotada a taxa de 6% ao ano, considerada adequada nas circunstâncias e já adotada nas demais avaliações dos benefícios.

Taxa de retorno de curto prazo

De acordo com as expectativas da Companhia, e considerando a taxa de juro real aplicada sobre os compromissos projetados, a taxa de retorno de curto prazo foi estabelecida em 10,77%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.

Incremento salarial

A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2% (dois por cento) média ao ano.

Incremento de benefícios do regime geral

Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pelo regime geral da

previdência social.

Incremento nos benefícios dos planos

Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.

Fatores de capacidade (não auditado pelo auditor independente)

Considerando a inflação projetada e o fluxo de pagamento dos salários e dos benefícios, os mesmos foram ajustados em 0,98.

Instrumentos financeiros

Operações com derivativos

A Companhia não efetuou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 operações com características de derivativos, conforme definidos nas Instruções nos. 235, de 23 de março de 1995, e 550, de 17 de outubro de 2008, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A Instrução CVM no. 235/95 estabeleceu mecanismos para a divulgação em Nota do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras.

Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

Concentração de risco de crédito

A Companhia tem atualmente suas vendas concentradas em três clientes, onde a relação comercial é mantida através de contratos iniciais assinados com as três distribuidoras por um período de 15 anos (Produto 1997-2011). Adicionalmente, a Companhia possui transações decorrentes do Segundo Leilão de Energia Existente Produto 2008-2015 com trinta e quatro agentes de distribuição, e os contratos decorrentes do Quarto Leilão de Energia Existente Produto 2009-2016 com dezessete agentes de distribuição, além de contrato bilateral de curto prazo para exportação de energia para Uruguai e Argentina. O risco de crédito é mínimo devido às garantias e penalidades previstas em contrato que inibem ou reduzem consideravelmente a inadimplência.

Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há uma escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS a plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado na Disponibilidade da Usina (Índices de Indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.

Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças -PLD e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao SPOT é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLDs dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro, ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Para 2009, o valor do VR é de R\$ 145,77/MWh.

Pagamentos em moeda estrangeira

Pagamentos em moeda estrangeira com recursos de financiamento

- . Pagamentos referentes a serviços no exterior, realizados no exercício de 1o. de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 ao fornecedor CITIC - International Contracting Inc., referente ao contrato no. CGTEE/DTC/250/2005 - Contrato de EPC da UTE CANDIOTA III (Fase C), nos termos da subcláusula 13.8.1., corresponde a US\$ 3.749 mil, convertido na data do pagamento em R\$ 7.133.
- . Pagamentos, referentes a adiantamento de importação de equipamentos realizados, no exercício de 1o. de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, ao fornecedor CITIC GUO HUA International Contracting (Overseas) Limited, referente ao Contrato no. CGTEE/DTC/250/2005 - PARO 002/2006, Contrato de EPC UTE CANDIOTA III (Fase C), corresponde a US\$ 20.281 mil, convertido na data do pagamento em R\$ 43.606.

Pagamentos em moeda estrangeira com recursos próprios

Pagamentos realizados no período de 1o. de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2009, referentes a prestação de serviços e aquisição de peças para a Usina Presidente Médici, no valor de € 674 mil, convertidos nas datas dos pagamentos em R\$ 1.860.

Risco de taxas de câmbio e derivativo

No exercício de 2009, a Companhia não realizou operações financeiras de derivativo na modalidade de "hedge", mas a administração da Companhia, em conjunto com a controladora Eletrobrás vem estudando as diversas modalidades possíveis para obter proteção para os pagamentos futuros do Contrato de EPC e também para os pagamentos correspondentes aos Contratos de Financiamento captados para o empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição.

	2009		2008	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Adiantamentos a fornecedores em mil US\$	68.064	118.512	98.385	229.927
Passivo				
Empréstimos em mil US\$	(423.670)	(737.695)	(242.331)	(566.327)
	<u>(355.606)</u>	<u>(619.183)</u>	<u>(143.946)</u>	<u>(336.400)</u>

Seguros (Não auditado pelo auditor independente)

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por um montante global de R\$ 1.000.937.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento	Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio apropriar	2009	2008
Compreensivo empresarial	10.11.10	33.512	148	127		119
Risco de engenharia	13.07.10	966.100	2.999	1.498		1.576
Roubo incêncio e colisão	15.06.10	1.325	78	30		32
		<u>1.000.937</u>	<u>3.225</u>	<u>1.655</u>		<u>1.727</u>

Assuntos regulatórios

(a) Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia realizou compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir:

	2009		2008	
Custo	MWs	R\$	MWs	R\$
Energia elétrica comprada para revenda	1.500.621	100.597	1.390.408	192.464
	<u>1.500.621</u>	<u>100.597</u>	<u>1.390.408</u>	<u>192.464</u>

A redução no custo da energia elétrica comprada para revenda, de 2009 em relação a 2008, deve-se na diminuição significativa do valor de compra por MWs de um período para o outro.

Transações de exercícios anteriores sujeitas a modificações

As transações de energia realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente MAE), ocorridas no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, totalizaram R\$ 4.266 (vendas) e R\$ 45.706 (compras), tendo sido liquidado até 17 de julho de 2003 o montante líquido de R\$ 41.440 (valor pago). Esses valores foram registrados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações financeiras já que a administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto, exceto o valor relativo ao processo judicial movido pela AES-SUL conforme Despacho ANEEL 288/2009 de R\$ 1.829 devidamente provisionado nas contas de fornecedores (Nota 13 (a)), que se encontra em discussão na justiça.

Leilão de energia elétrica (valores expressos em reais)

Com a descontratação de energia prevista pela Lei nº. 9.648 de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia a Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE.

A companhia participou nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes buscando colocação para a energia descontratada, como produto desta participação obteve os seguintes resultados:

- . Leilão 2º - Produto 2008/2015 - 104MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro/2009, sendo a tarifa praticada de R\$ 103,30 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual originou contratos de suprimento de energia com 34 agentes de distribuição.
- . Leilão 4º - Produto 2009/2016 - 35MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro/2009, sendo a tarifa praticada de R\$ 110,26 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual originou contratos de suprimento de energia com 17 agentes de distribuição.

A companhia participou em dezembro de 2005 do primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, onde realizou a comercialização 292 MW/h médios por ano, cuja energia será proveniente da UTE Candiota III (Fase C) da Usina Presidente Médici, pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50 por MW/h (base IPCA dezembro de 2005). Esta comercialização de energia originou contratos de suprimentos de energia com 31 agentes de distribuição, que foram assinados em 26 de agosto de 2006.

Almoxarifado

	2009	2008
Material - Almoxarifado		
Material de consumo	19.995	19.419
Combustíveis	26.545	15.693
	46.540	35.112

Construção da UTE Candiota III (Fase C) - 350 MW (Não auditado pelo auditor independente)

Em 15 de dezembro de 2005 a Companhia firmou o Contrato de EPC com a CITIC International Contracting Co. Ltd, empresa da República Popular da China, tendo por objeto a construção da UTE Candiota III (Fase C), em regime "turn key". O valor atual do Contrato de EPC é de US\$ 376.043 mil, base novembro de 2005. Adicionalmente, o contrato prevê uma soma provisional de US\$ 131.960 mil destinada à cobertura dos impostos de importação referentes aos equipamentos fabricados no exterior, verba para cobrir possíveis variações do contrato, verba correspondente à re-equilíbrio da parte civil decorrente da subida imprevisível do aço ocorrida em 2008 e, ainda, parcela correspondente aos custos adicionais com o Plano de Recuperação Parcial do Atraso introduzido no contrato em 12 de agosto de 2009 através do Sétimo Aditamento ao Contrato de EPC. Assim, o valor global do contrato é da ordem de US\$ 508 milhões (equivalentes a aproximadamente R\$ 884.530, em 31 de dezembro de 2009), com prazo de conclusão da usina previsto para junho de 2010. A Companhia terá outros investimentos com o projeto, tais como: fiscalização, infra-estrutura, compensação ambiental, pessoal próprio, seguros, entre outros, avaliadas em cerca de US\$ 150 milhões (equivalentes a aproximadamente R\$ 261.180, em 31 de dezembro de 2009). O investimento será ainda acrescido da parcela correspondente aos juros incorridos durante o período de construção.

O Projeto UTE Candiota III (Fase C) trata-se de uma unidade geradora a carvão mineral nacional, com potência de 350 MW, localizada no município de Candiota - RS, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, cujos licenciamentos e autorizações setoriais foram todos obtidos, e que teve a energia totalmente comercializada pela Companhia no leilão de energia realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005, pelo prazo de 15 anos a contar de 1º de janeiro de 2010.

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela Companhia uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e em prestadores de serviços especializados.

Em julho de 2008, houve a liberação dos recursos do financiamento captado pela Eletrobrás junto às instituições China Development Bank - CDB e BNP Paribas, no montante de US\$ 430 milhões, o que permitiu a regularização dos pagamentos devidos ao fornecedor CITIC. Os demais recursos necessários ao empreendimento serão recursos próprios da Companhia e da sua controladora Eletrobrás.

Visando reduzir ao máximo o atraso que estava configurado para a entrada em operação comercial da unidade, CGTEE, CITIC (contratada para o EPC da usina) e seus subcontratados principais, pactuaram em 12 de agosto de 2009, a adoção de um regime especial de execução de obras, com introdução de turno noturno e extensão de jornada

diurna e em fins de semana, o qual está em prática desde aquela data.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado) enquanto a usina não entra em operação comercial, a Companhia está adquirindo, através de realização e participação em Chamadas Públicas, energia no montante de 292 MW médios, para entregar no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

Estiveram em andamento até 31 de dezembro de 2009, as seguintes atividades referentes ao empreendimento:

- Projeto executivo de engenharia pelo subcontratado da CITIC, Instituto Noroeste de Engenharia - NWEPEDI, que atingiu uma realização de 99,90%.
- Adequação do projeto de engenharia civil às normas brasileiras, denominado processo de "tropicalização", por "pool" de engenharia coordenada pela SENGER Engenharia, subcontratada da CITIC, que foi concluído em junho de 2009.
- Atividades de construção de facilidades e obras de infra-estrutura no site, tais como: alojamentos, portarias do canteiro de obras, áreas de pré-montagem, armazéns e escritórios de campo, concluídos em julho de 2009.
- Execução das escavações e aterros nas diversas áreas da usina.
- Execução das fundações e estruturas de concreto das principais instalações da usina, com conclusão das principais estruturas.
- Execução da adutora de água bruta.
- Colocação do telhado e fechamento lateral da casa de máquinas.
- Fechamento e acabamentos da sala de controle da usina, com a instalação dos painéis de comando e painéis elétricos da unidade.
- Execução do duto em concreto da chaminé, com 200 metros de altura, dos anéis de apoio que sustentarão o revestimento refratário, da laje de fundo e inicio da colocação do revestimento refratário.
- Obras iniciais de acabamento das instalações.
- Montagem da estrutura metálica da casa de máquinas e dos silos de carvão bruto, concluída em outubro de 2009.
- Montagem da caldeira e seus auxiliares.
- Montagem da área de tratamento de gases e da tubulação de água de refrigeração.
- Montagem do conjunto turbina gerador.
- Montagem de diversos sistemas auxiliares da de utilidades da usina.

Fabricação da totalidade dos principais equipamentos da usina foi concluída, cuja entrega atingiu um avanço físico da ordem de 99,70%, em 31 de dezembro de 2009.

A totalidade dos equipamentos importados estará no Canteiro de Obras até o final de março de 2010. Após aquela data, somente algumas peças reservas ainda chegarão ao Canteiro de Obras, todas ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010.

As obras civis atingiram o índice de realização física acumulada de 70% em 31 de dezembro de 2009.

Já a montagem eletromecânica atingiu em 31 de dezembro de 2009, um índice acumulado de realização física de 30,5%.

O avanço físico global acumulado do empreendimento até 31 de dezembro de 2009 foi de 77,80%.

Em 31 de dezembro de 2009 o efetivo atuando nas obras somava 3.680 trabalhadores.

O recrutamento de pessoal, via concurso público, atingiu o número de 35 novos empregados, os quais já iniciaram o treinamento para integrar a equipe de operação e manutenção da usina. Outros 35 colaboradores estão previstos de ingressar em janeiro de 2010, e os demais 106 empregados ingressarão em dois grupos, sendo o primeiro, com 30 integrantes, em março, e o segundo, com 76, em final de maio de 2010.

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º. do artigo 3º. da Lei nº. 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº. 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º. de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº. 2007.71.00.048592-4/RS na 2ª. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido. Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contra-razões, e o processo será remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. Mantendo-se a decisão em favor da Companhia, deverá aguardar-se até o trânsito em julgado da ação para compensação na Secretaria da Receita Federal.

Bens da União em regime especial de utilização

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº. 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda os bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III, em regime especial de

utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial no. 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e portanto não é sujeito a indenização quando do término do prazo de concessão.

Outros assuntos (não auditado pelo auditor independente)

Para apurar os fatos relacionados a pretensas garantias ao Banco KfW Bankengruppe concedidas pela Companhia no montante de € 156.700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 392.664 em 31 de dezembro de 2009) que teriam sido emitidas em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007.

Entre as conclusões da sindicância destaca-se:

- (a) as pretensas garantias foram constituídas ao arreio da legislação brasileira e das normas estatutárias da Companhia, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas;
- (b) a Companhia não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas e com o banco.

Apuradas evidências internas de autoria e materialidade, o Relatório da sindicância foi imediatamente encaminhado, para as medidas legais cabíveis, às instituições e autoridades competentes: Ministério Público Federal, Polícia Federal, Tribunal de Contas de União, Controladoria Geral da União, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e Eletrobrás.

Cabe registrar que, em 22 de junho de 2007, por meio da Carta PR-105/2007, assinada pelo Diretor-Presidente, Sereno Chaise, e pelo Presidente do Conselho de Administração, Valter Luiz Cardeal de Souza, a Companhia já havia encaminhado para a Polícia Federal denúncia sobre as irregularidades relacionadas às pretensas garantias.

Para a salvaguarda institucional da Companhia e do interesse público, a Companhia contratou escritório de advocacia especializado - Pinheiro Neto Advogados. Por orientação do referido escritório, a Companhia notificou extrajudicialmente o Banco KfW em 18 de julho de 2007 sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome. O escritório contratado ajuizou em 10 de setembro de 2007, através da Ação Cível nº 001/1.07.0207693-0 na 5ª Vara Cível no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, Ação Declaratória de falsidade documental cumulada com pedido de exibição de documentos em face do Banco KFW. Com base na posição atualizada da referida ação em dezembro de 2009, obtida do escritório contratado, não ocorreram alterações significativas no andamento do processo. Oportunamente serão avaliadas outras medidas judiciais cabíveis, para reparação de eventuais danos morais e patrimoniais à Companhia.

As supostas garantias dadas a uma das empresas foram formalmente tornadas sem efeito pelo Banco KFW através de comunicação recebida em novembro de 2007.

A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

Eventos Subseqüentes (valores em R\$)

A Companhia encaminhou a ANEEL as Cartas PR/099-2009, PR/377-2009 e PR/026-2010, onde solicitou à ANEEL a prorrogação do início de entrada em operação da UTE Candiota

III (Fase C). O Órgão Regulador não se manifestou até o momento.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado) enquanto a usina não entra em operação comercial, a Companhia está adquirindo, através de realização e participação em Chamadas Públicas, energia no montante de 292 MW médios, para entregar no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

CCEE, para o faturamento relativo ao mês de janeiro de 2010, aplicou a Resolução ANEEL 165/2005, onde a tarifa praticada ficou limitada a 110% do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) médio do mês de Janeiro de 2010, que foi de R\$ 14,20 o MW/h.

A Companhia e a CCEE aguardam a manifestação da ANEEL, fato este que poderá alterar o valor de tarifa praticada na liquidação já ocorrida, provocando uma recontabilização do mês de janeiro, atualmente encerrado.

Diante desta situação, e como são justificáveis os motivos que deram origem ao atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, a Companhia entende que não haverá prejuízo nestas transações.

A administração da Companhia entende não tratar-se de um contrato oneroso, onde o prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato. Tendo em vista que a operação de janeiro está sendo analisada pelo órgão regulador, e o prejuízo apresentado nesta operação não é certeza de se repetir nos meses seguintes até a entrada em operação da usina, prevista para julho de 2010.

(Item 4 da Parte B do Anexo II da DN-TCU 100/2009)

15.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	99,9401878	99,9401878	99,9401878
	Fundos de Pensão	0	0	0
	Ações em Tesouraria	0,0132865	0,0132865	0,0132865
Não Governamental	Free-Float	□	□	□
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	0,0445570	0,0445570	0,0445570
	Pessoas Jurídicas	0,0019689	0,0019689	0,0019689
	Capital Estrangeiro			
TOTAL		100,00	100,00	100,00

4 a) As ações estão assim distribuídas:

ACIONISTA	CNPJ/CPF	QTDE. AÇÕES ORDINÁRIAS	% SOBRE CAPITAL VOTANTE
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS	00.001.180/0002-07	1.126.273.714	99,9401878
Antonio Carlos da Silva Estevão	073282066-91	198.517	0,0176155
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	02.016507/0001-69	149.731	0,0132865
Julio Cesar Schneider Marques	090.729.770-68	105.971	0,0094034
Aldo Sani	004.190.190-63	59.608	0,0052893
Rodrigo Araújo Ferreira	567.717.039-91	38.897	0,0034515
Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Patrulha	88.814.199/0001-32	22.188	0,0019689
Pedro Matias Oscar Pablo Kuhles Ebert	002.168.609-20	14.247	0,0012642
Delio Orlando Dhein	121.871.190-68	13.246	0,0011754
Paulo Cesar Pozo de Mattos	123.290.100-87	13.246	0,0011754
Alcione David Lamoglia	243.357.479-00	11.371	0,0010090
Dirceu Lamoglia	000.973.309-49	9.157	0,0008125
Adail Francisco Sartoni	121.874.960-15	9.032	0,0008015
Nelson Takeshi Yoshiv	358.674.939-20	8.608	0,0007638
Darcy Antonio Pellegrinello	097.224.329-15	8.140	0,0007223
João Carlos Siqueira Flores	399.007.200-59	6.874	0,0006100
Sheizi Ono	000.501.809-91	3.052	0,0002708
Paulo Reiniger de Azevedo Moura	001.235.790-15	2.036	0,0001807
Koiti Tamura	924.421.618-34	100	0,0000089
Alexandre A. Raabe Wisintainer	181.359.350-72	26	0,0000023
Sereno Chaise	055.142.230-00	1	0,0000001
Valter Luiz Cardeal de Souza	140.678.380-34	1	0,0000001
Mauro Henrique Moreira Sousa	237.341.833-91	1	0,0000001
Joaquim Antônio de Carvalho Brito	111.238.264-04	1	0,0000001
Ricardo Spanier Homrich	291.899.260-72	1	0,0000001
Cristian William de Sousa Cunha	634.939.771-15	1	0,0000001
TOTAL		1.126.947.767	100,00
			2009
Capital Social:		868.721.322,00	
Patrimônio Líquido		367.936.784,07	
Valor Nominal Unitário:		0,77	
Valor Patrimonial Unitário:		0,33	

4 b) A CGTEE não possue ações de outras empresas.

(Item 5 da Parte B do Anexo II da DN-TCU 100/2009)

15.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



Parecer dos auditores independentes

PricewaterhouseCoopers
Rua Mostardeiro, 800 8º e 9º
90430-000 Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 2178
Telefone (51) 3378-1700
Fax (51) 3328-1609
www.pwc.com.br

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Companhia de Geração
Térmica de Energia Elétrica

- 4 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 20 de março de 2009, sem ressalvas.
- 5 Conforme descrito na Nota 37 às demonstrações financeiras, a Companhia realizou em janeiro de 2010 operação de venda de energia para cumprimento de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado, referente à Usina Candiota III, em que o valor praticado na venda foi inferior ao custo de aquisição. Tais operações, incluindo as que serão ainda realizadas até que a referida Usina entre em operação comercial, têm suas condições sujeitas a determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e estão, portanto, sujeitas a alterações. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 não incluem provisão para fazer face a eventuais perdas decorrentes dessas operações.
- 6 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras. A demonstração do valor adicionado foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 19 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" RS

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168278/O-4 "S" RS

(Parte C do Anexo II da DN-TCU 100/2009)

16 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

16A Remuneração paga aos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ata de Eleição	Mandato		Composição Titulares	Conselho	Total Honorários 2009 R\$ (mil)
	Início	Término			
11ª AGO	28/4/2008	ago/11	Valter L. Cardeal de Souza	Administração	-
11ª AGO	28/4/2008	ago/11	Sereno Chaise	Administração	20.9
11ª AGO	28/4/2008	ago/11	Ricardo S. Homrich	Administração	20.9
11ª AGO	28/4/2008	ago/11	Cristian W. de Sousa Cunha	Administração	20.9
20ª AGE	24/10/2008	ago/11	Joaquim A. de C. Brito	Administração	20.9
20ª AGE	24/10/2008	ago/11	Mauro H. Moreira Sousa	Administração	20.9
12ª AGO	27/4/2009	ago/10	Celina M. de M. Brinckmann	Fiscal	20.9
12ª AGO	27/4/2009	ago/10	André L. B. de Paiva Filho	Fiscal	20.9
12ª AGO	27/4/2009	ago/10	Ildo W. Grüdtner	Fiscal	20.9

16B Atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento à Instrução Normativa TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009, art. 4º, anexo II, letra "c", item 13, que as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Porto Alegre, 30 de março de 2010

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "R. Nunes".

ROSEMARI NUNES DA SILVA
Secretaria Geral

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos, sua visão estratégica e do planejamento de suas ações. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura sistêmica e inovativa, não só para agregar valor, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a empresa vem desenvolvendo um modelo de gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus *stakeholders*, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Nessa perspectiva, a Companhia tem adotado em seu Planejamento Estratégico um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custeio e a economicidade.

A Companhia, no exercício de 2009, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 20,9 milhões, prejuízo este ocasionado pela compra de energia para atender suas demandas contratuais de energia.

Neste exercício a geração da Companhia foi de 944,2GWh, representando uma redução de 2,7% em relação a igual período do ano anterior. A redução de geração se deu devido aos furos frequentes das caldeiras das unidades 3 e 4, manutenção geral da Unidade 3 durante os meses de outubro a dezembro e intervenção na turbina da unidade 4, esse processo ocasionou a elevação da indisponibilidade de geração repercutindo na exposição da Companhia aos preços da energia praticados no mercado.

Visando a busca do equilíbrio econômico e financeiro a Eletrobras - CGTEE vem adotando políticas de rigoroso controle de custos e despesas com o máximo de economia em pessoal, material e serviços. Intensificação das revisões anuais e revitalização das unidades de produção, buscando a recuperação e confiabilidade. Conclusão e entrada em operação da Fase C proporcionando um incremento da receita financeira já em 2010, implantação de rede automática de monitoramento on-line da qualidade da água, implantação de projeto de monitoramento do meio ambiente. Busca de apoio técnico e financeiro junto à Eletrobrás objetivando viabilizar a execução de projetos essenciais para atravessar o período de dificuldades previsto para os anos de 2010 e 2011.

Mesmo assim, entendemos que a Eletrobras - CGTEE, apesar de todas as dificuldades, avançou em busca de ser uma empresa nacional de referência na geração de energia termelétrica, afirmando-se e viabilizando-se como empresa pública e contribuindo para o desenvolvimento do País.

Porto Alegre, 31 de maio de 2010.

SERENO CHAISE
Diretor Presidente